

CORECON-BA | CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DA BAHIA



CORECON-BA 60 ANOS

Uma história dedicada à economia,
aos economistas e à Bahia

Seis décadas da economia baiana
Transformações, avanços e desafios

Vozes que construíram esta história
Entrevistas, depoimentos e homenagens

Os próximos 60 anos
Novas perspectivas para a profissão



CORECON^{BA}
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA



EXPEDIENTE

Conselho Regional de Economia da Bahia – Corecon-BA

Gestão 2026

Presidente

Edval Landulfo de Sousa Neto

Vice-presidente

José Antonio Gonçalves dos Santos

Conselheiros Efetivos

Edval Landulfo de Sousa Neto
José Antonio Gonçalves dos Santos
Ana Cristina Cerqueira
Mônica de Moura Pires
Isabel de Cássia Santos Ribeiro
Gervásio Ferreira dos Santos
Reinaldo Dantas Sampaio
Luiz José Pimenta
Bárbara Letícia da Silva Cordeiro Duarte

Conselheiros Suplentes

Carlos Danilo Peres Almeida
Gesner Brehmer de Araújo Silva
Marcus Emerson Verhine
Helga Dulce Bispo Passos
Gustavo Casseb Pessoti
Marcelo Andrade Ferreira
Hugo Clapton Nogueira
Bruno Mota Lopes

Comissão Editorial

Edval Landulfo de Sousa Neto – Presidente do Corecon-BA
José Antonio Gonçalves dos Santos – Vice-presidente do Corecon-BA
Ana Cristina Cerqueira
Mônica de Moura Pires
Isabel de Cássia Santos Ribeiro
Gervásio Ferreira dos Santos
Reinaldo Dantas Sampaio
Luiz José Pimenta
Bárbara Letícia da Silva Cordeiro Duarte

Coordenação e Projeto Editorial

Lívia Santana

Redação e Revisão

Carla Santana

Projeto Gráfico e Diagramação

Mayra Tuanny Machado Lopes

Fotografias

Acervo do Corecon-BA e de colaboradores

Revista Comemorativa CORECON-BA 60 ANOS - Seis décadas contribuindo para o desenvolvimento econômico da Bahia
Publicação comemorativa alusiva aos 60 anos do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA), patrocinada pela Bahiagás.

Salvador – Bahia – 2026



Agradecimentos institucionais

Ao celebrar seus 60 anos, o Conselho Regional de Economia da 5ª Região – Bahia registra seu agradecimento às instituições que, em diferentes momentos de sua trajetória, contribuíram para a realização de ações, projetos, debates e eventos voltados à valorização dos economistas e ao desenvolvimento da Bahia.

Nosso reconhecimento ao Conselho Federal de Economia (Cofecon), à Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), à Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB), à Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (Sebrae Bahia), à Bahiagás (Companhia de Gás da Bahia) e ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

SUMÁRIO

04 APRESENTAÇÃO

Uma publicação para celebrar seis décadas de história, compromisso e contribuição ao desenvolvimento da Bahia.

05 MENSAGEM DO PRESIDENTE

O legado construído pelo Corecon-BA e os caminhos para o futuro.

06 MATÉRIA DE CAPA

Corecon-BA: 60 anos de história, representação e compromisso — A trajetória do Conselho, sua atuação institucional e sua contribuição para a valorização dos economistas e para o debate sobre o desenvolvimento econômico da Bahia.

16 DOSSIÊ ESPECIAL

Bahia em transformação: seis décadas de economia — Análises sobre as mudanças econômicas, sociais e territoriais da Bahia, com artigos assinados por Gustavo Casseb Pessoti e Reinaldo Dantas Sampaio, Fernando Cardoso Pedrão, Davidson Magalhães, Mônica de Moura Pires, Marcelo Ferreira, Gesner Oliveira, Bruno Mota Lopes, José Antonio e Noélio Spinola.

17 MEMÓRIA HISTÓRICA

60 anos em 60 fatos — Acontecimentos, personagens e conquistas que marcaram a história do Corecon-BA.

41 GALERIA HISTÓRICA

Presidentes que construíram esta história — As lideranças que ajudaram a consolidar a atuação institucional do Conselho ao longo de seis décadas.

46 ENTREVISTA ESPECIAL

Fernando Cardoso Pedrão — Economia, pensamento crítico e os desafios históricos do desenvolvimento baiano.

48 ENTREVISTA ESPECIAL

Paulo Dantas — A regulamentação da profissão e a construção do Sistema Cofecon/Corecons.

50 ENTREVISTA ESPECIAL

Isabel Ribeiro — Gestão, representatividade e os novos caminhos da profissão de economista.

52 HOMENAGEM

Economistas de Destaque — Trajetórias profissionais que contribuíram para a economia, para o desenvolvimento da Bahia e para o fortalecimento do Corecon-BA.

55 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

O legado do Prêmio Jairo Simões — Uma iniciativa que estimula a pesquisa, reconhece talentos e aproxima os estudantes da profissão.

57 MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Vozes do Corecon-BA — Depoimentos de profissionais e colaboradores que ajudaram a construir a história do Conselho.

60 FISCALIZAÇÃO

Fiscalização valoriza a profissão e protege a sociedade — Uma atuação educativa, preventiva e orientadora em defesa da sociedade e do exercício profissional qualificado.

61 OLHARES PARA O FUTURO

Os próximos 60 anos — As expectativas das novas gerações e os desafios que marcarão o futuro da profissão.

62 ENCERRAMENTO

Manifesto pela valorização da economia e dos economistas — Um compromisso público com o conhecimento econômico, o desenvolvimento e a sociedade.

63 GALERIA FOTOGRÁFICA

Imagens de uma trajetória — Registros de encontros, projetos, conquistas e personagens que fazem parte da história do Corecon-BA.

APRESENTAÇÃO DA REVISTA

Uma publicação para preservar a memória e inspirar novos caminhos

Celebrar os 60 anos do Conselho Regional de Economia da Bahia é também reconhecer a importância de uma instituição que ajudou a fortalecer a presença dos economistas nos debates sobre o desenvolvimento do estado. Ao longo de seis décadas, o Corecon-BA acompanhou transformações profundas na economia baiana e brasileira, contribuindo para a valorização do exercício profissional, para a defesa da atuação técnica qualificada e para a aproximação da economia com temas centrais da vida em sociedade.

Esta revista comemorativa nasce com o propósito de reunir, em uma mesma publicação, memória, reconhecimento e reflexão. Mais do que registrar datas e personagens, a edição busca contar uma trajetória construída por diferentes gerações de economistas, conselheiros, servidores, professores, pesquisadores, estudantes e parceiros institucionais que, em distintos momentos, ajudaram a consolidar o papel do Conselho na Bahia.

Nas próximas páginas, o leitor encontrará uma publicação pensada para valorizar a história sem perder de vista o presente e o futuro. A revista reúne reportagem especial, entrevistas, artigos, depoimentos, registros históricos, homenagens e análises sobre temas que marcaram a evolução econômica da Bahia nas últimas décadas. Cada seção foi concebida para revelar uma dimensão do Corecon-BA: sua atuação institucional, sua contribuição para a formação profissional, sua presença nos grandes debates públicos, sua responsabilidade fiscalizatória e sua capacidade de dialogar com a sociedade.

A publicação também destaca a pluralidade da economia. Ao tratar de desenvolvimento regional, industrialização, agronegócio, turismo, economia criativa, economia solidária, pesquisa acadêmica, representatividade feminina, juventude e novas tecnologias, esta edição reafirma que o olhar do economista é indispensável

para interpretar a realidade e propor caminhos para os desafios contemporâneos.

Ao mesmo tempo, a revista presta homenagem às pessoas que deram corpo, voz e continuidade a essa história. Presidentes, conselheiros, ex-conselheiros, servidores, economistas homenageados, estudantes e parceiros institucionais aparecem aqui como parte de uma construção coletiva. São trajetórias que ajudam a explicar por que o Corecon-BA permanece relevante depois de seis décadas de atuação.

Esta edição comemorativa é, portanto, um convite à leitura da memória institucional como ferramenta de futuro. Ao revisitar o caminho percorrido, o Corecon-BA reafirma sua missão de contribuir para uma Bahia mais desenvolvida, justa, inovadora e consciente da importância da Economia na formulação de políticas, na gestão de recursos, na tomada de decisões e na compreensão dos grandes desafios sociais.

Que esta revista seja um registro de gratidão a todos os que participaram dessa caminhada e, ao mesmo tempo, uma inspiração para os próximos capítulos. Preservar a memória do Corecon-BA é também reconhecer que a economia segue sendo uma ciência essencial para compreender o presente e construir, com responsabilidade, os caminhos do futuro.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Completar 60 anos é alcançar uma marca que nos convida a olhar para trás com gratidão, para o presente com responsabilidade e para o futuro com coragem. O Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA) chega a este momento histórico consciente da relevância de sua trajetória e, sobretudo, da grandeza da missão que ainda tem pela frente.

Ao longo dessas seis décadas, o Corecon-BA consolidou-se como uma instituição comprometida com a valorização da profissão de economista, com a defesa do exercício profissional regular e com a qualificação do debate econômico no estado. Essa caminhada foi construída por muitas mãos, em diferentes gestões, com o trabalho de conselheiros(as), servidores(as), colaboradores(as) e economistas que compreenderam que o Conselho não é apenas uma estrutura administrativa, mas um espaço de representação, orientação, fiscalização e compromisso público e político.

A profissão de economista sempre esteve ligada aos grandes desafios da sociedade. Em cada período histórico, fomos chamados a interpretar cenários, analisar dados, compreender crises, planejar alternativas e contribuir para decisões que impactam empresas, governos, instituições e cidadãos. Na Bahia, essa responsabilidade ganha contornos ainda mais relevantes diante das desigualdades territoriais e raciais, das demandas por desenvolvimento sustentável, da necessidade de ampliar oportunidades e do desafio permanente de transformar potencial econômico em melhoria concreta da qualidade de vida da população.

Celebrar os 60 anos do Corecon-BA é reconhecer que a economia não pode se afastar da realidade das pessoas. A atuação dos economistas vai muito além dos números, já que essa envolve leitura crítica, sensibilidade social,

rigor técnico e capacidade de propor soluções para problemas complexos e diversos. Por isso, o Conselho deve seguir cada vez mais próximo da sociedade, das universidades, dos(as) estudantes, do setor público, da iniciativa privada, da imprensa e dos espaços onde se discutem os rumos do desenvolvimento baiano.

Os próximos anos trarão desafios ainda maiores, já que a inteligência artificial, a transformação digital, as novas formas de trabalho, a economia verde, as mudanças demográficas, a reorganização produtiva, a educação financeira e a necessidade de inclusão social exigirão economistas ainda mais preparados(as), éticos(as), atualizados(as), conscientes da nova realidade e capazes de dialogar com diferentes áreas do conhecimento e da sociedade. Nesse contexto, fortalecer a formação profissional, estimular a pesquisa, ampliar a fiscalização orientadora, valorizar a presença de jovens economistas e comunicar melhor à sociedade a importância da nossa profissão serão tarefas fundamentais.

O Corecon-BA chega aos 60 anos com a convicção de que sua história é motivo de orgulho, mas também de responsabilidade. Honramos aqueles que vieram antes de nós quando trabalhamos para que o Conselho continue vivo, atuante, moderno, plural e comprometido com o interesse público.

Que esta publicação comemorativa seja mais do que um registro institucional. Que seja uma afirmação do nosso compromisso com a profissão, com a Bahia e com o futuro. Seguiremos trabalhando para que a Economia seja cada vez mais reconhecida como instrumento de desenvolvimento, cidadania e transformação social.

Edval Landulfo de Sousa Neto
Presidente do Corecon-BA





Corecon-BA: 60 anos de história, representação e compromisso

Seis décadas de defesa da profissão e contribuição ao debate sobre os caminhos econômicos da Bahia

No dia 29 de dezembro de 1965, enquanto a Bahia experimentava transformações que modificariam profundamente sua estrutura produtiva, um grupo de economistas reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) para instalar oficialmente o órgão responsável por organizar e fiscalizar a profissão no estado. Começava ali uma trajetória marcada pela construção institucional, pela representação dos economistas e pelo compromisso permanente com o desenvolvimento da Bahia.

Naquele tempo, o Conselho ainda se chamava Conselho Regional de Economistas Profissionais da 5ª Região (CREP-5) e sua jurisdição abrangia Bahia, Sergipe e Alagoas. O Conselho Federal de Economia também tinha outra denominação: Conselho Federal de Economistas Profissionais, o CFEP.

Um episódio citado durante a instalação ajuda a compreender a urgência daquela iniciativa. Em Recife, pessoas que haviam concluído um curso de apenas três meses, oferecido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), receberam o título de técnicos em desenvolvimento econômico e passaram a se apresentar como economistas. Sem um órgão regional efetivamente estruturado para fiscalizar a atividade, os limites da profissão podiam ser facilmente ultrapassados.

Aquela preocupação atravessaria as décadas seguintes. Mudaram as instituições, as tecnologias, os campos de trabalho e as formas de produzir conhecimento, mas a defesa do exercício profissional continuou no centro da missão do Conselho.

Ao longo de seis décadas, porém, o Corecon-BA fez mais do que fiscalizar. Construiu uma história institucional, consolidou-se como representante dos economistas baianos e ampliou seu compromisso com a formação profissional, a produção de conhecimento e o debate sobre os caminhos econômicos do estado.

Acompanhou mudanças políticas, crises econômicas, períodos de crescimento, planos de estabilização, transformações tecnológicas e a ampliação das desigualdades. Em cada uma dessas fases, precisou também repensar o próprio papel. A história do Conselho confunde-se, assim, com a evolução da profissão de economista e com os esforços para compreender uma das economias mais complexas e desiguais do país.

Conselho começa a tomar forma

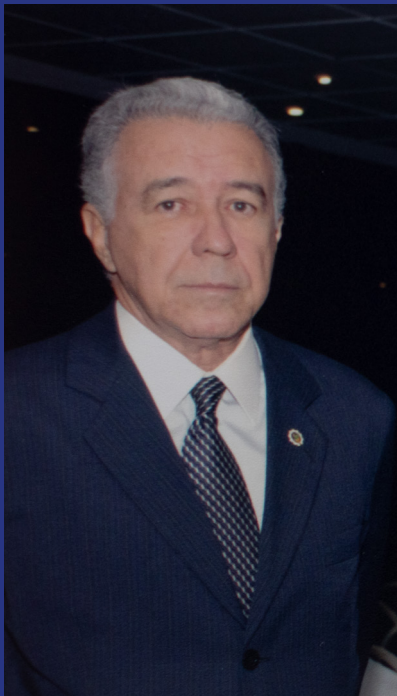
A trajetória jurídica da profissão começou antes mesmo da criação dos

Conselhos de Economia. O economista Nei Cardim, ex-presidente do Corecon-BA e ex-vice-presidente do Conselho Federal de Economia, lembra que a designação profissional já aparecia no Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho.

A regulamentação específica ocorreu com a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que disciplinou a profissão e criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Economia. No ano seguinte, o Decreto nº 31.794 detalhou as atribuições profissionais e estabeleceu as bases para o funcionamento do Sistema Cofecon/Corecons.

A criação dos Conselhos respondia não apenas às demandas de organização da categoria, mas também à necessidade de proteger o interesse público. Como ocorre com outros órgãos de fiscalização profissional, o objetivo é assegurar que atividades técnicas de grande impacto sobre empresas, instituições, governos e cidadãos sejam desempenhadas por pessoas devidamente habilitadas.

“A regulamentação busca garantir serviços de excelência prestados por profissionais devidamente habilitados”, resume Nei Cardim.



Por sua natureza jurídica, os Conselhos de Economia integram a administração pública como autarquias federais dotadas de autonomia administrativa e financeira. Sua missão envolve registrar os profissionais, fiscalizar o exercício da atividade e preservar os princípios éticos que devem orientar a atuação dos economistas.

“O Conselho de Economia da Bahia é uma autarquia federal especial, com finalidade fiscalizatória, voltada ao combate ao exercício ilegal da profissão e, principalmente, à preservação do comportamento ético profissional”, destaca Nei.

O Conselho da 5ª Região foi instituído formalmente em 1959, mas sua instalação efetiva na Bahia só ocorreu seis anos depois, por meio da mobilização de economistas baianos e da atuação de representantes do Conselho Federal.

Em novembro de 1965, foi realizada uma reunião preliminar na Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. O encontro abriu caminho para a sessão de instalação de 29 de dezembro e para a formação do primeiro Plenário.

A Resolução nº 154 do Conselho Federal constituiu o Conselho Provisório da 5ª Região, presidido por Ademar Benzano Chilazi, com Sylvio Guimarães na vice-presidência.

A primeira sessão ordinária aconteceu em 1º de fevereiro de 1966, também na UFBA, quando foi definida a primeira diretoria administrativa. Na reunião seguinte, em 28 de fevereiro, o Conselho aprovou sua tabela inaugural de anuidades e emolumentos.

Poucos meses depois, começaram a ser expedidas as primeiras carteiras profissionais. Em maio de 1966, o economista Gilson Cajueiro de Holanda foi escolhido como delegado do Conselho em Sergipe. Em setembro, José Sylvio Barreto tornou-se o primeiro delegado em Alagoas. Em novembro daquele ano, foi instituída a primeira comissão permanente, dedicada ao orçamento.

Eram decisões administrativas aparentemente rotineiras, mas fundamentais para dar existência concreta ao novo órgão. Era preciso registrar profissionais, organizar receitas, estruturar procedimentos e tornar o Conselho conhecido em uma região extensa, com

realidades econômicas distintas e dificuldades de comunicação muito maiores do que as atuais.

Em 1971, a abrangência territorial começou a ser modificada. Alagoas ganhou seu próprio Conselho Regional em 11 de novembro. Sergipe passou a contar com um Regional independente em 9 de dezembro. A partir de então, o Conselho da 5ª Região passou a atuar exclusivamente na Bahia.

Outra mudança importante ocorreu em 1974. A Lei nº 6.021 substituiu as denominações Conselho Federal de Economistas Profissionais e Conselhos Regionais de Economistas Profissionais por Conselho Federal de Economia e Conselhos Regionais de Economia.

O CREP-5 passou, oficialmente, a ser denominado Conselho Regional de Economia da 5ª Região/Bahia — o Corecon-BA.

As mudanças de nome e jurisdição refletiam um processo mais amplo de consolidação institucional. O Conselho deixava de ser uma estrutura regional que atendia a três estados e afirmava uma identidade diretamente vinculada à Bahia, à sua categoria profissional e aos desafios de sua economia.

Da UFBA ao endereço definitivo

Durante os primeiros anos, o Conselho funcionou nas dependências da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Além de abrigar o novo órgão, a Universidade reunia professores e profissionais que participaram diretamente de sua construção.

A aposentada Lygia Margarida Santos Lemos, hoje com 89 anos, acompanhou parte importante dessa trajetória. Servidora da Universidade, ela conciliava as atividades na UFBA com o trabalho no Conselho.

“Como eu era servidora da Universidade na época, conseguia conciliar os dois trabalhos no mesmo lugar. Um dos maiores desafios dos primeiros anos do Conselho era conquistar uma sede própria”, recorda.

Em 1975, dez anos depois de sua instalação, o Corecon-BA deixou as dependências da Universidade e passou a funcionar no Edifício Coralina, localizada na Praça Inocência Galvão, no Largo 2 de Julho. Foi a primeira sede do Conselho fora do ambiente universitário.

Em 1988, o Conselho adquiriu um imóvel no Edifício Fernandez, na Avenida Sete de Setembro, no Centro de Salvador. Posteriormente, passou a funcionar também em um endereço na Avenida Anita Garibaldi.

Foi nesse período que Lygia, já aposentada da UFBA, retornou ao Corecon-BA, depois de algum tempo afastada, e permaneceu na instituição por mais 12 anos.

“Foi muito importante para mim ter trabalhado no Conselho. Além de ajudar a construí-lo, fiz grandes amizades. Os economistas têm um espaço especial no meu coração. Até mesmo o pai do meu filho é economista”, relata.

Em 2002, o Corecon-BA adquiriu sua atual sede, formada por seis salas no Edifício Advanced Trade Center, no Caminho das Árvores. A mudança representou mais do que a conquista de um endereço definitivo. Simbolizou a estabilidade de uma instituição que havia começado com reuniões dentro de uma faculdade e se consolidado como referência para os economistas baianos.

Profissão de economista se diversifica e enfrenta novos desafios

Nos anos 1960, o economista estava fortemente associado ao planejamento estatal, à industrialização, às contas públicas e à formulação de estratégias de desenvolvimento. Era o período em que grandes projetos estruturantes modificavam o Brasil e em que a Bahia iniciava uma nova etapa de sua industrialização.

Nas décadas seguintes, o perfil profissional tornou-se mais diversificado. Os economistas passaram a ocupar funções em bancos, empresas, consultorias, instituições de pesquisa,

universidades, organismos internacionais, mercado financeiro, comércio exterior, gestão governamental, planejamento estratégico e avaliação de políticas públicas.

A inflação elevada e os sucessivos planos econômicos dos anos 1980 colocaram a Economia no centro da vida cotidiana. Nos anos 1990, a abertura comercial, as reformas do Estado e a estabilização monetária exigiram novas competências. A partir dos anos 2000, ganharam força áreas como regulação, responsabilidade fiscal, economia ambiental, análise de dados, inovação, sustentabilidade e avaliação de programas governamentais.

Para o economista Reinaldo Dantas Sampaio, atual conselheiro efetivo e ex-presidente do Corecon-BA, as transformações econômicas, políticas e ideológicas ocorridas no Brasil e no mundo influenciaram diretamente o pensamento econômico e o perfil dos profissionais.

Em sua avaliação, o período foi marcado pelo enfraquecimento do pensamento desenvolvimentista, no qual o Estado ocupava uma posição central na promoção do progresso, e pelo fortalecimento de concepções que passaram a atribuir às forças de mercado o papel principal na condução das transformações econômicas.

Essas mudanças também alteraram a formação e a atuação profissional. A ampliação do uso da matemática, da estatística e dos modelos econômicos trouxe instrumentos importantes para a análise, mas, segundo Reinaldo, também criou o risco de afastar os profissionais da realidade histórica e social que buscavam interpretar. “A estatística e a matemática são ciências auxiliares da Economia, e não a própria Economia”, observa.

Segundo Reinaldo, as limitações reveladas por alguns modelos e as crises estruturais enfrentadas pelas economias contemporâneas voltaram a abrir espaço para correntes como o novo-desenvolvimentismo, o nekeynesianismo e outras formulações capazes de analisar o papel das instituições, do Estado, da estrutura produtiva e das desigualdades.

Nesse contexto, Reinaldo defende que o economista mantenha a capacidade de confrontar modelos com a realidade concreta. “Aos economistas

cabe o dever de confrontar os fatos da vida com as teorias para formular uma concepção realista do processo econômico”, afirma, recorrendo a uma reflexão do economista sueco Gunnar Myrdal.

Paralelamente às mudanças no pensamento econômico, a formação profissional avançou de uma perspectiva predominantemente generalista para um conjunto cada vez mais amplo de especializações. Ciência de dados econômicos, economia ambiental e climática, inteligência aplicada às cadeias de suprimentos, modelagem de investimentos, mercado financeiro, perícia econômico-financeira, economia do setor público, comércio exterior, agronegócio, economia solidária e avaliação de políticas são alguns dos campos que ampliaram as possibilidades de atuação.

Essa diversificação, entretanto, convive com um desafio antigo: proteger as atividades que dependem de formação econômica especializada. Reinaldo avalia que, em determinados segmentos, houve um estreitamento do espaço legítimo da profissão, com atribuições assumidas por profissionais de outras formações que nem sempre possuem o aprofundamento necessário em teoria econômica, métodos quantitativos, finanças ou análise histórica.

O problema não está na interação entre diferentes áreas do conhecimento, cada vez mais necessária, mas na ocupação de atividades econômicas especializadas sem o domínio teórico, histórico e metodológico exigido para seu desempenho.

A modernização da legislação profissional tornou-se, por isso, uma das principais pautas do Sistema Co-fecon/Corecons. O Projeto de Lei nº 3.178/2024 propõe atualizar a Lei nº 1.411/1951 e explicitar competências profissionais diante de um mercado de trabalho muito diferente daquele existente na década de 1950.

Em tramitação na Câmara dos Deputados, o texto já recebeu aprovação na Comissão de Trabalho e parecer favorável do relator na Comissão de Finanças e Tributação. Até julho de 2026, aguardava apreciação nessa Comissão antes de seguir para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para Reinaldo, a atualização não representa apenas uma demanda corporativa. Ao assegurar que atividades

dependentes de conhecimentos específicos sejam exercidas por bacharéis e profissionais qualificados, a legislação oferece maior confiabilidade aos serviços prestados à sociedade.

Ao mesmo tempo, ele sustenta que a expansão das especialidades não deve reduzir a profissão a um conjunto de ferramentas técnicas. “Todas as áreas de atuação são legítimas, justas e necessárias. Porém, a missão fundamental dos economistas sempre será a construção de teorias, projetos e ações que contribuam para uma sociedade moralmente ética e economicamente justa”, defende.

Entre todas as possibilidades profissionais, Reinaldo manifesta um desejo particular: que pensar o desenvolvimento do Brasil e da Bahia volte a ser uma das competências mais demandadas dos economistas. O desafio, segundo ele, é compreender como territórios dotados de riquezas naturais, estruturas produtivas e capacidades humanas tão expressivas ainda convivem com desigualdades sociais profundas. Interpretar os mecanismos que produzem e distribuem a riqueza seria, assim, condição para formular caminhos capazes de ampliar as potencialidades criativas e produtivas de homens e mulheres.

Economistas ajudam a estruturar o desenvolvimento

A profissão de economista tornou-se estratégica no Brasil não apenas pela capacidade de analisar conjunturas, mas também por sua participação na construção de instituições, políticas e projetos que modificaram a estrutura produtiva nacional. Segundo Reinaldo Dantas Sampaio, os alicerces da economia brasileira moderna foram influenciados pelo pensamento e pela ação de grandes economistas, que contribuíram para a criação de instrumentos de planejamento, financiamento, infraestrutura e industrialização.

Essas iniciativas ajudaram o país a superar parte de sua condição histórica de economia predominantemente

agrário-exportadora e a construir uma das matrizes industriais mais complexas entre os países em desenvolvimento.

Na Bahia, estudos e propostas elaborados por economistas também foram importantes para orientar decisões políticas e econômicas, estruturar órgãos de planejamento e promover mudanças na matriz produtiva estadual.

“Sempre coube aos economistas elaborar e estruturar o conhecimento econômico e compreender o processo histórico que o engendra. Por isso, eles sempre tiveram o papel estratégico de orientar o desenvolvimento, preservando o caráter social e moral da construção da riqueza”, afirma Reinaldo.

Para ele, a constatação dos limites de determinados modelos econômicos deve estimular governos, empresas, universidades e instituições públicas a convocarem novamente os economistas para pensar, projetar e influenciar as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico. “Ainda que não sejamos chamados, devemos formular e propagar ideias e percepções que possam contribuir para o aprimoramento da ação governativa da Bahia e do Brasil”, defende.

Corecon-BA amplia participação nos debates sobre o estado

A atuação do Corecon-BA também se transformou à medida que a profissão se diversificou. Sem abandonar suas atribuições legais, o Conselho ampliou sua presença nas discussões

sobre planejamento, desenvolvimento regional, indústria, emprego, finanças públicas, infraestrutura, desigualdade e políticas sociais.

Ex-presidente do Corecon-BA em cinco mandatos e atual conselheiro federal, Gustavo Casseb Pessoti avalia que o órgão se consolidou como uma das instituições de referência na promoção do debate econômico no estado. “O Conselho soube ultrapassar sua função legal de fiscalização do exercício profissional para se tornar um espaço permanente de reflexão sobre os grandes desafios do desenvolvimento estadual”, afirma.

Seminários, palestras, semanas temáticas, encontros acadêmicos, posicionamentos técnicos e debates públicos permitiram que o Corecon-BA aproximasse profissionais, pesquisadores, gestores, estudantes, empresas e jornalistas.

Entre as iniciativas estão a tradicional Semana do Economista e o projeto Corecon Debate, criado para promover discussões sobre temas de interesse público. O Conselho também apoia o Encontro de Economia Baiana, realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e pela Faculdade de Economia da UFBA.

Indicadores como Produto Interno Bruto, emprego, inflação, investimentos e finanças públicas passaram a ser analisados em eventos e manifestações que ofereciam à sociedade interpretações técnicas sobre a conjuntura baiana.

Em diferentes períodos, os debates promovidos ou apoiados pelo Conselho abordaram a industrialização e a evolução do Polo de Camaçari, o desenvolvimento do semiárido, as desigualdades regionais, a agricultura e o



agronegócio, a economia do turismo, a infraestrutura logística, o mercado de trabalho e a sustentabilidade das contas públicas.

Mais recentemente, novas questões foram incorporadas à agenda: transição energética, mudanças climáticas, inovação, economia do conhecimento, inteligência artificial e efeitos da transformação tecnológica sobre empresas, trabalhadores e governos.

“O Corecon-BA deve fortalecer sua atuação como instituição articuladora do conhecimento econômico, promovendo um ambiente permanente de diálogo entre universidades, centros de pesquisa, gestores públicos, setor produtivo e meios de comunicação”, sustenta Gustavo.

Para ele, uma instituição de interesse público precisa valorizar o economista e, ao mesmo tempo, contribuir para ampliar a educação econômica da população, disseminar informações confiáveis e estimular propostas comprometidas com a redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável.

Reinaldo Dantas Sampaio também ressalta que essa atuação se materializa em iniciativas permanentes. Entre elas estão a publicação Reflexões de Economistas Baianos, o Prêmio de Monografia Economista Jairo Simões, a Comenda Rômulo Almeida e a Semana do Economista.

O Conselho também estimula o envolvimento dos estudantes baianos em programas nacionais

coordenados pelo Cofecon, como a Gincana Nacional de Economia e o Desafio Quero Ser Economista, além de manter o Núcleo de Perícia Econômico-Financeira e acompanhar editais para assegurar a inclusão dos economistas nas oportunidades relacionadas às suas competências.

Uma década de expansão institucional

Entre 2014 e 2017, o calendário institucional passou a articular, de forma ainda mais intensa, formação, produção técnica, homenagens e debate público. Em 2014, a celebração do Dia do Economista reuniu cerca de 150 economistas, estudantes e autoridades na Faculdade de Economia da UFBA. Antônio Alberto Valença e Fernando Pedrão receberam a Comenda Economista de Destaque, Luiz Filgueiras proferiu palestra e a programação incluiu a premiação da II Gincana Baiana de Economia e do Prêmio Jairo Simões, além do lançamento de Reflexões de Economistas Baianos – 2014.

Em 2015, o Jubileu de Ouro foi marcado pelo lançamento de A Economia Baiana em Análise Retrospectiva e Perspectiva, obra organizada por Gustavo Casseb Pessoti, e pela homenagem a Victor

Gradin com a Comenda Economista de Destaque. No ano seguinte, André Perfeito e André Biancarelli participaram da celebração do Dia do Economista, que também lançou a 12ª edição de Reflexões de Economistas Baianos, com a participação de Wilson Cano e Júlio Miragaya. O Conselho integrou ainda o XII Encontro de Economia Baiana.

Em 2017, a Semana do Economista teve palestra magna de David Kupfer, homenagens a Paulo Dantas e Manoel Figueiredo Castro e as premiações da V Gincana Baiana de Economia e do Prêmio Jairo Simões. A reunião de coordenadores dos cursos de Economia da Bahia reforçou, naquele ano, a discussão sobre a formação profissional. Em 2018, o Conselho ampliou as ações junto às universidades, criou o Núcleo de Perícia Econômico-Financeira, promoveu um Corecon Debate sobre a Reforma da Previdência e realizou a Semana do Economista com conferência de Luciano Coutinho, além de fortalecer a Gincana Baiana de Economia.

A integração institucional ganhou novos contornos em 2019. A Semana do Economista homenageou Paulo Dantas Gaudenzi, Rosembergue Valverde e Victor Gradin e recebeu Paulo Nogueira Batista Jr. para a palestra principal. O Corecon-BA também passou a integrar o Fórum Regional Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte da Bahia, ampliando sua presença em espaços estratégicos de discussão sobre o ambiente de negócios e o desenvolvimento.

Em 2020, diante das restrições impostas pela pandemia, o Conselho realizou sua primeira Semana do Economista totalmente virtual. Cinco painéis reuniram especialistas da academia, do governo, da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e do Sistema Cofecon/Corecons para discutir os desafios econômicos do pós-Covid-19. No mesmo período, uma campanha destacou a Perícia Econômico-Financeira como área privativa do economista.

A criação da Comissão da Mulher Economista, em 2021, abriu



uma frente permanente de discussão sobre liderança feminina, mercado de trabalho, empreendedorismo e equidade de gênero na Economia. O programa Prosa com Elas, lançado naquele contexto, consolidou-se nos anos seguintes. Em 2023, promoveu edições relacionadas ao Dia Internacional da Mulher e ao Outubro Rosa, em parceria com o Sebrae Bahia e outras instituições, incorporando aos debates temas como saúde, diversidade e empreendedorismo feminino, e participou do I Seminário Mulher e Diversidade do Cofecon.

O ano de 2024 representou um marco de representatividade. Isabel de Cássia Santos Ribeiro tornou-se a primeira mulher negra eleita presidenta do Corecon-BA. Ao lado do vice-presidente Edval Landulfo de Sousa Neto, formou a primeira presidência composta por profissionais negros da história do Conselho. A gestão ampliou o projeto Corecon nas IES, realizou a Semana do Economista: Bahia 2050 Perspectivas portadoras de futuro para a economia e economistas baianos, homenageou Ana Georgina Dias e Celeste Philigret com a Comenda Rômulo Almeida e participou do II Seminário Mulher e Diversidade do Cofecon.

Em 2025, memória, inovação e desenvolvimento se encontraram no Mês do Economista. O Conselho lançou Reflexões Econômicas e Filosóficas de Fernando Pedrão, homenageou Edmundo Sá Barreto Figueirôa e André Garcez Ghirardi com a Comenda Rômulo Almeida. Neste evento, o Professor José Sérgio Gabrielli ministrou a Palestra Magna "Impacto do 'tarifaço' dos EUA sobre a economia nacional, regional e da Bahia". A participação na 20ª edição do Encontro de Economia Baiana reforçou a presença do Corecon-BA nas discussões sobre inovação, inteligência artificial e desenvolvimento regional. No mesmo ano, o Corecon-BA, em parceria com a Comissão da Mulher e Diversidade do Cofecon, realizou o III Seminário Mulher e Diversidade do Cofecon, nas instalações do Sebrae Bahia. O Prosa com Elas também realizou uma edição especial pelo Dia da Consciência Negra, dedicada ao afroempreendedorismo e à inclusão.



Em 2026, o Corecon-BA ampliou sua inserção em redes voltadas à formação, ao financiamento e ao desenvolvimento territorial. O Conselho passou a integrar o Comitê Técnico Setorial da Business School CIMATEC, aproximando academia, mercado e setor produtivo e contribuindo para a qualificação da formação em Economia e Administração e para o desenvolvimento de lideranças alinhadas à inovação, à transformação digital e à nova economia. Participou também do III Seminário de Mercado de Capitais para o Nordeste, promovido pelo Banco do Nordeste, representado pelo presidente Edval Landulfo e pelo conselheiro Marcelo Ferreira. A presença no evento ampliou o diálogo institucional sobre financiamento, investimentos e instrumentos estratégicos para o crescimento econômico nordestino.

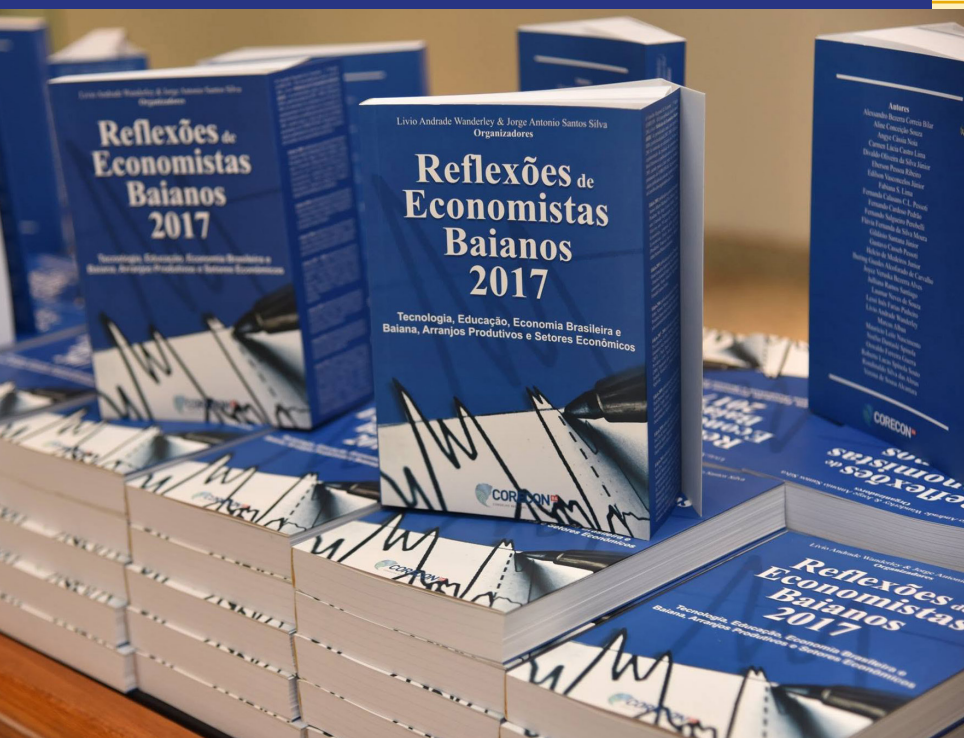
No mesmo ano, a autarquia integrou o movimento +Conquista, que reúne entidades representativas de Vitória da Conquista para fortalecer o ambiente de negócios, estimular a inovação e impulsionar o desenvolvimento regional. A participação do vice-presidente José Antonio Gonçalves dos Santos e do conselheiro Hugo Clapton Nogueira reafirmou o compromisso do Conselho com a construção coletiva de

soluções e com o fortalecimento das políticas de desenvolvimento para o sudoeste baiano.

Para Nei Cardim, a consolidação dessa presença institucional somente foi possível devido à dedicação dos profissionais que integraram o Conselho ao longo de sua história. "O Corecon-BA sempre contou com um quadro de conselheiros abnegados, que dedicam boa parte do seu tempo a prestar relevantes serviços aos economistas baianos", afirma.

A participação dos representantes da Bahia no Sistema Cofecon/Corecons também contribuiu para projetar nacionalmente o Conselho. Ao longo dos anos, economistas baianos ocuparam cargos de presidente e vice-presidente do Cofecon, além de integrar comissões e debates nacionais sobre a regulamentação e o futuro da profissão.

Nei Cardim presidiu o Corecon-BA e, posteriormente, foi eleito por duas vezes pelos conselheiros federais de todo o país para exercer a vice-presidência do Cofecon. "Os economistas baianos certamente têm motivos para se orgulhar desse reconhecimento. O Corecon-BA é um dos mais conceituados Conselhos Regionais de Economia do Brasil", avalia.



Publicações preservam e difundem o pensamento econômico baiano

A produção editorial tornou-se um dos instrumentos utilizados pelo Corecon-BA para preservar o pensamento econômico baiano e fazê-lo circular para além dos eventos institucionais. Lançada em 2001, quando a regulamentação da profissão de economista completou 50 anos, a publicação Reflexões de Economistas Baianos passou a reunir artigos, ensaios e estudos sobre temas relacionados às economias estadual e nacional.

Ao longo dos anos, as edições trataram de diferentes áreas da Economia e também abriram espaço para trabalhos vencedores do Prêmio de Monografia Economista Jairo Simões. Dessa maneira, pesquisadores experientes e estudantes passaram a dividir as páginas de uma publicação voltada à análise dos desafios do desenvolvimento.

A continuidade da iniciativa permite registrar a visão de economistas baianos sobre questões como estrutura

produtiva, mercado de trabalho, finanças públicas, desigualdade, indústria, agricultura, inovação, meio ambiente e desenvolvimento regional.

A Comenda Rômulo Almeida, por sua vez, homenageia economistas que contribuíram para a produção do conhecimento, a formação de novos profissionais ou a atuação qualificada nos setores público e privado. A homenagem preserva a memória de um dos principais formuladores do pensamento sobre o desenvolvimento brasileiro e baiano.

Durante as comemorações do Jubileu de Ouro do Corecon-BA, em

2015, foi lançado o livro A Economia Baiana em Análise Retrospectiva e Perspectiva, organizado por Gustavo Pessoti. A obra reuniu profissionais e pesquisadores para examinar a trajetória da Bahia, seus obstáculos históricos e as possibilidades de desenvolvimento.

Dez anos depois, em 2025, o lançamento de Reflexões Econômicas e Filosóficas de Fernando Pedrão deu continuidade a esse trabalho de memória e difusão do pensamento econômico. A obra recuperou a contribuição intelectual de um dos mais importantes estudiosos do desenvolvimento baiano e aproximou sua produção de novas gerações de profissionais, estudantes e pesquisadores.

A publicação materializou uma característica construída ao longo das décadas: a disposição do Conselho de não apenas acompanhar os acontecimentos econômicos, mas também registrar interpretações, reunir diferentes visões e colocar propostas em circulação.

Os livros ajudam ainda a mostrar que discutir a economia baiana exige uma perspectiva de longo prazo. Os problemas atuais não começaram agora. A concentração produtiva, as desigualdades territoriais, a dependência de determinados setores e as dificuldades de integração entre capital e interior possuem raízes históricas.

Ao preservar estudos e estimular novas reflexões, o Corecon-BA mantém acessível um acervo capaz de ajudar profissionais, estudantes, pesquisadores, gestores e jornalistas a compreender essas permanências e transformações.





Iniciativas aproximam jovens da Economia e reconhecem a produção acadêmica

A valorização da profissão de economista também passa pela formação de novas gerações. Nesse caminho, iniciativas promovidas pelo Sistema Cofecon/Corecons, com o apoio dos Conselhos Regionais e, na Bahia, do Corecon-BA, têm contribuído para aproximar estudantes do universo da Economia, estimular o pensamento crítico e reconhecer a produção acadêmica desenvolvida em diferentes instituições de ensino do país. Entre essas ações, destacam-se o Desafio Quero Ser Economista, a Gincana Nacional de Economia e o Prêmio Brasil de Economia.

Voltado para estudantes do Ensino Médio, o Desafio Quero Ser Economista cumpre um papel estratégico na divulgação da profissão. A competição apresenta, de forma acessível e dinâmica, conceitos fundamentais da Economia, além de despertar nos jovens o interesse por temas como escolhas, recursos, mercado, desenvolvimento, políticas públicas e organização da vida econômica. Mais do que um jogo, a iniciativa funciona como uma porta de entrada para que os estudantes conheçam

a carreira e compreendam a presença da Economia no cotidiano.

Já a Gincana Nacional de Economia é direcionada a estudantes de Ciências Econômicas e cursos conexos. Realizada em etapas regional e nacional, a competição combina conhecimento técnico, raciocínio estratégico e aplicação prática de conceitos econômicos. Por meio de jogos, perguntas e simulações envolvendo variáveis econômicas, os participantes são desafiados a tomar decisões, analisar cenários e exercitar habilidades essenciais à atuação profissional. A iniciativa também favorece a integração entre alunos, instituições de ensino e Conselhos Regionais de Economia de todo o país.

No campo da produção acadêmica, o Prêmio Brasil de Economia representa um dos principais instrumentos de reconhecimento de estudos e pesquisas na área. A premiação contempla trabalhos como monografias de graduação, artigos técnicos ou científicos, livros e outras produções voltadas ao conhecimento da realidade econômica brasileira. Para os estudantes, o prêmio é uma oportunidade de projetar pesquisas desenvolvidas na universidade e de evidenciar a contribuição da formação acadêmica para o debate público.

A Bahia tem motivos para celebrar esse percurso. Dois estudantes baianos, ambos da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), conquistaram o primeiro lugar nacional na categoria Monografia de Graduação do Prêmio Brasil de Economia. Em 2019, Áurea Christina Santos Souza venceu com um estudo

sobre a qualidade ambiental das regiões metropolitanas do Nordeste brasileiro. Em 2025, Felipe Marques Prado alcançou o primeiro lugar com uma pesquisa sobre pobreza multidimensional.

Os resultados reforçam a força da produção acadêmica baiana, especialmente no interior do estado, e evidenciam a importância do Corecon-BA no estímulo à formação, à pesquisa e à valorização dos futuros economistas.

Núcleo de Perícia fortalece a qualificação e abre oportunidades de trabalho

A perícia econômico-financeira reúne algumas das competências mais especializadas da profissão de economista. Em processos judiciais ou extrajudiciais, cabe ao profissional analisar dados, contratos, operações financeiras, patrimônios e relações econômicas complexas, transformando informações técnicas em elementos capazes de contribuir para a solução de conflitos e a tomada de decisões.

Com o propósito de fortalecer esse campo de atuação, o Conselho Regional de Economia da Bahia criou, em maio de 2018, o Núcleo de Perícia Econômico-Financeira. A iniciativa representou um avanço na valorização profissional ao oferecer orientação, capacitação e apoio institucional aos

economistas interessados em ingressar ou se aperfeiçoar na atividade pericial.

Entre os objetivos do Núcleo estão incentivar a qualificação técnica, divulgar oportunidades profissionais, promover cursos e eventos e orientar os economistas sobre os procedimentos necessários ao exercício da perícia. O trabalho também busca ampliar o reconhecimento da área como um campo estratégico da Economia, capaz de oferecer serviços técnicos de elevada qualidade ao Poder Judiciário, às empresas, às instituições e à sociedade.

O ex-conselheiro e ex-coordenador do Núcleo Alex Gama Queiroz dos Santos destaca que a formação do economista proporciona amplo domínio para a realização de perícias econômico-financeiras. O profissional pode atuar como perito judicial, quando é nomeado por um magistrado para produzir provas técnicas em processos envolvendo questões econômicas, financeiras, patrimoniais, bancárias, tributárias, trabalhistas, previdenciárias ou societárias, entre outras.

“Para exercer essa atividade, o profissional deve estar regularmente registrado no Conselho Regional de Economia, realizar seu cadastro no Cadastro Nacional de Peritos em Economia e Finanças, mantido pelo Conselho Federal de Economia, e efetuar o credenciamento junto ao Tribunal de Justiça da Bahia e aos demais tribunais em que pretenda atuar”, explica Alex Gama



Outra possibilidade é a atuação como assistente técnico. Nesse caso, o economista é contratado por uma das partes envolvidas no processo para acompanhar a perícia, analisar documentos, formular quesitos, elaborar pareceres e apresentar manifestações técnicas.

O trabalho do assistente contribui para que as questões econômicas e financeiras sejam examinadas de maneira aprofundada, oferecendo maior segurança às partes e fornecendo subsídios técnicos para decisões judiciais, arbitrais ou extrajudiciais.

Rodolfo Lujan, primeiro coordenador do Núcleo, recorda que a iniciativa surgiu a partir de um movimento nacional do Sistema Cofecon/Corecons para organizar e fortalecer a atuação dos economistas na perícia econômico-financeira. “A partir desse estímulo, realizamos pesquisas e levantamentos junto a outros Conselhos Regionais de Economia. Identificamos que alguns estados já haviam criado núcleos semelhantes e entendemos que a Bahia também precisava oferecer esse apoio aos seus economistas”, relata.

Até então, segundo Lujan, os profissionais que atuavam na área não contavam, no âmbito do Corecon-BA, com uma estrutura institucional específica para apoiar sua qualificação e ampliar o diálogo com o mercado e com o Poder Judiciário. “Na gestão do economista Reinaldo Sampaio, criamos o Núcleo não apenas para aperfeiçoar a formação daqueles que já trabalhavam na área, mas também para estimular a perícia econômico-financeira na Bahia, principalmente junto ao Poder Judiciário”, afirma.

Uma das primeiras iniciativas foi a elaboração de uma cartilha destinada a apresentar as atribuições e as possibilidades de atuação do economista perito. O material foi encaminhado à Presidência do Tribunal de Justiça da Bahia e, de acordo com Lujan, teve uma recepção positiva.

A aproximação abriu caminho para que integrantes do Núcleo apresentassem o trabalho do economista às diferentes unidades do Judiciário, esclarecendo, inclusive, as particularidades da perícia econômico-financeira e sua aplicação em questões que ultrapassam a análise estritamente contábil.

“A perícia econômico-financeira possui uma abordagem mais ampla do que a perícia contábil, pois

permite analisar não apenas registros e demonstrações, mas também os efeitos econômicos, financeiros e patrimoniais das relações examinadas”, ressalta Lujan.

A continuidade das apresentações presenciais, entretanto, foi interrompida pela pandemia de Covid-19, que impôs restrições ao funcionamento das instituições e à realização de atividades nos fóruns.

O Núcleo também mantém diálogo com o ambiente acadêmico, contando com a participação de representante ligado aos cursos de Ciências Econômicas. A aproximação contribui para acompanhar as transformações do mercado, atualizar conhecimentos e aproximar estudantes e profissionais das possibilidades oferecidas pela perícia.

Em uma atividade marcada por mudanças na legislação, pela digitalização de processos e pelo crescimento da complexidade das relações econômicas, o aperfeiçoamento permanente torna-se indispensável.

“A qualificação e o desenvolvimento profissional dos economistas no campo da perícia econômica são fundamentais. Por isso, a existência do Núcleo é essencial para consolidar a atividade e oferecer o amplo apoio institucional de que esses profissionais necessitam”, afirma Lujan.



Para Alex Gama, o Núcleo reafirma o compromisso do Corecon-BA com a valorização da profissão e com o desenvolvimento de uma atividade que exige conhecimento técnico, responsabilidade, ética e atualização constante. “Ao apoiar a formação e a inserção de novos peritos, o Núcleo contribui para ampliar as oportunidades profissionais dos economistas baianos e para fortalecer a credibilidade da perícia econômico-financeira como instrumento essencial à solução de conflitos e à promoção da justiça”, conclui.

Aos 60 anos, Corecon-BA projeta os desafios das próximas décadas

Aos 60 anos, o Corecon-BA carrega a experiência de uma instituição consolidada, mas enfrenta perguntas que não podem ser respondidas apenas com a memória do passado. Como valorizar a profissão em um mercado cada vez mais interdisciplinar? Como fortalecer a fiscalização sem perder o caráter orientador? Como aproximar o Conselho dos jovens economistas? Como ampliar sua presença no interior? Como transformar conhecimento técnico em informação compreensível para a sociedade?

Há também um desafio mais amplo: contribuir para que a Bahia construa um projeto de desenvolvimento capaz de combinar crescimento, inovação, equilíbrio ambiental e redução das desigualdades. A economia estadual passou por profundas transformações desde 1965. A industrialização mudou a Região Metropolitana de Salvador. O agronegócio ganhou escala no oeste. Novos polos produtivos surgiram no interior. O setor de serviços ampliou sua participação. A infraestrutura avançou, mas ainda apresenta gargalos. A riqueza cresceu, mas sua distribuição continua desigual entre pessoas, setores e territórios.

O economista é chamado a interpretar essas contradições. Precisa compreender os números, mas também as relações sociais que eles representam. Deve dominar instrumentos quantitativos sem perder de vista a história,

a política e as consequências humanas das decisões econômicas.

Para Reinaldo Dantas Sampaio, pensar o desenvolvimento da Bahia e do Brasil deve ocupar novamente a posição central entre as competências dos economistas. Não se trata apenas de projetar o crescimento do Produto Interno Bruto, mas de compreender como a riqueza é produzida, apropriada e distribuída.

O desenvolvimento integral, em sua visão, deve criar condições para que todas as pessoas possam ampliar suas capacidades produtivas, criativas e humanas. A Economia, portanto, não pode se limitar ao funcionamento dos mercados ou à eficiência das organizações. Precisa também examinar a pobreza, as desigualdades, os desequilíbrios territoriais e os efeitos sociais das escolhas públicas e privadas.

Aos profissionais mais jovens, Reinaldo recomenda uma formação ampla. “Estudem todas as correntes de pensamento econômico. Leiam também Filosofia, Sociologia, História e Direito, porque a Economia se encontra no cruzamento de outras ciências e somente assim pode ser compreendida”, aconselha.

Ele lembra, ainda, que as incertezas existentes na Economia não anulam seu caráter científico e que a própria realidade se transforma continuamente, exigindo dos profissionais capacidade permanente de aprendizado, interpretação e revisão das teorias.

Para Reinaldo, a Economia só cumpre sua finalidade quando está voltada à melhoria da vida das pessoas.

“Reconheçam que a Economia é essencialmente uma ciência social e moral e só existe e serve se pensada para melhorar a vida das pessoas. Economista que se afasta desse primado não será verdadeiramente economista. Como dizia a mestra Maria da Conceição Tavares, não passará de um tecnocrata”, afirma Reinaldo.

A advertência aponta também para o papel que o Conselho deverá desempenhar nos próximos anos: defender a qualidade técnica sem se afastar do interesse público, estimular a atualização profissional sem perder

a visão humanista e acompanhar as novas especialidades sem abandonar a reflexão sobre o desenvolvimento.

Em 1965, a inexistência de uma estrutura regional atuante permitia que pessoas sem a formação necessária se apresentassem como economistas. Seis décadas depois, a realidade profissional tornou-se muito mais sofisticada, mas a essência daquela preocupação permanece.

Cabe ao Corecon-BA proteger a profissão, preparar seus profissionais, reconhecer novas competências e aproximar o conhecimento econômico da sociedade. Cabe-lhe, ainda, manter aberto um espaço plural para discutir que Bahia está sendo construída e qual Bahia será possível construir.

A sede, os nomes, as tecnologias e os campos de atuação mudaram. Permanecem, entretanto, os fundamentos que atravessaram essas seis décadas: a preservação de sua história, a representação dos economistas e o compromisso de interpretar a realidade para contribuir com sua transformação.



Endereços de uma história

1965 A 1975

Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

A Universidade abrigou as primeiras reuniões, sessões plenárias e atividades administrativas do Conselho.

1975

Largo 2 de Julho

O Corecon-BA deixa a UFBA e passa a funcionar no Edifício Coralina, na Praça Inocêncio Galvão, sua primeira sede fora do ambiente universitário.

1988

Avenida Sete de Setembro

O Conselho adquire imóvel no Edifício Fernandez, no Centro de Salvador.

DÉCADA DE 1990

Avenida Anita Garibaldi

O Conselho funciona em imóvel localizado na Avenida Anita Garibaldi.

2002

Caminho das Árvores

O Corecon-BA adquire a atual sede, composta por seis salas no Edifício Advanced Trade Center.

O Corecon-BA em diferentes frentes

Fiscalização profissional

Orienta profissionais e empresas, combate o exercício irregular, preserva a ética e acompanha editais para garantir a presença de economistas em atividades compatíveis com sua formação.

Representação da categoria

Defende os interesses profissionais dos economistas e participa das discussões sobre a modernização da legislação e a valorização das competências da área.

Debate econômico

Promove eventos, publicações e discussões sobre desenvolvimento, emprego, indústria, finanças públicas, desigualdade, inovação e outros temas relevantes para a Bahia.

Formação de novas gerações

Apoia iniciativas voltadas a estudantes do Ensino Médio e universitários, além de estimular a produção acadêmica e reconhecer pesquisas desenvolvidas na Bahia.

Qualificação profissional

Realiza ações de capacitação e mantém iniciativas como o Núcleo de Perícia Econômico-Financeira, que amplia as possibilidades de atuação dos economistas.

Diálogo com a sociedade

Aproxima profissionais, universidades, órgãos públicos, empresas, imprensa e sociedade da análise econômica e dos debates sobre o futuro do estado.

“Todas as áreas de atuação são legítimas, justas e necessárias. Porém, a missão fundamental dos economistas sempre será contribuir para uma sociedade moralmente ética e economicamente justa”
(Reinaldo Dantas Sampaio)



“O Conselho soube ultrapassar sua função legal de fiscalização para se tornar um espaço permanente de reflexão sobre os grandes desafios do desenvolvimento estadual”
(Gustavo Casseb Pessoti)



“O Corecon-BA sempre contou com conselheiros abnegados, que dedicam boa parte do seu tempo a prestar relevantes serviços aos economistas baianos”
(Nei Cardim)



MEMÓRIA HISTÓRICA

60 anos em 60 fatos

Contar a história do Corecon-BA é também revisitar a trajetória da profissão de economista no Brasil e na Bahia. Em seis décadas, o Conselho acompanhou a consolidação da formação em Ciências Econômicas, a ampliação do mercado de trabalho e a crescente participação dos economistas no planejamento público e privado.

Esta linha do tempo reúne marcos da regulamentação profissional, da construção institucional do Corecon-BA e de sua atuação na formação, na produção de conhecimento, na representatividade e no desenvolvimento da Bahia.

1. **1951** — A Lei nº 1.411 regulamenta a profissão de economista e cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Economia.

2. **1952** — O Decreto nº 31.794 detalha as atribuições profissionais e as bases de funcionamento do Sistema Cofecon/Corecons.

3. **1952** — A Resolução nº 02 cria os primeiros Conselhos Regionais: Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

4. **1959** — A Resolução nº 92 institui o Conselho Regional de Economistas Profissionais da 5ª Região, com sede em Salvador e jurisdição na Bahia, em Sergipe e em Alagoas.

5. **Anos 1950 e 1960** — Antes da instalação do Regional, alguns economistas baianos tinham seus registros processados pelo Conselho da 3ª Região, sediado em Recife.

6. **1965** — Em 25 de novembro, economistas reúnem-se na Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA para preparar a instalação do Conselho.

7. **1965** — O Ofício nº 323/65 delega a Sylvio Guimarães as medidas necessárias à instalação definitiva do Regional.

8. **1965** — A Resolução nº 154 constitui o Conselho Provisório, presidido por Ademar Benzano Chilazi, com Sylvio Guimarães na vice-presidência.

9. **1965** — Em 29 de dezembro, sessão realizada na UFBA instala oficialmente o Conselho Regional de Economistas Profissionais da 5ª Região.

10. **1965** — Na mesma data, toma posse o primeiro Plenário, constituído para o triênio 1966-1968.

11. **1966** — Em 1º de fevereiro, ocorre a primeira sessão ordinária e é definida a primeira diretoria administrativa.

12. **1966** — Em 28 de fevereiro, o Plenário aprova a primeira tabela de anuidades e emolumentos.

13. **1966** — O Conselho começa a expedir as primeiras carteiras profissionais de economistas da 5ª Região.

14. **1966** — Gilson Cajueiro de Holanda é escolhido delegado em Sergipe, e José Sylvio Barreto, primeiro delegado em Alagoas.

15. **1966** — Em novembro, é criada a primeira comissão permanente do Regional, dedicada ao orçamento.

16. **1966 a 1974** — Os três primeiros Plenários são designados pelo Conselho Federal, pois ainda não havia sindicato ou associação de economistas na Bahia.

17. **1971** — Em 11 de novembro, Alagoas conquista Conselho Regional próprio e deixa de integrar a 5ª Região.

18. **1971** — Em 9 de dezembro, Sergipe também conquista seu Conselho, e a jurisdição da 5ª Região fica restrita à Bahia.

19. **1974** — A Lei nº 6.021 adota as denominações Conselho Federal de Economia e Conselhos Regionais de Economia.

20. **1975** — O Corecon-BA deixa a UFBA e instala sua primeira sede externa no Edifício Coralina, no Largo 2 de Julho.

21. **1975** — Os integrantes do Plenário passam a ser escolhidos pelos delegados eleitores da Associação dos Economistas da Bahia.

22. **Anos seguintes** — Os conselheiros passam a ser eleitos diretamente pelos profissionais registrados, modelo mantido até hoje.

23. **1981 e 1982** — Antônio Alberto Machado Pires Valença preside o Conselho durante a crise da dívida e a escalada da inflação.

24. **1988** — O Corecon-BA adquire imóvel no Edifício Fernandez, na Avenida Sete de Setembro, fortalecendo sua estrutura patrimonial.

25. **1993 e 1995** — Antonio Carlos da Silva Barreto preside o Regional durante importantes transformações da economia brasileira.

26. **1997 a 1999** — Carlos Herval de Viveiros Laranjeira Barbosa conduz o Conselho na consolidação das mudanças econômicas dos anos 1990.

27. **2000 a 2002** — Antônio Alberto Machado Pires Valença retorna à presidência em uma nova etapa de fortalecimento institucional.

28. **2001** — *Reflexões de Economistas Baianos* é lançado nos 50 anos da regulamentação profissional, valorizando a produção intelectual da categoria.

29. **2002** — O Corecon-BA adquire a sede atual, formada por seis salas no Edifício Advanced Trade Center, no Caminho das Árvores.

30. **2005** — O Prêmio de Monografia Economista Jairo Simões começa a reconhecer trabalhos acadêmicos e aproximar o Conselho das universidades.

31. **2006 e 2007** — Arthur Nemrod Menezes Guimarães preside o Conselho em uma fase de fortalecimento das agendas acadêmica e institucional.

32. **2007 e 2008** — *Reflexões de Economistas Baianos* ganha edição organizada por áreas temáticas, ampliando a diversidade dos debates.

33. **2009** — A publicação passa a divulgar os trabalhos vencedores do Prêmio Jairo Simões e a estimular a pesquisa de graduação.

34. **2011** — O Sistema Cofecon/Corecons celebra os 60 anos da regulamentação da profissão de economista.

35. **2011** — A Gincana Nacional de Economia começa a promover conhecimento técnico, raciocínio estratégico e integração entre estudantes.

36. **2014** — O Dia do Economista reúne cerca de 150 pessoas na UFBA, homenageia Antônio Alberto Valença e Fernando Pedrão e recebe Luiz Filgueiras.

37. **2014** — A programação inclui a II Gincana Baiana, o Prêmio Jairo Simões e o lançamento de *Reflexões de Economistas Baianos* – 2014.

38. **2015** — O Jubileu de Ouro marca o lançamento de *A Economia Baiana em Análise Retrospectiva e Perspectiva*, organizado por Gustavo Casseb Pessoti, e homenageia Victor Gradin.

39. **2015** — O Corecon-BA realiza seu primeiro processo eleitoral pela internet.

40. **2016** — André Perfeito e André Biancarelli participam do Dia do Economista, que lança a 12ª edição de *Reflexões de Economistas Baianos*, com Wilson Cano e Júlio Miragaya.

41. **2016** — O Conselho participa do XII Encontro de Economia Baiana, fortalecendo o diálogo com pesquisadores e instituições.

42. **2017** — A Semana do Economista recebe David Kupfer, homenageia Paulo Dantas e Manoel Figueiredo Castro e realiza as premiações da V Gincana Baiana e do Prêmio Jairo Simões.

43. **2017** — Coordenadores dos cursos de Economia da Bahia reúnem-se no Conselho para discutir formação acadêmica e desafios profissionais.

44. **2018** — O Corecon-BA amplia a aproximação com as universidades e cria, em maio, o Núcleo de Perícia Econômico-Financeira.

45. **2018** — O Corecon Debate discute a Reforma da Previdência, a Semana do Economista recebe Luciano Coutinho e a Gincana Baiana é fortalecida.

46. **2019** — A Semana do Economista homenageia Paulo Dantas Gaudenzi, Rosembergue Valverde e Victor Gradin e recebe Paulo Nogueira Batista Jr.

47. **2019** — O Conselho integra o Fórum Regional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e Áurea Christina Santos Souza, da UESC, vence o Prêmio Brasil de Economia.

48. **2020** — A primeira Semana do Economista totalmente virtual promove cinco painéis sobre os desafios econômicos do pós-Covid-19.

49. **2020** — O Corecon-BA lança campanha de valorização da Perícia Econômico-Financeira como área privativa do economista.

50. **2021** — O Conselho cria a Comissão da Mulher Economista e lança o Prosa com Elas, dedicado à liderança feminina, ao mercado de trabalho, ao empreendedorismo e à equidade.

51. **2023** — O Prosa com Elas realiza edições sobre o Dia Internacional da Mulher e o Outubro Rosa, em parceria com o Sebrae Bahia e outras instituições.

52. **2024** — Isabel de Cássia Santos Ribeiro torna-se a primeira mulher negra eleita presidenta do Corecon-BA e forma, com Edval Landulfo, a primeira presidência composta por profissionais negros.

53. **2024** — O Corecon nas IES é ampliado; Ana Georgina Dias e Celeste Philigret recebem a Comenda Rômulo Almeida; e o Conselho participa do II Seminário Mulher e Diversidade.

54. **2025** — O Mês do Economista lança *Reflexões Econômicas e Filosóficas*, de Fernando Pedrão, homenageia Edmundo Sá Barreto Figueirôa e André Garcez Ghirardi e recebe José Sérgio Gabrielli.

55. **2025** — O Conselho participa do 20º Encontro de Economia Baiana, e o Prosa com Elas promove edição sobre afroempreendedorismo e inclusão no Dia da Consciência Negra.

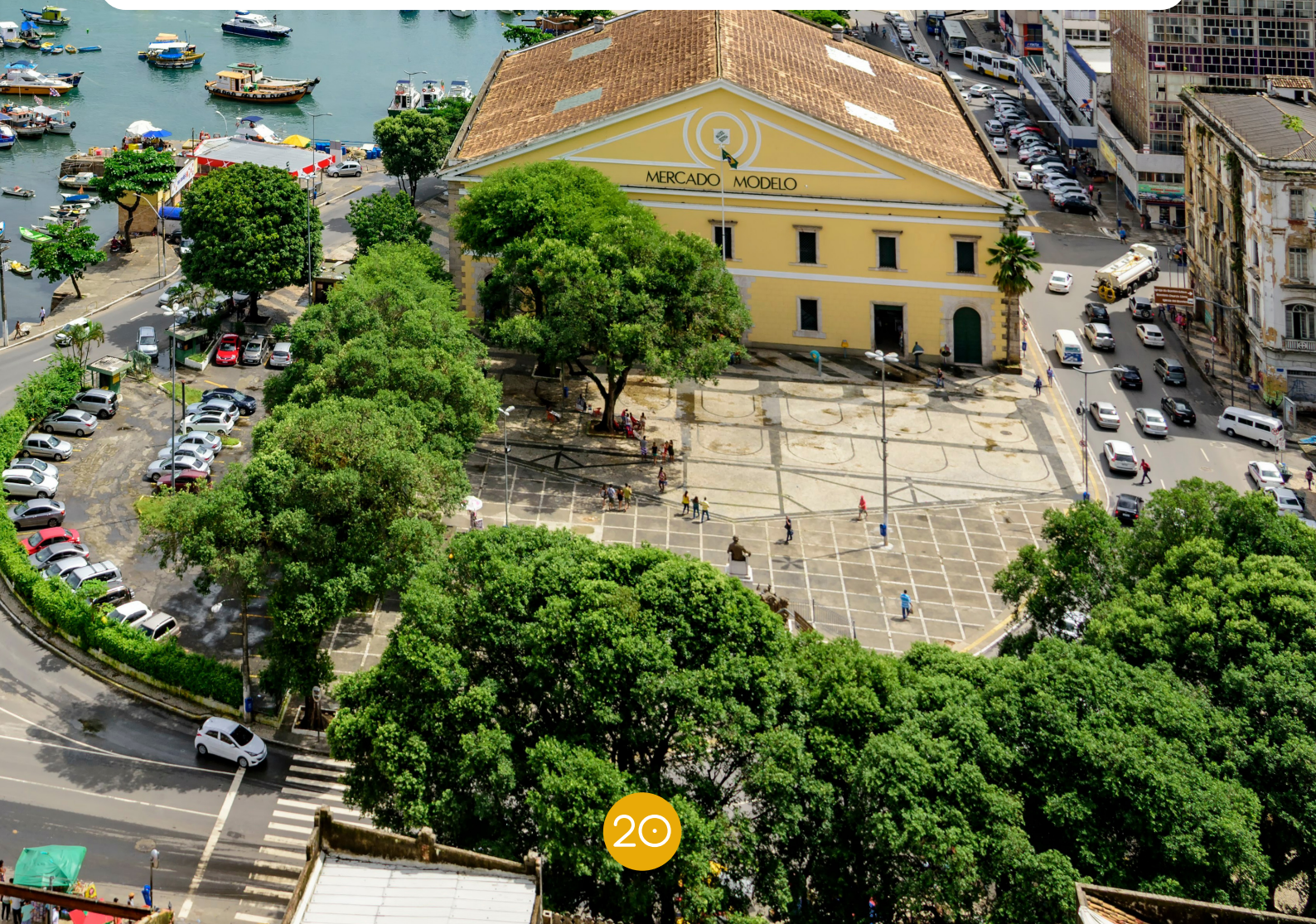
56. **2025** — Felipe Marques Prado, estudante da UESC, conquista o primeiro lugar nacional no Prêmio Brasil de Economia, na categoria Monografia de Graduação.

57. **2026** — O Corecon-BA passa a integrar o Comitê Técnico Setorial da Business School CIMATEC, aproximando academia, mercado e setor produtivo.

58. **2026** — Edval Landulfo e Marcelo Ferreira representam o Conselho no III Seminário de Mercado de Capitais para o Nordeste, promovido pelo Banco do Nordeste.

59. **2026** — Representado por José Antonio Gonçalves dos Santos e Hugo Clapton Nogueira, o Regional integra o movimento +Conquista e fortalece a agenda de desenvolvimento do sudoeste baiano.

60. **2026** — Aos 60 anos, o Corecon-BA reafirma a defesa do exercício profissional e amplia sua atuação na articulação do conhecimento econômico e do desenvolvimento da Bahia.



As contradições do presente e os caminhos do futuro: reflexões sobre a economia baiana na transição para 2050

Por Gustavo Casseb Pessoti e Reinaldo Dantas Sampaio

Há momentos na história econômica em que os indicadores deixam de contar toda a história. A Bahia parece viver exatamente um desses momentos. Se alguém observasse apenas os resultados recentes do Produto Interno Bruto, poderia concluir que o estado finalmente reencontrou uma trajetória de crescimento depois das dificuldades enfrentadas ao longo da década passada. A conclusão, entretanto, seria apressada. Da mesma forma, seria igualmente equivocado afirmar que a economia baiana permanece aprisionada ao quadro de estagnação que marcou grande parte dos anos compreendidos entre 2011 e 2020.

A realidade é mais complexa. A economia baiana encontra-se, hoje, entre dois recentes tempos históricos. O primeiro ainda projeta os efeitos de uma década caracterizada pela perda de dinamismo, pela redução da competitividade relativa, pelo enfraquecimento de setores tradicionais da indústria e pela dificuldade de constituir novos motores de crescimento. O segundo começa a revelar oportunidades inéditas decorrentes das profundas transformações em curso na economia mundial: a transição energética, a reorganização das cadeias globais de produção, a valorização dos minerais estratégicos, o avanço da inteligência artificial, a digitalização da economia, a crescente preocupação ambiental e a redefinição da geopolítica internacional.

Poucas vezes a Bahia reuniu, simultaneamente, tantos ativos econômicos capazes de impulsionar seu desenvolvimento. Também poucas vezes foi tão evidente que possuir ativos não significa, necessariamente, produzir desenvolvimento. É justamente nessa tensão entre potencial e realidade que reside a principal contradição da economia baiana contemporânea.

Essa contradição não nasceu recentemente. Ela foi construída ao longo dos séculos XIX, XX e durante as três primeiras décadas do século XXI. Mas, em particular para os propósitos desta curta análise, o período compreendido entre 2011 e 2020 representou uma inflexão na trajetória econômica recente do estado, com um quadro de taxas acumuladamente negativas do PIB e com perda de participação da Bahia no PIB da região Nordeste do Brasil. Depois de décadas marcadas por importantes ciclos de industrialização e expansão da infraestrutura, a economia baiana experimentou um período de decréscimo econômico, perda de competitividade e enfraquecimento de sua capacidade de gerar valor agregado. Não se tratou apenas dos efeitos da recessão nacional iniciada em 2015 ou da pandemia da Covid-19. Esses acontecimentos agravaram um processo que já vinha sendo desenhado por transformações estruturais da economia estadual.



A perda gradual de participação da indústria de transformação na geração de riqueza, a dificuldade de renovação tecnológica de segmentos industriais tradicionais, a expansão de serviços pouco intensivos em produtividade e a crescente dependência de atividades vinculadas ao setor público em grande parte dos municípios revelaram limitações importantes do modelo de crescimento que predominou nas décadas anteriores.

Durante muito tempo, a Bahia construiu sua dinâmica econômica apoiada na implantação de grandes complexos industriais, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Esse processo alterou a estrutura produtiva estadual, consolidou uma base industrial moderna para os padrões brasileiros da época e permitiu importantes ganhos de renda e urbanização no estado. Entretanto, as mudanças ocorridas na economia mundial ao longo das últimas décadas reduziram parte das vantagens competitivas desse modelo, exigindo novos mecanismos de diversificação produtiva, inovação tecnológica e inserção em cadeias globais de maior valor agregado.

Enquanto isso, outras economias estaduais passaram a disputar investimentos, ampliar sua competitividade e diversificar suas estruturas produtivas. A Bahia permaneceu atraindo importantes projetos de investimento, mas esses empreendimentos, embora relevantes, não foram suficientes para alterar significativamente a trajetória do crescimento econômico. A economia continuou crescendo abaixo de seu potencial, perdendo participação relativa no contexto nordestino e mantendo participação média de 4,0% no PIB nacional ao longo do século XXI.

Talvez a maior contradição do período 2011-2020 tenha sido justamente essa: um estado reconhecido historicamente por sua capacidade de planejamento terminou a década convivendo com indicadores que

¹Gustavo Casseb Pessoti é Economista (UFBA) e Mestre em Desenvolvimento Regional (UNIFACS). É professor universitário e funcionário público da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), atualmente respondendo como Coordenador de Avaliação Institucional da UESB. Foi presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia por cinco mandatos (2014, 2015, 2017, 2022 e 2023) e atualmente é conselheiro federal de economia do COFECON, respondendo como vice coordenador da Comissão de Desenvolvimento Regional. É também vogal da Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB).

revelavam perda de dinamismo econômico. Os projetos existiam. As potencialidades permaneciam presentes. Mas a economia encontrava dificuldades para transformar essas potencialidades em crescimento sustentado.

Os primeiros anos da década de 2020 trouxeram sinais mais favoráveis. A recuperação da atividade econômica após a pandemia, o bom desempenho de parte da agropecuária, a expansão da mineração, o crescimento da produção de energias renováveis e a retomada gradual dos investimentos públicos e privados produziram um ambiente econômico mais otimista. Entre 2021 e 2024, a Bahia voltou a registrar crescimento econômico positivo, recuperando parte das perdas acumuladas durante o período anterior.

Entretanto, interpretar essa recuperação como evidência de um novo ciclo de desenvolvimento seria precipitado. Crescer após uma “década perdida” é diferente de inaugurar um novo padrão de crescimento. Em boa medida, a expansão observada nos últimos anos representa uma recomposição do nível de atividade econômica, mas ainda não configura, por si só, uma transformação estrutural da economia baiana.

Essa distinção é fundamental. Crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento, mas nunca foi condição suficiente. O verdadeiro desafio permanece sendo ampliar a distribuição de renda, aumentar a agregação de valor à produção e a especialização do trabalho, fortalecer os encadeamentos produtivos e construir uma economia territorialmente mais integrada, tecnologicamente mais sofisticada e socialmente mais justa.

É justamente nesse ponto que a discussão sobre o futuro da Bahia ganha relevância.

O mundo que emerge na segunda metade da década de 2020 é profundamente diferente daquele que existia quando o Plano de Desenvolvimento Integrado Bahia 2035 foi concebido. As transformações tecnológicas aceleraram-se em velocidade inédita. A inteligência artificial passa a alterar processos produtivos, cadeias logísticas e modelos de negócios. A transição energética tornou-se prioridade global. A preocupação com a descarbonização da economia deixou de ser apenas uma agenda ambiental para transformar-se em estratégia econômica. As cadeias internacionais de produção estão sendo reorganizadas. Novos minerais estratégicos ganham importância crescente. A economia digital redefine formas de produzir, comercializar e inovar.

Todas essas mudanças alteram profundamente o conjunto de oportunidades disponíveis para a Bahia.

Poucos estados brasileiros possuem condições naturais tão favoráveis para inserir-se nesse novo contexto internacional. A liderança nacional na produção de energia eólica e solar, o potencial para produção de hidrogênio verde, a riqueza mineral, a expansão do agronegócio, a posição geográfica estratégica, os investimentos em infraestrutura logística, a presença de universidades públicas e centros de pesquisa e a diversidade territorial constituem um patrimônio econômico raro.

O desafio passa a ser transformar essas vantagens comparativas em vantagens competitivas permanentes.

A experiência internacional demonstra que recursos naturais, isoladamente, não produzem desenvolvimento. O que diferencia economias bem-sucedidas é sua capacidade de



transformar esses recursos em conhecimento, tecnologia, inovação e cadeias produtivas capazes de gerar elevado valor agregado.

Essa talvez seja a principal mudança de paradigma colocada para a Bahia nas próximas décadas.

Durante boa parte do século XX, o desenvolvimento estadual esteve associado à industrialização pesada e à implantação de grandes projetos estruturantes. Hoje, embora esses investimentos continuem importantes, eles já não são suficientes. O crescimento econômico passa a depender cada vez mais da capacidade de integrar diferentes setores produtivos, estimular a inovação, fortalecer a pesquisa científica, ampliar a qualificação da força de trabalho e construir ecossistemas de desenvolvimento regional.

Nesse contexto, o agronegócio deixa de ser apenas um segmento exportador para tornar-se potencial indutor da agroindustrialização, da biotecnologia, da bioeconomia e da agregação de valor à produção agrícola. A mineração deixa de representar exclusivamente a extração de recursos naturais para assumir papel estratégico na nova economia mundial, impulsionada pela demanda por minerais críticos utilizados na transição energética e na indústria de alta tecnologia. As energias renováveis deixam de ser apenas uma vantagem ambiental para converter-se em elemento central da competitividade industrial.

Da mesma forma, grandes investimentos em infraestrutura, como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, o Porto Sul e a Ponte Salvador-Itaparica, quando concluídos, transcenderão sua condição de obras públicas. Seu verdadeiro significado econômico reside na capacidade de reorganizar fluxos produtivos, reduzir custos logísticos, ampliar mercados consumidores e estimular novos investimentos privados em diferentes territórios do estado.

² Reinaldo Dantas Sampaio é empresário, Economista, com especialização em economia mineral, Presidente Executivo da ABIROCHAS – Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais. É membro do Conselho Temático Permanente de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico da CNI-Confederação Nacional da Indústria; membro do Conselho Temático de Mineração da CNI e do Fórum Nacional da Indústria – Conselho Consultivo da CNI, membro do Conselho de Representantes e do Comitê de Comércio Exterior da FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia e Conselheiro do Conselho Regional de Economia da Bahia – CORECON e atual Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Politécnico da Bahia.

Entretanto, talvez o maior diferencial competitivo da Bahia nas próximas décadas não esteja apenas nesses ativos físicos. Estará, sobretudo, na capacidade de produzir conhecimento.

As universidades públicas baianas, os institutos de pesquisa, os centros tecnológicos e os ambientes de inovação podem desempenhar papel decisivo na construção de uma economia mais intensiva em tecnologia. Em um cenário internacional marcado pela inteligência artificial, pela digitalização e pela crescente sofisticação tecnológica da produção, conhecimento deixa de ser um fator complementar para tornar-se um dos principais ativos econômicos de qualquer território.

É exatamente nesse ambiente de transformações que surge o Plano de Desenvolvimento Integrado Bahia 2050.

Mais do que uma atualização temporal do antigo PDI 2035, o novo plano representa uma mudança importante na forma de pensar o desenvolvimento estadual. Seu maior mérito talvez não esteja na definição de metas ou projetos específicos, mas na incorporação de uma visão prospectiva capaz de reconhecer que o futuro será marcado por incertezas crescentes e mudanças estruturais profundas.

Ao incorporar temas como mudanças climáticas, inteligência artificial, transição energética, transformação digital, demografia e reorganização das cadeias globais de valor, o PDI 2050 aproxima o planejamento baiano das principais experiências internacionais de prospectiva estratégica. Planejar deixa de significar apenas definir objetivos futuros e passa a representar a capacidade de preparar o território para diferentes cenários possíveis.

Essa mudança merece ser destacada. Durante décadas, o planejamento público brasileiro esteve excessivamente condicionado aos ciclos políticos de curto prazo. Pensar a Bahia em um horizonte de vinte e cinco anos representa um importante avanço institucional. Evidentemente, nenhum plano produz desenvolvimento por si só. O crescimento econômico continuará dependendo da capacidade de mobilização de investimentos, da qualidade das instituições, da estabilidade das políticas públicas e do dinamismo do setor produtivo. Mas bons planos reduzem incertezas, organizam prioridades e constroem convergência entre diferentes atores sociais.

Talvez seja exatamente disso que a Bahia necessita neste momento histórico: menos iniciativas isoladas e mais capacidade de articulação.

A grande questão já não consiste em descobrir novos vetores de crescimento. Eles já existem e são amplamente conhecidos. A transição energética, a agroindustrialização, a mineração de maior valor agregado, a economia do mar, a infraestrutura logística, a economia criativa, a inovação tecnológica e a economia do conhecimento desenham um horizonte de possibilidades bastante promissor.

O verdadeiro desafio passa a ser conectar esses vetores em uma estratégia integrada de desenvolvimento. Uma estratégia capaz de ampliar os encadeamentos produtivos, fortalecer os territórios do interior, reduzir desigualdades regionais, aumentar a produtividade e transformar crescimento econômico em desenvolvimento social.

Essa talvez seja a principal encruzilhada da economia baiana.

A década de 2010 encerrou um ciclo histórico sem que outro estivesse plenamente consolidado. A recuperação observada nos primeiros anos da década seguinte demonstra que a estagnação não constitui um destino inevitável. Ao mesmo tempo, evidencia que a simples retomada do crescimento não será suficiente para alterar, de forma duradoura, a posição da Bahia na economia nacional.

As próximas décadas provavelmente não perguntarão se a Bahia possui potencial para crescer. Essa resposta já está dada pela combinação de seus recursos naturais, sua localização estratégica, sua infraestrutura em expansão e sua capacidade científica instalada.

A verdadeira pergunta será outra.

O estado conseguirá transformar esse extraordinário conjunto de potencialidades em um projeto consistente de desenvolvimento?

Responder positivamente a essa questão exigirá muito mais do que investimentos ou bons indicadores conjunturais. Exigirá visão estratégica, continuidade institucional, inovação permanente e capacidade de integrar conhecimento, infraestrutura, sustentabilidade, tecnologia e produção.

Essa trajetória exige ainda que se façam presentes os fatores estruturantes de produção, cuja insuficiência tem sido uma das principais causas do atraso relativo do estado. Evidencia-se a baixa capacidade financeira endógena, pública e privada, para dotar a Bahia das infraestruturas e institucionalidades necessárias. A magnitude dos investimentos requeridos exige a atuação do governo central para viabilizá-los.

A história econômica da Bahia demonstra que suas grandes transformações nunca ocorreram apenas porque novos recursos surgiram ou porque grandes investimentos foram anunciados. Elas aconteceram quando esses investimentos alteraram a estrutura produtiva, criaram novos encadeamentos econômicos e redefiniram a capacidade de geração de riqueza dos territórios.

Outra questão importante, que não poderia passar despercebida nesse breve ponto de vista, refere-se ao fato de que as transformações ocorridas ao longo de todo o decurso do século XXI, ainda que significativas, não foram capazes de superar as acentuadas desigualdades sociais da Bahia, refletido no significativo número de famílias no Programa Bolsa Família (2,3 milhões, segundo dados de 2026 do MDS) e na renda per capita, invariavelmente em torno de 50% da renda nacional.

Talvez seja exatamente essa a oportunidade que se apresenta agora. A Bahia chega à segunda metade da década de 2020 carregando, simultaneamente, o peso de uma década de baixo dinamismo e a possibilidade concreta de inaugurar um novo ciclo de crescimento com possibilidades de interiorização e desconcentração de renda. Essa é sua maior contradição. Mas pode ser, também, sua maior oportunidade.

O futuro da economia baiana dependerá menos da existência isolada de novos vetores econômicos — eles já estão postos — e muito mais da capacidade de articulá-los em um projeto de desenvolvimento capaz de transformar potencial em competitividade, crescimento em desenvolvimento, inovação em riqueza e expansão econômica em melhoria efetiva da qualidade de vida da população. É nessa passagem entre um modelo que se esgota e outro que começa a se desenhar que reside, provavelmente, a questão econômica mais importante da Bahia nas próximas décadas.

A corrente pós-clássica baiana

Por Fernando Cardoso Pedrão*

O golpe de 1964 interrompeu o movimento da emancipação baiana com a reivindicação insurgente semeada no período de Seabra e na versão liberal avançada de Otávio Mangabeira. Para a Bahia, o golpe que trouxe o governo nefasto de Juracy Magalhães encontrou uma brecha inesperada no legado de Antônio Balbino de Carvalho e no processo de modernização varguista.

A morte de Getúlio Vargas e o retorno de Rômulo Almeida marcaram uma renascença provinciana que se atreveu a rejeitar as influências udenistas do Rio de Janeiro. Com esses ares de rebelião, a juventude baiana começou a acreditar em suas raízes, como disse Gorender, juntando o Padre Vieira, Hegel e Marx, descartando Ruy Barbosa americanófilo. A investida pioneira de Rômulo Almeida, ao criar grupos de ação, apelidados de soviets caboclos, na primeira etapa do planejamento, em 1956, iniciou uma cooperação cidadã de mobilização da sociedade do interior do estado.

O golpe de 1964 teve efeitos nefastos na Bahia, interrompendo um planejamento de vanguarda e afetando um pensamento inovador. O Instituto de Economia e Finanças, reativado por Rômulo Almeida, foi a sede de um movimento com ambições teóricas e ideologia progressista. Nele, instigados por uma revolução acadêmica, alguns ex-cepalinos empreenderam pesquisas sobre escolhas doutrinárias que se revelaram dissonantes do pensamento sediado no eixo Rio-São Paulo. Consideravam reacionários os grupos aboletados na PUC-Rio e associados aos paulistas que atuavam como contadores a serviço da Associação Comercial, na qual viria a se destacar Paulo Maluf. O braço estatal reacionário estava organizado com a política utilitária de Benedito Valadares e a direita pernambucana de Agamenon Magalhães.

Na Bahia, com lembranças temporãs, os economistas recorriam a fontes francesas e a pós-keynesianos de esquerda. Referências a Maurice Duverger, André Marchal, Roy Harrod e Joan Robinson foram temperadas com a visão cepalina mais próxima de fontes norte-americanas. No cenário nacional, houve afinidade com Ignácio Rangel e José Gregório Gorender, além de colaboração com Rômulo Almeida e Manoel Pinto de Aguiar.

As referências teóricas desse movimento, que se considerava anarco-socialista, são as seguintes:

I. Rejeição de todas as variedades de análise estática, inclusive da análise keynesiana. Descoberta das obras de Michal Kalecki, Gunnar Myrdal e Ragnar Frisch.

II. Adoção dos princípios dinâmicos do acelerador, de Roy Harrod, e do multiplicador, de Richard Kahn.

III. Rejeição das políticas retrógradas de Otávio Bulhões e Eugênio Gudin e desqualificação das políticas monetárias da SUMOC.

IV. Atualização da colaboração com a Cepal e com setores progressistas da Argentina durante o governo de Illia.

Interiorização da política de desenvolvimento com debates em Feira de Santana, Vitória da Conquista e Alagoinhas.

Uma produção de artigos de teoria econômica foi canalizada pela revista OIKOS. Estudantes de economia criaram a editora CIBEC, que publicou uma Introdução ao desenvolvimento brasileiro, de Fernando Pedrão.

O IEFB realizou pesquisas inovadoras:

- a. Renda e níveis de vida
- b. A Indústria na Bahia
- c. A zona cacaueteira
- d. Finanças públicas
- e. Educação para a independência



Rômulo Almeida foi uma das principais referências do pensamento desenvolvimentista e do planejamento econômico na Bahia.



A Faculdade de Economia da UFBA tornou-se um dos principais espaços de produção e debate do pensamento econômico baiano.

O IEFB gerou um acervo de pesquisas empíricas que foi destruído nas greves de 1970, assim como parte do acervo de livros raros e revistas europeias. As perdas de material foram parcialmente compensadas pela Livraria Progresso Editora, que encerrou suas atividades com a migração de Pinto de Aguiar para o Rio de Janeiro. A reivindicação de uma Bahia pensante teve seu eixo gravitacional na UFBA, onde, na década de 1990, houve uma tentativa de insurgência científica com conteúdo ideológico.

Esta apresentação não pretende ser um simples exercício de saudosismo, mas expõe a necessidade de luta e de denúncia do retrocesso intelectual provocado pelo governo consular da ditadura e por seus sequazes, que contribuíram para a decadência da SUDENE. Esses desastres não foram superados pela burocratização mecânica de governos que pretendiam administrar a Bahia com critérios de empresa privada e que, finalmente, ignoravam o potencial criativo do fundo cultural baiano. O anulamento ideológico do planejamento seguiu a lógica cartorial brasileira de governar pela gestão do setor público, em que o retorno da sociedade civil reacionária se pauta pela gestão do imediato. Hoje, com a investida de interesses chineses ocupando o vazio do sistema da petroquímica e com uma nova direita mercantilista, configura-se o cenário de retomada de políticas de emancipação.



Otávio Mangabeira é uma das referências políticas que antecederam o movimento de emancipação e renovação do pensamento baiano.



*Fernando Cardoso Pedrão é economista, doutor e livre-docente em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor e pesquisador, é membro titular da Academia de Ciências da Bahia, fundador do Centro de Estudos Sociais e diretor científico do Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento (IBRAPSE). Possui ampla experiência internacional, com atuação como técnico das Nações Unidas, economista do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e consultor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Dedicar-se principalmente aos estudos sobre desenvolvimento econômico, economia regional, planejamento, economia política, meio ambiente e energia.

Economia Popular e Solidária e desenvolvimento territorial: a experiência da Bahia

Por Davidson Magalhães*

Artesanato, alimentos e produtos da agricultura familiar expressam as potencialidades culturais e produtivas dos diferentes territórios baianos.

Nas últimas décadas, o debate sobre desenvolvimento territorial ganhou centralidade nas agendas acadêmicas e nas políticas públicas ao evidenciar que o crescimento econômico, isoladamente, não assegura a redução das desigualdades sociais nem promove uma distribuição equilibrada das oportunidades entre os diferentes territórios.

No Brasil, entretanto, esse debate assume características particulares em razão da própria formação do mercado de trabalho. Diferentemente das economias centrais, a sociedade brasileira jamais consolidou uma “sociedade salarial” capaz de incorporar a maioria da população ao emprego formal. A expansão capitalista conviveu historicamente com amplos contingentes de trabalhadores que organizam sua reprodução econômica por meio do trabalho familiar, da produção autônoma e de diferentes formas de cooperação comunitária. Como observa Kraychete (2021), a economia dos setores populares não constitui uma realidade residual ou transitória, mas uma dimensão estrutural da economia brasileira, exigindo categorias analíticas e políticas públicas distintas daquelas concebidas exclusivamente para o mercado formal de trabalho.

A Economia Popular e Solidária (EPS) consolidou-se na Bahia, a partir de 2007, como uma estratégia de fortalecimento do desenvolvimento territorial ao reconhecer que grande parte da população obtém trabalho e renda por meio de atividades econômicas populares. Em um estado marcado por desigualdades sociais, concentração da atividade econômica e elevados índices de informalidade, políticas

voltadas exclusivamente à geração de empregos formais mostram-se insuficientes para promover desenvolvimento com inclusão.

A experiência baiana demonstra que a valorização da economia popular amplia as possibilidades de dinamização das economias locais, fortalece empreendimentos coletivos e estimula formas de produção baseadas na cooperação. Nesse contexto, a Política Estadual de Economia Popular e Solidária



*KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Salvador: EDUFBA, 2021.)



estruturou um conjunto de ações permanentes voltadas à assistência técnica, qualificação, comercialização, inovação e fortalecimento das organizações produtivas.

O principal instrumento dessa política é a rede de Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL), distribuída pelos Territórios de Identidade. Esses centros oferecem acompanhamento técnico continuado aos empreendimentos, apoiando melhorias na gestão, no acesso aos mercados, na agregação de valor aos produtos e na organização das cadeias produtivas locais. A atuação integrada dos CESOL contribui para fortalecer capacidades produtivas e ampliar a autonomia econômica de trabalhadores, agricultores familiares, artesãos, catadores, pescadores e outros segmentos da economia popular.

Além dos resultados econômicos, a política fortalece a cooperação entre organizações, incentiva o associativismo e valoriza os conhecimentos e potencialidades existentes em cada território. Essa abordagem amplia a participação social, favorece a circulação da renda nos municípios e estimula processos de desenvolvimento construídos a partir das características locais.

A consolidação dessa política ainda enfrenta desafios importantes. A ampliação de sua cobertura territorial, o fortalecimento dos mecanismos de financiamento, a integração com políticas de ciência, tecnologia e inovação, a incorporação das juventudes, o aprofundamento da transformação digital dos empreendimentos e o aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento e avaliação permanecem como agendas fundamentais para seu fortalecimento. Tais desafios, entretanto, não reduzem a relevância da experiência analisada; ao contrário, indicam que políticas públicas de desenvolvimento territorial

são processos dinâmicos, que exigem permanente aperfeiçoamento institucional.

A experiência da Bahia demonstra que, em um país marcado por profundas desigualdades sociais, elevada informalidade e grande heterogeneidade territorial, políticas públicas orientadas ao fortalecimento da economia popular podem constituir estratégias efetivas de desenvolvimento territorial quando reconhecem os territórios não apenas como espaços de intervenção estatal, mas como sujeitos da construção do desenvolvimento.



* Davidson Magalhães é economista formado pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Salvador (Unifacs). Professor universitário, construiu uma trajetória marcada pela atuação na gestão pública, na política e no setor energético. Foi presidente da Companhia de Gás da Bahia (BahiaGás), coordenador da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no Nordeste, deputado federal e secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia. Atualmente, é diretor de Relacionamentos Institucionais da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).



AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO NO ESTADO DA BAHIA: desafios e oportunidades⁴

Por Mônica Mônica de Moura Pires

*As análises baseiam-se em dados secundários extraídos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA-USP), Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) e Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (FAEB).

Bahia: uma agricultura em transformação

A agricultura baiana experimentou, nos últimos 60 anos, transformações estruturais profundas que reconfiguraram sua base produtiva, sua geografia econômica e seu peso macroeconômico (Figura 1). Historicamente ancorada em ciclos de commodities agrícolas — açúcar no período colonial, fumo e algodão no século XIX, cacau no século XX —, experimentou nas últimas seis décadas uma reconfiguração estrutural de sua base produtiva primária, que pode ser delineada em três movimentos fundamentais: (a) o apogeu e declínio do cacau no Sul do estado; (b) a abertura e ocupação do cerrado baiano como nova fronteira agrícola; e (c) a diversificação produtiva posicionando a Bahia como potência agrícola do Nordeste e player relevante no cenário nacional.

Apogeu e declínio do ciclo do cacau

O cacau foi introduzido no Sul da Bahia no século XVIII, mas foi a partir do final do século XIX e, sobretudo, ao longo do século XX que se consolidou como o principal vetor econômico da região compreendida entre Ilhéus e Itabuna (SANTANA et al., 2014). O “ciclo do cacau” ou “ouro marrom” representou um período de pujança econômica, em uma estrutura produtiva baseada no sistema cabruca (cultivo sob o dossel da Mata Atlântica, preservando espécies nativas) (AGUIAR; PIRES, 2019).

A Bahia chegou a produzir ~381 mil toneladas de amêndoas de cacau (1984/1985), mais de 90% da produção nacional e posicionando o Brasil como o segundo maior produtor mundial. A cultura ocupava ~650 mil hectares (IBGE, 2008) e contava com um complexo agroindustrial de beneficiamento, exportação e serviços financeiros especializados.

Atualmente, ~60% dos 439 mil hectares com cacau na Bahia ainda utilizam esse sistema, que foi reconhecido pelo selo federal “cacau cabruca” em 2024 (SEAGRI, 2025).

A década de 1990 representou uma inflexão devido à disseminação da vassoura-de-bruxa que se alastrou pelos cacauais (PEREIRA et al., 1990; INTECHOPEN, 2023), reduzindo a produção em ~62% (de ~400 mil toneladas para ~150 mil toneladas) no final da década seguinte (BRAINER, 2021; HARVARD REVISTA, 2020).

FIGURA 1 – Evolução da Agricultura e do Agronegócio na Bahia, 1960 a 2026



Fonte: Elaborada por meio de inteligência artificial com base em dados do IBGE (PAM, LSPA), da SEI-BA (BCAB), da CONAB, do CEPEA-USP/CNA, da AIBA, da FAEB, da SEAGRI e da ADAB.

A ocupação do oeste e a nova fronteira agrícola

A partir dos anos 2000, a região oeste da Bahia consolida-se como o novo polo dinâmico da agricultura estadual, respondendo por 89,9% da produção estadual de grãos (AIBA, 2023), caracterizada por uma agricultura empresarial de grande escala, alta mecanização, uso intensivo de tecnologia e forte integração aos mercados globais de commodities (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

O oeste baiano tornou-se o maior polo de agricultura irrigada do Brasil, com ~300 mil hectares ocupados por sistemas de irrigação por pivô central (AIBA, 2025). A área plantada com grãos na Bahia atingiu 3,9 milhões de hectares (2024/2025), um acréscimo de 4,5% em relação ao período anterior (ADAB/CONAB, 2025).

O carro-chefe foi a soja, que era irrelevante nos anos 1980 e atingiu ~2 milhões de toneladas na década de 2000, chegando, em 2024/2026, a ~6 milhões de toneladas, levando a Bahia à liderança em termos de área plantada (AIBA, 2026; IBGE, 2026). O algodão também encontrou condições favoráveis, combinando alta produtividade com qualidade de fibra reconhecida internacionalmente.

Uma matriz que se diversifica

A partir de 2010, a agricultura baiana aprofundou o processo de diversificação produtiva. A Bahia consolida-se como o 2º maior produtor nacional de algodão (~20,5% da safra brasileira em 2026, em ~400 mil hectares plantados) (IBGE/CONAB, 2026). A primeira safra de milho atinge 2,088 milhões de toneladas em 2025 (IBGE,

2025). As exportações de café cresceram 480% em abril de 2025 (FAEB, 2025). O rebanho bovino baiano atinge 13,7 milhões de cabeças em 2024, o maior volume em 50 anos, ocupando a 7ª posição nacional (IBGE, 2024). Tudo isso faz com que o Valor Bruto da Produção Agropecuária da Bahia alcance R\$55,4 bilhões em 2024, crescimento acumulado de 25,6% desde 2015 (SEAGRI, 2025).

O agro lidera o PIB baiano

A agropecuária baiana ingressa em um novo patamar de produção e relevância econômica, com a produção de grãos atingindo 12,8 milhões de toneladas em 2025, recorde histórico (IBGE, 2025), e projeção de 12,9 milhões de toneladas para 2026 (SEI, 2026). As exportações do agronegócio baiano situam-se em ~US\$ 6,1 bilhões anuais (SEAGRI, 2024).

O que ainda precisa ser enfrentado... e o que já se desenha como oportunidade

Apesar dos avanços, persistem desafios como a dependência do transporte rodoviário e a distância dos portos (IPEA, 2018). As mudanças climáticas já impactam a distribuição de chuvas (IBGE, 2025) e, somadas às questões fitossanitárias, reduzem a produtividade (IBGE, 2026). Somam-se a isso a concentração fundiária e a dependência de insumos externos.

A bioeconomia surge como incremento a uma nova agricultura, conciliando produtividade com sus-

tentabilidade (BRASIL, 2024), além da agroindustrialização e da agricultura digital para ganhos de valor agregado e eficiência.

Lições de seis décadas e uma nova agenda

A agricultura baiana transitou de uma economia dependente do cacau para uma matriz diversificada e tecnificada. Porém, a modernização convive com a necessidade de inclusão da agricultura familiar, que ainda carece de assistência técnica e crédito. O futuro depende da conciliação entre competitividade global e equidade social.



*Mônica Mônica de Moura Pires é Pós-doutora em Economia Urbana e Regional pela Universidade de Oviedo, Espanha, Doutora e Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Professora Plena do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Conselheira do Corecon-Bahia. Sua pesquisa se concentra na economia rural, desenvolvimento regional e nas dinâmicas socioeconômicas que permeiam as comunidades e a gestão dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Paulo César Bahia de; PIRES, Mônica de Moura. A região cacauzeira do sul do estado da Bahia, Brasil: crise e transformação. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, Bogotá, v. 28, n. 1, p. 192-208, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-215X2019000100192. Acesso em: 14 jul. 2026.

AIBA – ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. Dados da Produção Agrícola Municipal (PAM). Barreiras: AIBA, 2023. Disponível em: <https://aiba.org.br/dados-da-producao-agricola-municipal-pam/>. Acesso em: 14 jul. 2026.

AIBA – ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. Os reflexos do agronegócio no desenvolvimento do Oeste da Bahia. Barreiras: AIBA, 12 abr. 2024. Disponível em: <https://aiba.org.br/os-reflexos-do-agronegocio-no-desenvolvimento-do-oeste-da-bahia/>. Acesso em: 13 jul. 2026.

AIBA – ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. Safra de soja 2025/2026: marco histórico. Barreiras: AIBA, 2026. Disponível em: <https://aiba.org.br/boletim-safra/>. Acesso em: 13 jul. 2026.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. Com investimentos estruturantes, agricultura familiar amplia produção e renda nos municípios baianos. Salvador: CAR, 22 dez. 2025. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/car/noticias/2025-12/17353/com-investimentos-estruturantes-agricultura-familiar-amplia-producao-e-renda>. Acesso em: 14 jul. 2026.

BRAINER, Maria Simone de Castro Pereira. Produção de cacau. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2021. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/650/3/2021_CDS_149.pdf. Acesso em: 14 jul. 2026.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. Mercator – Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 17-26, jan./abr. 2010.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da safra brasileira de grãos: safra 2025/2026, 10º levantamento. Brasília, DF: CONAB, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safras/safra-de-graos/boletim-da-safra-de-graos/10o-levantamento-safra-2025-26/e-book_boletim-de-safras-10o-levantamento_2026.pdf. Acesso em: 14 jul. 2026.

FAEB – FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DA BAHIA. Relatório de Exportações do Agronegócio – abril de 2025. Salvador: FAEB, 29 maio 2025. Disponível em: <https://sistemafaeb.org.br/relatorio-de-exportacoes-do-agronegocio-maio-2025/>. Acesso em: 14 jul. 2026.

FRANGIONI, Zelia. The resurgence of Brazilian cacao and chocolate: power, decadence, resilience and revolution. ReVista: Harvard Review of Latin America, Cambridge, 5 ago. 2020. Disponível em: <https://revista.drclas.harvard.edu/the-resurgence-of-brazilian-cacao-and-chocolate/>. Acesso em: 14 jul. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). Rio de Janeiro: IBGE, 2025-2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistemico-da-producao-agricola.html>. Acesso em: 14 jul. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção Agrícola Municipal (PAM). Rio de Janeiro: IBGE, 1974-2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>. Acesso em: 14 jul. 2026.

SANTANA, André Farias et al. Uma breve história econômica de Ilhéus: gênese, apogeu e declínio da lavoura cacauzeira. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2014. Disponível em: <https://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt1-8.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2026.

SANTOS FILHO, Lindolfo Pereira dos et al. Produção de cacau e a vassoura-de-bruxa na Bahia. Agrotropica, Ilhéus, v. 20, p. 73-82, 2008. Disponível em: <https://repositorio-dspace.agricultura.gov.br/bitstream/1/519/1/BR0902544.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2026.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Boletim de Conjuntura Agrícola da Bahia (BCAB). Salvador: SEI, 2025-2026. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/sei/bcab-boletim-de-conjuntura-agricola-da-bahia>. Acesso em: 14 jul. 2026.

SOUSA FILHO, Hélio Rocha; BEZERRA, Marcos de Almeida; JESUS, Raildo Mota de; CHIAPETTI, Jorge. Cocoa production and distribution in Bahia (Brazil) after the witch's broom. London: IntechOpen, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5772/intechopen.112199>. Disponível em: <https://www.intechopen.com/chapters/87718>. Acesso em: 14 jul. 2026.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Expansão da fronteira agrícola no Brasil: desafios e perspectivas. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. Texto para Discussão, n. 2223. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/5f1acd80-7f05-412c-92e6-9496013cc083/content>. Acesso em: 14 jul. 2026.

A referência que estava atribuída a **Seagri** leva, na verdade, a uma matéria do portal **Acesse Política**, publicada em 29 de dezembro de 2025. (**#Acesse Política**) Caso essa fonte seja mantida, a referência correta é:

ACESSE POLÍTICA. Seagri fecha 2025 com balanço histórico e consolida força do agro baiano aos 130 anos. Salvador, 29 dez. 2025. Disponível em: <https://acessepolitica.com.br/noticia/169178/seagri-fecha-2025-com-balanco-historico-e-consolida-forca-do-agro-baiano-aos-130-anos>. Acesso em: 14 jul. 2026.

Os novos desafios do crescimento econômico baiano com a Reforma Tributária

Por Marcelo Ferreira*

Com o enfraquecimento gradual dos incentivos fiscais, o Polo Industrial de Camaçari enfrenta o desafio de atrair investimentos mais tecnológicos e ampliar a produtividade.

Neste ano de 2026, iniciou-se o período de transição da Reforma Tributária, que se estenderá até 2032, trazendo expectativas de melhoria do ambiente de negócios no Brasil, especialmente pela maior previsibilidade e simplificação proporcionadas pela substituição gradativa de cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por dois tributos sobre valor agregado: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), compartilhado entre estados e municípios. Soma-se a isso a mudança da incidência da tributação da origem para o destino, alterando significativamente a lógica da competição entre os entes federativos.

No caso da economia baiana, a concretização da reforma suscita questões relevantes, entre elas o progressivo esvaziamento da chamada Guerra Fiscal, caracterizada pela disputa por investimentos

mediante concessão de incentivos tributários, muitas vezes transformada em verdadeiros “leilões” entre estados.

O primeiro aspecto a ser considerado é que a Bahia possui uma participação da indústria em seu PIB em torno de 22%, percentual próximo à média nacional, mas ainda insuficiente para explorar plenamente seu potencial econômico. Com o enfraquecimento gradual dos incentivos fiscais que, durante décadas, contribuíram para atrair empreendimentos como a

Ford, será indispensável ampliar a capacidade de atrair investimentos produtivos capazes de aproveitar, em maior escala, as vantagens competitivas proporcionadas pela geração de energia solar e eólica. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023 a Bahia possuía o sétimo maior PIB do país, cerca de 20% inferior ao de Santa Catarina, embora este estado tenha aproximadamente metade da população baiana e um território equivalente a apenas um sexto do nosso.

A geração solar e eólica está entre as principais vantagens competitivas que a Bahia poderá utilizar para atrair investimentos no novo cenário tributário.

O segundo aspecto refere-se à necessidade de elevar a eficiência do setor produtivo. No Polo Industrial de Camaçari, por exemplo, será fundamental atrair empreendimentos de maior intensidade tecnológica, fortalecendo projetos como o Hub de Hidrogênio Verde e aprimorando a infraestrutura regional. Nos setores de comércio e serviços, incluindo o turismo — uma das principais vocações econômicas do estado —, permanece o desafio de preservar a competitividade caso a alíquota-padrão dos novos tributos se consolide em patamar elevado, com possível repasse de custos ao consumidor.

O terceiro aspecto consiste na necessidade de ampliar os investimentos em infraestrutura para fortalecer a competitividade estadual e potencializar o acesso aos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). A superação de gargalos históricos, como a lenta implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e a redução dos custos logísticos portuários e rodoviários, será decisiva para ampliar a capacidade de atração de investimentos. Nesse novo cenário, a captação de recursos públicos e privados, aliada à ampliação das Parcerias Público-Privadas (PPPs), tende a substituir os incentivos fiscais como principal diferencial competitivo.

Assim, a Reforma Tributária inicia-se enquanto a Bahia ainda enfrenta o desafio de transformar



A conclusão da FIOL é apontada como decisiva para reduzir custos logísticos e ampliar a competitividade dos produtos baianos.

sua expressiva dimensão territorial, demográfica e energética em maior geração de riqueza. O paradoxo de produzirmos menos em termos absolutos do que estados com apenas um sexto do nosso território evidencia que a competitividade baiana não poderá mais depender de incentivos fiscais, mas da produtividade, da inovação e da eficiência. Mais do que uma mudança na arrecadação, o novo pacto federativo representa uma oportunidade histórica para que o estado fortaleça sua infraestrutura, qualifique sua força de trabalho, aprimore seu ambiente institucional — incluindo avanços em segurança pública — e consolide bases mais sólidas para um crescimento econômico sustentável.



* Marcelo Ferreira é Coordenador da Comissão de Valorização do Mercado do Economista no CORECON-BA e funcionário do Banco do Nordeste. Bacharel em Economia e Mestre em Administração, cursou quatro especializações que envolvem as áreas de gestão, finanças, empreendedorismo, inovação, planejamento e governança. Além disso, é professor e autor de cinco livros, entre eles o “Manual Básico de Análise Econômica”. É ex- Conselheiro Deliberativo e ex-Conselheiro Fiscal do Esporte Clube Bahia.

Bibliografia

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Bahia: **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba.html>. Acesso em: 11 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Santa Catarina: **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc.html>. Acesso em: 11 jul. 2026.

FUNDO de desenvolvimento regional terá papel central na reforma fiscal.

Congresso em Foco, [S. l.], 2026. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/artigo/108589/fundo-de-desenvolvimento-regional-tera-papel-central-na-reforma-fiscal>. Acesso em: 11 jul. 2026.

Dinâmica endógena e estruturada: Desafios para a industrialização baiana no século XXI

Por Gesner Brehmer de Araújo Silva *

Nos anos 2000, os professores Oswaldo Guerra e Francisco Teixeira (UFBA) diagnosticaram o processo de industrialização planejado da Bahia nos anos 1950 como “exógeno e espasmódico”. Suas características centrais persistem até hoje: forte concentração espacial (Região Metropolitana de Salvador), setorial (bens intermediários, sobretudo químicos e petroquímicos) e crescimento irregular, movido por choques externos.

Este primeiro quarto de século impõe inúmeros desafios à indústria baiana. A desindustrialização nacional, a perda de competitividade do ramo petroquímico e as mudanças tecnológicas e climáticas — somadas a gargalos internos em infraestrutura, logística, educação e à dependência municipal da administração pública — levantam uma questão central: como gerar um desenvolvimento sustentado e sustentável?

A solução exige inverter a lógica tradicional. O século XXI demanda a articulação de arranjos institucionais entre governo, empresas e universidades para transformar conhecimento científico em soluções de mercado. Esses arranjos, conhecidos na literatura como Sistemas Regionais de Inovação, devem estimular setores de maior intensidade tecnológica que irradiem o conhecimento para além da Região Metropolitana de Salvador, integrando as vocações produtivas de todo o estado.

Robótica, automação e formação profissional são elementos estratégicos para elevar a intensidade tecnológica da indústria baiana.



Neste contexto, os setores de alta e média-alta intensidade tecnológica (equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos; farmoquímicos e farmacêuticos; máquinas e equipamentos; materiais elétricos; outros equipamentos de transporte; químicos e veículos automotores) surgem como novos vetores de dinamização. O investimento nesses segmentos justifica-se pela capacidade de internalizar o progresso técnico e elevar a produtividade sistêmica, permitindo que a Bahia ascenda na divisão inter-regional do trabalho.

A superação dos obstáculos ao desenvolvimento exige uma estratégia coordenada entre Estado, setor produtivo e academia, estruturada como uma política de Estado perene focada em inovação e capital humano. Nesse cenário, a parceria com a China surge como uma oportunidade estratégica de investimento em infraestrutura logística e setores de alta tecnologia, como veículos elétricos e biocombustíveis. Para garantir ganho tecnológico real, o Estado deve atuar ativamente na negociação de joint ventures e na criação de parques tecnológicos binacionais que prevejam a transferência de conhecimento.

Por fim, a nova política industrial deve ser adaptada às particularidades de cada entorno produtivo, integrando o interior ao dinamismo tecnológico e evitando polos isolados. Ao unir inovação, coesão territorial e redução de custos sistêmicos, a Bahia mitigará sua dependência externa, reposicionando-se de forma competitiva, moderna e resiliente na economia global.



* Gesner Brehmer de Araújo Silva é Doutor em Economia (Desenvolvimento Econômico) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Planejamento Territorial e Políticas Públicas e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA BAHIA: TRANSFORMAR POTENCIAL EM COMPETITIVIDADE

Por Bruno Mota Lopes*

A Bahia possui a maior economia do Nordeste e responde por cerca de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) regional. O estado reúne ativos estratégicos que poucos territórios brasileiros concentram simultaneamente: parque industrial diversificado, liderança nacional na geração de energia eólica, elevado potencial de expansão da energia solar, expressivos ativos turísticos e culturais, cadeia produtiva da celulose, fronteira agrícola altamente competitiva no Oeste baiano, importantes reservas minerais e posição logística privilegiada. Apesar desse conjunto de vantagens, sua participação na economia brasileira permanece próxima de 4% há várias décadas, evidenciando que o crescimento econômico não foi suficiente para promover uma transformação estrutural capaz de elevar a produtividade, reduzir as desigualdades territoriais e ampliar a competitividade.

O desenvolvimento regional exige mais do que a expansão do PIB. A experiência internacional demonstra que as regiões mais dinâmicas combinam infraestrutura eficiente, inovação, capital humano qualificado, cooperação entre os diversos atores econômicos e instituições capazes



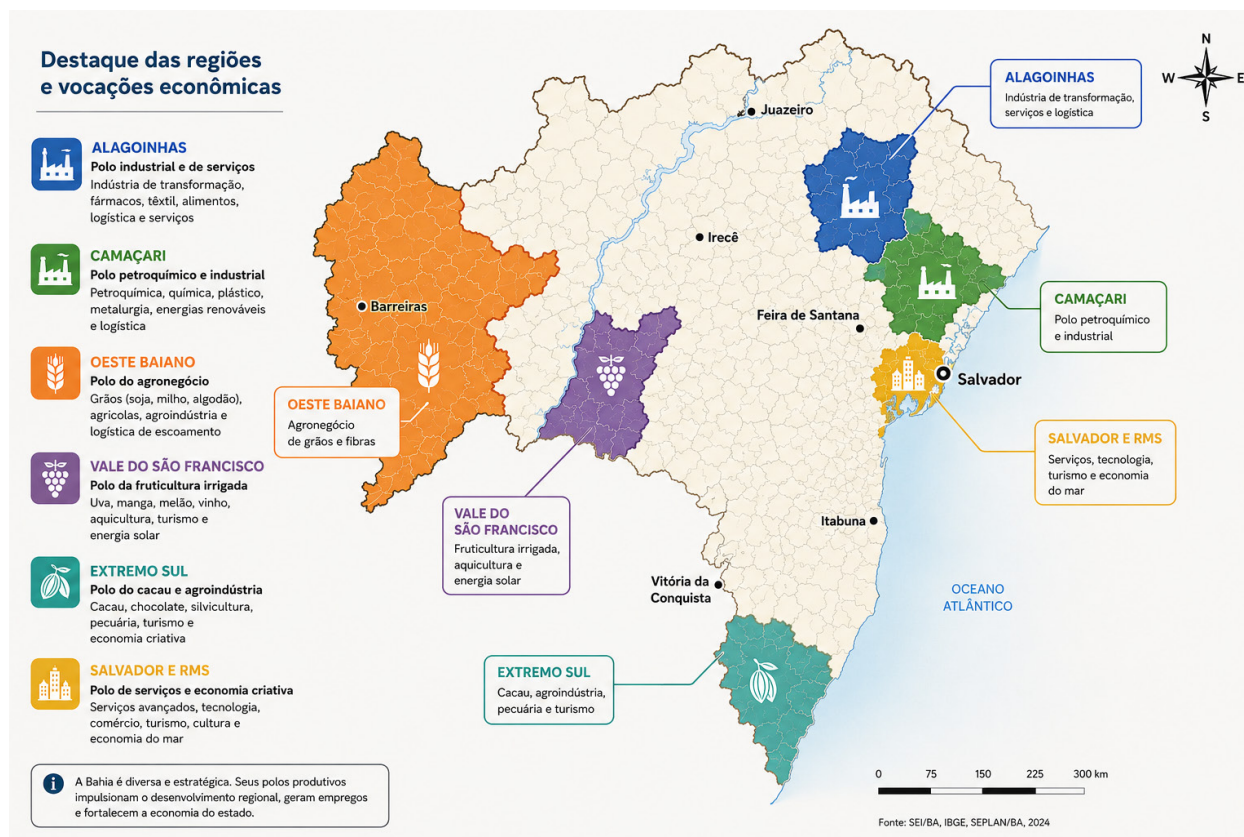
de coordenar investimentos públicos e privados. O Banco Mundial (2024) identifica esses fatores como essenciais para superar a chamada armadilha da renda média, enquanto a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) destaca que a competitividade territorial depende da capacidade de gerar conhecimento, agregar valor à produção e integrar.

Tabela 1 – Indicadores econômicos selecionados da Bahia (2026)

Indicador	Situação
Participação no PIB nacional	Aproximadamente 4%
Maior economia do Nordeste	29% do PIB Nordestino
Liderança em energia eólica	2º lugar do Brasil
Destaque em energia solar	1º lugar do Brasil
Principais polos produtivos	Alagoinhas, Camaçari, Extremo Sul, Extremo Sul, Oeste Baiano e Vale do São Francisco

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, da SEI e da EPE. Organização cartográfica com apoio do ChatGPT (OpenAI).

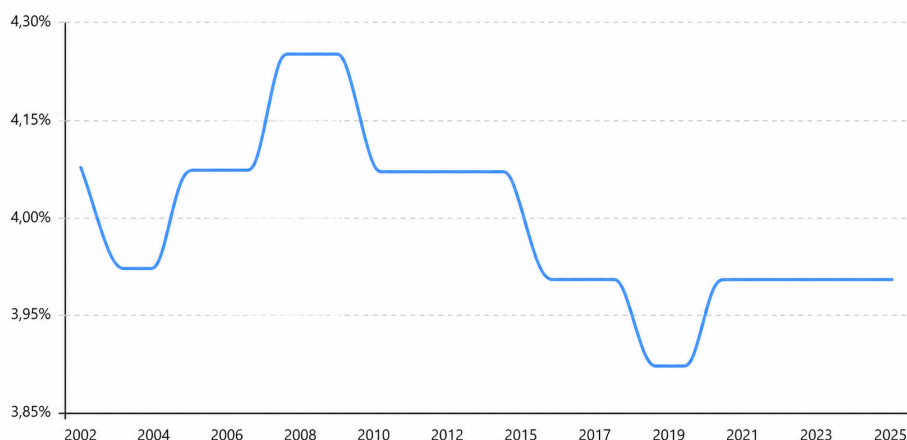
Mapa 1 – Principais polos produtivos da Bahia (2026)



Nos últimos anos, o emprego formal apresentou recuperação expressiva, impulsionada principalmente pelos setores de comércio e serviços. Entretanto, a maior parte dos postos de trabalho permanece concentrada em atividades de média e baixa produtividade. Sustentar o crescimento da renda exige ampliar a participação da indústria de transformação, da economia digital, da bioeconomia e das cadeias produtivas associadas às energias renováveis e aos minerais estratégicos, elevando a intensidade tecnológica da estrutura produtiva.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (Contas Regionais do Brasil), da SEI (Bahia em Dados) e da EPE (Balanço Energético Nacional). Organização da tabela com apoio do ChatGPT (OpenAI).

Gráfico 1 – Participação da Bahia no PIB brasileiro (2002–2025)

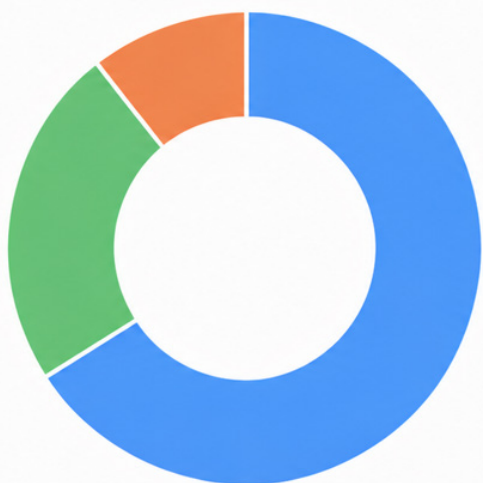


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (Contas Regionais do Brasil) e da SEI (Bahia em Dados). Organização e representação gráfica com apoio do ChatGPT (OpenAI).

Apesar do crescimento absoluto da economia baiana, sua participação relativa no PIB nacional permaneceu praticamente estável ao longo das últimas décadas, indicando limitações para elevar sua competitividade em relação aos estados mais dinâmicos da Federação.

A Bahia dispõe de importantes vantagens comparativas, mas o desafio consiste em transformá-las em vantagens competitivas permanentes. O complexo petroquímico de Camaçari, o agronegócio do Oeste baiano, a fruticultura irrigada do Vale do São Francisco, a mineração, as energias renováveis, a cafeicultura do Sudoeste e o turismo constituem bases relevantes para uma estratégia de neindustrialização e fortalecimento das economias regionais. Contudo, ainda predominam cadeias produtivas com reduzido processamento industrial, limitando a agregação de valor, a inovação e os efeitos multiplicadores sobre emprego e renda.

Gráfico 2 – Estrutura do PIB da Bahia por setor econômico (2026)



● Agropecuária ● Indústria ● Serviços

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e da SEI. Organização e representação gráfica com apoio do ChatGPT (OpenAI).

A predominância do setor de serviços reforça sua importância para a economia estadual, mas também evidencia a necessidade de ampliar a participação da indústria de transformação e dos serviços intensivos em conhecimento, capazes de elevar a produtividade, diversificar a pauta exportadora e fortalecer a competitividade da economia baiana.

Uma estratégia consistente de desenvolvimento regional deve articular infraestrutura logística, financiamento produtivo, ciência, tecnologia, inovação e qualificação profissional. A coordenação entre Estado, universidades, centros de pesquisa, organizações da sociedade, setor privado e instituições financeiras é condição essencial para fortalecer os arranjos produtivos locais, reduzir as desigualdades entre os Territórios de Identidade e ampliar a inserção da Bahia nas cadeias nacionais e globais de valor.

Mais do que crescer, a Bahia precisa transformar seu potencial econômico em capacidade competitiva permanente. O desafio central é elevar a complexidade econômica, fortalecer a base industrial e ampliar o valor agregado das cadeias produtivas, transformando conhecimento em ganhos

permanentes de produtividade. Somente assim será possível converter vantagens comparativas em vantagens competitivas sustentáveis, promovendo crescimento, inovação, inclusão social e maior integração entre os territórios baianos.

Referências

- BANCO MUNDIAL. *World Development Report 2024: The Middle-Income Trap*. Washington, DC: World Bank, 2024.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HAUSMANN, Ricardo; HIDALGO, César A. *The Atlas of Economic Complexity: Mapping Paths to Prosperity*. Cambridge: MIT Press, 2014.
- IBGE. *Contas Regionais do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, edição mais recente.
- OECD. *Regional Development Policy Outlook 2024*. Paris: OECD Publishing, 2024.
- PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas**. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia em Dados*. Salvador: SEI, edição mais recente.



* Bruno Mota é economista, conselheiro do Corecon-BA, mestre e doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Unifacs e idealizador da lei que instituiu a Educação Financeira nas escolas municipais de Salvador. É autor de *Evolução do Microcrédito* e coautor de *Estado e Desenvolvimento* e *Reflexões de Economistas Baianos*, esta última publicada em duas edições pelo Corecon-BA. Criou o canal Economista Bruno Mota, no YouTube, onde entrevista nomes como Luiz Gonzaga Belluzzo, Otaviano Canuto, Ladislau Dowbor, Alexandre Freitas Barbosa e os conselheiros do Cofecon Pedro Afonso, Gustavo Casseb e Paulo Dantas. Também administra o perfil @financasparajovensoficial, voltado à educação financeira e à popularização da economia.



O Corecon-BA e as Faculdades de Ciências Econômicas no Estado da Bahia

Por José Antônio Gonçalves dos Santos*

Um dos aspectos marcantes dos 60 anos do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA) consiste no seu relacionamento institucional com os quatro cursos de Economia das Universidades de Ciências Econômicas presentes no Estado: a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Esse vínculo é condição estratégica para consolidar a ciência econômica como referência de análise, formulação e incidência pública no estado. Ao longo das últimas seis décadas, a presença do Corecon-BA como instância de regulação profissional e difusão de boas práticas acompanhou transformações produtivas, urbanas e setoriais na Bahia.

Na prática, esse relacionamento se atualiza e ganha capilaridade fundamentalmente por meio de ações que envolvem os coordenadores, professores e discentes dos cursos de Economia do Estado. Uma dessas ações é a publicação de trabalhos acadêmicos e científicos de alunos, egressos e professores. Outra ação importante é o chamado Corecon Acadêmico, criado para ser um canal de diálogo direto com os

discentes dos cursos de Economia. Além disso, destacam-se diferentes tipos de apoio a eventos realizados pelos cursos tanto em Salvador como no interior do Estado. Nesses eventos, a presença do Conselho é frequente, com a participação dos seus conselheiros. Essas ações possibilitam o fortalecimento dos programas do Conselho Federal de Economia voltados para os discentes, como a “Gincana Nacional de Economia”, o Desafio “Quero ser Economista” e o “Prêmio Brasil de Economia”.

O Corecon Acadêmico cumpre três funções importantes. Primeiro, aproxima formação e prática profissional, apresentando aos estudantes o marco regulatório, os campos de atuação do economista e experiências de inserção no mercado — do setor público às consultorias, passando por planejamento, regulação, finanças e desenvolvimento regional. Segundo, amplia a representatividade discente nas atividades do Conselho, ao convidar centros acadêmicos, ligas e grupos de pesquisa a participarem de eventos, premiações, chamadas públicas e debates técnicos. Terceiro, cria um circuito permanente de escuta e coprodução de agendas, no qual demandas universitárias — como oficinas metodológicas, ética profissional, técnicas de avaliação de políticas e uso de dados — retroalimentam a programação do Corecon-BA.

Nas quatro universidades, essa ponte qualifica o processo formativo de economistas. Em ambientes como UFBA, UESB, UEFS e UESC, a presença do Conselho em seminários, semanas de economia e ciclos temáticos favorece a atualização curricular e o intercâmbio entre linhas de pesquisa (desigualdades, reestruturação produtiva, economia do setor público, ambiente e território) e desafios concretos da economia baiana. Ao estimular trabalhos empíricos, estágios e projetos de extensão, o Corecon Acadêmico contribui para que evidências e indicadores sustentem

diagnósticos e propostas — condição central para uma atuação técnica, plural e responsável.

O Corecon-Bahia comemora os seus 60 anos com a inclusão da relação entre o Corecon e a academia em sua pauta estratégica como vetor de renovação geracional e de qualificação. Em um estado marcado por heterogeneidades regionais, encadeamentos produtivos em transformação e demandas sociais persistentes, integrar estudantes à vida do Conselho gera externalidades positivas: dissemina métodos quantitativos e qualitativos, aprimora a comunicação científica, incentiva padrões éticos e fortalece a presença do economista em políticas públicas e na iniciativa privada. Ao reconhecer os cursos de Economia em geral, os coordenadores, os professores e os discentes, em especial, como protagonistas, o Corecon-BA consolida uma comunidade profissional mais representativa, conectada ao território e preparada para formular caminhos de desenvolvimento para a Bahia nas próximas décadas.

Portanto, ao longo de seis décadas, a relação entre o Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA) e as Faculdades de Ciências Econômicas no estado estruturou um ecossistema que combina formação acadêmica, regulação profissional e inserção qualificada no mercado de trabalho. Esse vínculo é, ao mesmo tempo, institucional e prático: começa nas salas de aula, passa pelos estágios e programas de monitoria e extensão, e culmina na habilitação profissional, na educação continuada e na interlocução do economista com a sociedade.

Historicamente, o Corecon-BA tem funcionado como ponte entre a universidade e o mundo do trabalho, ao normatizar o exercício da profissão, estimular a ética e incentivar a atualização técnica dos egressos. Em paralelo, as faculdades públicas e privadas de Economia transformam a base de competências analíticas e metodológicas. O resultado é um ciclo virtuoso: currículos dialogam com demandas reais, e o Conselho retroalimenta a academia com sinais de mercado, requisitos regulatórios e pautas emergentes, como avaliação de políticas públicas, regulação de mercados e transição energética.

O Corecon-BA, por sua vez, cumpre papel de curadoria pública do debate econômico e de defesa da boa técnica. Em suas comunicações e ações de divulgação, o Conselho tem promovido reflexão sobre desafios tributários, produtividade e competitividade, tópicos que repercutem diretamente no desenho curricular e nos projetos de pesquisa aplicada nas faculdades, estimulando análises baseadas em evidências e metodologias quantitativas e qualitativas, como destaca o próprio Conselho em seu Instagram.

A pluralidade de escolas e abordagens está presente no cotidiano dessa relação: macroeconomistas, institucionalistas, desenvolvimentistas, especialistas em organização industrial, economistas ambientais e de finanças públicas compartilham espaços de debate em semanas acadêmicas, conselhos editoriais, comissões e eventos do Corecon. Essa convivência técnica e

respeitosa tem um efeito pedagógico relevante: forma profissionais capazes de sustentar posições com base em dados, reconhecer limites de modelos e dialogar com diferentes públicos decisores.

Olhando para o futuro, três possibilidades podem aprofundar o relacionamento: (i) trilhas de competências entre o Corecon-BA e as faculdades em temas como avaliação de políticas, economia da transição climática e análise de dados; (ii) laboratórios de políticas com participação de estudantes, docentes e profissionais registrados, para projetos de curto ciclo e entregas públicas; e (iii) observatórios setoriais que integrem bases estatísticas regionais, ampliando a transparência e os insumos para formulação de políticas e decisões empresariais.

Sessenta anos depois, o saldo é claro: a cooperação entre Corecon-BA e as Faculdades de Ciências Econômicas da Bahia não apenas qualificou o exercício profissional; ela ajudou a institucionalizar um padrão de análise econômica comprometido com rigor, relevância e serviço público. Em um estado de dimensões continentais e desafios complexos, essa parceria seguirá sendo um ativo estratégico para transformar conhecimento em desenvolvimento.



* José Antônio Gonçalves dos Santos é economista, doutor em Difusão do Conhecimento pelo IFBA e mestre em Agronomia, com ênfase em Política e Desenvolvimento Rural, pela UFBA. Professor adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) desde 1999, já coordenou o curso de Ciências Econômicas e dirigiu o Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da instituição. É vice-presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA) na gestão de 2026.

Economia Cultural e Desenvolvimento Endógeno na Bahia

Por Noelio Spinola*



O desenvolvimento endógeno pressupõe que o crescimento econômico seja impulsionado pela mobilização dos recursos internos do território. Segundo Vázquez Barquero (2001), trata-se de uma abordagem que depende da capacidade local de transformar recursos disponíveis em vantagens competitivas sustentáveis, exigindo forte coordenação institucional e governança regional (Boisier, 1996). Nessa mesma linha, Barros, Silva e Spinola (2006) argumentam que esse processo deve resultar da articulação entre infraestrutura, instituições, inovação, capital humano e ativos territoriais, permitindo converter potencialidades econômicas em desenvolvimento efetivo. Entre esses ativos, a cultura ocupa posição estratégica por constituir um recurso singular, de difícil reprodução por outros territórios. Patrimônio histórico, música, gastronomia, religiosidade, artesanato e manifestações populares agregam valor à produção regional, fortalecem a identidade territorial e ampliam a competitividade em atividades como turismo, economia criativa e serviços especializados.

Diante desse quadro, a Bahia reúne condições singulares para estruturar uma estratégia de desenvolvimento baseada na economia cultural. Maior economia do Nordeste, respondendo por aproximadamente um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) regional, o estado possui também um dos mais ricos patrimônios culturais do Brasil. Essa combinação de ativos econômicos e culturais cria condições favoráveis para um modelo de desenvolvimento endógeno fundamentado na valorização das potencialidades territoriais.

Entretanto, a existência desses recursos não tem sido suficiente para promover uma transformação

estrutural da economia baiana, evidenciando a necessidade de integrar cultura e desenvolvimento em uma estratégia permanente de competitividade. Essa lacuna decorre, em grande medida, da baixa articulação entre os diversos segmentos da economia cultural baiana. Grande parte das atividades permanece concentrada em eventos sazonais, com reduzida integração às cadeias produtivas e limitada incorporação de inovação, tecnologia e qualificação empresarial. O resultado é uma capacidade restrita de reter a riqueza gerada pela cultura no próprio território.

O turismo ilustra essa contradição. A cultura constitui o principal diferencial competitivo da atividade turística baiana, impulsionando fluxos nacionais e internacionais de visitantes. Carnaval, festas juninas, patrimônio histórico, manifestações religiosas e gastronomia movimentam hotéis, restaurantes, comércio, transporte e serviços. A despeito disso, os benefícios econômicos permanecem concentrados em determinados períodos do ano e em poucos polos regionais, limitando seus efeitos sobre o desenvolvimento territorial.

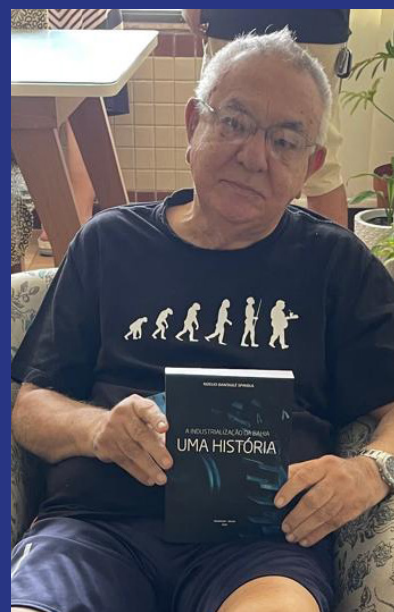
Esse diagnóstico evidencia que o principal desafio não consiste na ausência de patrimônio cultural, mas na inexistência de uma política integrada capaz de converter ativos culturais em cadeias produtivas permanentes. O fortalecimento da economia cultural depende da articulação entre universidades, centros de pesquisa, governos, setor privado e organizações da sociedade civil, promovendo inovação, financiamento, qualificação profissional e governança territorial.

A Bahia possui ativos territoriais que poucos estados brasileiros conseguem reunir simultaneamente. No entanto, o aproveitamento desse patrimônio dependerá menos da sua mera existência e mais da capacidade institucional de mobilizá-lo em cadeias produtivas inovadoras e competitivas. A consolidação desse modelo requer políticas públicas capazes de assegurar o protagonismo das comunidades

loais na ativação do seu patrimônio cultural e na sua integração dinâmica às estratégias de desenvolvimento regional. Nessa perspectiva, a cultura transcende a condição de elemento puramente identitário e setorial para assumir o papel de ativo econômico e pilar estratégico de um desenvolvimento endógeno, capaz de combinar identidade territorial, competitividade e sustentabilidade.



O ofício das baianas de acarajé reúne saberes, religiosidade, gastronomia e geração de renda, evidenciando o potencial econômico dos patrimônios culturais baianos.



* Noelio Spinola é professor emérito da Universidade Salvador (UNIFACS), pós-doutor em Sociologia da Cultura pela Universidade NOVA de Lisboa, doutor em Análise Geográfica Regional pela Universidade de Barcelona, pós-graduado em Marketing pela UNIFACS e bacharel em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é editor da Revista de Desenvolvimento Econômico, professor titular decano do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS e coordenador do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (GERURB), certificado pelo CNPq. Atua nas áreas de economia regional, desenvolvimento regional e urbano, economia baiana, economia cultural, desenvolvimento industrial e estudos organizacionais.

Referências

BARQUERO, Antonio Vázquez. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BARROS, Areza Batista Gomes; SILVA, Norma Lúcia Oliveira da; SPINOLA, Noelio Dantaslé. Desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno: questões conceituais. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, BA, ano VIII, n. 14, p. [página inicial-final], jul. 2006.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 13, p. 111-147, 1996.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia. Salvador: UNIFACS, 2003.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. Desenvolvimento regional e polos de crescimento: teoria e evidências para a Bahia. Salvador: UNIFACS, 2009.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. Economia regional e desenvolvimento territorial. Salvador: UNIFACS, 2015.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. Competitividade regional, inovação e desenvolvimento. Salvador: UNIFACS, 2018.

SPINOLA, Noélio Dantaslé (org.). Desenvolvimento regional: abordagens contemporâneas. Salvador: UNIFACS, diversas edições.



Presidentes que construíram a história do Corecon-BA

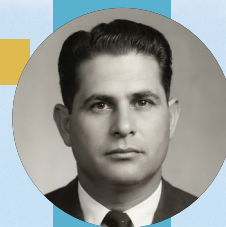
Ao longo de seis décadas, diferentes economistas assumiram a presidência do Corecon-BA e contribuíram para a construção de sua trajetória institucional. Em contextos distintos, cada gestão ajudou a fortalecer a representação profissional, a atuação fiscalizatória e a presença do Conselho nos debates sobre o desenvolvimento da Bahia. A seguir, os presidentes são apresentados em ordem cronológica.

Anos

Presidente

1966
a 1972

Ademar
Benzano Chilazi



1973
a 1975

Sylvio Guimarães



1976

José Augusto
Guimarães



1977
e 1978

João Fernandes
da Cunha



1979

Bernardo Valige
Sestelo



1980

José Walter
Franco Borges



1981
e 1982

Antonio Alberto
Machado Pires Valença



1983

Ney de Castro Silva



1984

Ivan Benedito
Fonseca Ferreira



1985

Mecenas da Silveira
Mascarenhas Filho



1986 e 1987

Olavo Bezerra Lemos



1988

Victor de Athayde
Couto



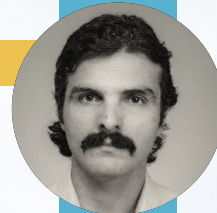
1989

Walter Duarte
Barreto



1990

Luiz Alberto
Bastos Petitinga



1991 e
1992

Luiz Carlos Barros
da Silva



1993

Antonio Carlos da
Silva Barreto



1994

Osmar Gonçalves
Sepúlveda



1995

Antonio Carlos da
Silva Barreto



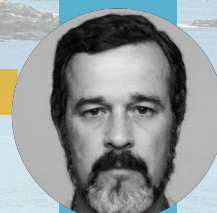
1996

Armando Avena Filho



1997 a
1999

Carlos Herval
de Viveiros Laranjeira
Barbosa



2000 e
2001

Antonio Alberto
Machado Pires Valença



2002
e 2003

Nei Jorge
Correia Cardim



2004
e 2005

Osmar Gonçalves
Sepúlveda



2006
e 2007

Arthur Nemrod
Menezes Guimarães



2008
e 2009

Paulo Dantas
da Costa



2010

José Élio
de Souza



2011

Luiz José Pimenta



2012
e 2013

Marcelo José
dos Santos



2014
e 2015

Gustavo Casseb Pessoti



2016

Vitor Cesar
Ribeiro Lopes



2017

Gustavo Casseb
Pessoti



2018
e 2019

Reinaldo Dantas
Sampaio



2020

Marcelo José
dos Santos



2021

Fernando Baptistella
Fernandes



2022
e 2023

Gustavo Casseb Pessoti



2024
e 2025

Isabel de Cássia
S. Ribeiro



2026

Edval Landulfo
de Sousa Neto



ENTREVISTA

Fernando Cardoso Pedrão

Bahia precisa retomar o planejamento para romper o atraso estrutural

Economista analisa seis décadas da economia baiana, aponta oportunidades perdidas e defende a construção de um projeto próprio de desenvolvimento

Professor, pesquisador e referência do pensamento econômico baiano, Fernando Cardoso Pedrão é uma voz fundamental para compreender as transformações vividas pela Bahia nas últimas seis décadas. Ao longo de sua trajetória, acompanhou, estudou e interpretou mudanças profundas na estrutura produtiva do estado, nos ciclos de desenvolvimento regional, nas políticas públicas, nas desigualdades territoriais e nos desafios da formação econômica baiana.

Nesta edição especial comemorativa dos 60 anos do Corecon-BA, a proposta é revisitar, a partir de sua análise, os principais movimentos da economia baiana desde os anos 1960 até os dias atuais. Mais do que uma retrospectiva histórica, a entrevista busca compreender como a Bahia mudou, quais oportunidades foram aproveitadas ou perdidas, que modelos orientaram o desenvolvimento do estado e quais caminhos podem ser construídos para o futuro.

Corecon-BA: Ao olhar para a economia baiana dos últimos 60 anos, qual é a primeira grande transformação estrutural que o senhor destacaria? A Bahia mudou mais em sua base produtiva, em sua dinâmica social ou em sua relação com o Brasil e o mundo?

Fernando Pedrão: A decolagem do planejamento na Bahia, em 1954, logo após a morte de Getúlio Vargas, começou com a atualização da administração fazendária, por meio de orçamentos por programa, e com a criação de um centro de pesquisas econômicas, o Instituto de Economia e Finanças da Bahia. Foi uma tentativa de modernização estadual independente. Esse movimento resultou, em 1960, na transferência do varguismo para a Bahia, na sequência da criação do Banco do Nordeste, em uma ação liderada por Rômulo Almeida, que havia coordenado a Assessoria Econômica do segundo governo Vargas. A iniciativa apoiou-se em uma base ideológica progressista e buscou criar um modo próprio de desenvolvimento, com quatro objetivos: a) resgatar o acervo da indústria têxtil; b) ligar o desenvolvimento do interior a uma política de transportes; c) criar um instrumento financeiro estadual — o Instituto de Fomento, posteriormente convertido em Desenbanco; e d) formular uma política industrial com 37 polos, a partir de Aratu e Subaé. Durante a ditadura, o planejamento foi reduzido a uma burocracia mecânica, sem ideologia nem políticas específicas. Desde então, a Bahia não tem políticas para as bacias dos rios São Francisco, Paraguaçu e Itapicuru. Com 72% do território localizado no Semiárido, também não possui uma política para essa região. Não tem política de produção mineral nem política indigenista. A Bahia é governada pelo imediatismo financeiro e por visões municipais clientelistas.



Corecon-BA: Nos anos 1960 e 1970, a Bahia viveu um ciclo importante de industrialização, com destaque para a Região Metropolitana de Salvador, o Centro Industrial de Aratu e, posteriormente, o Polo Petroquímico de Camaçari. Que impacto esse processo teve na economia baiana e quais foram seus limites?

Fernando Pedrão: No planejamento estadual estruturalista, tentou-se implantar um novo modelo industrial por meio de polos de crescimento, com a intenção de ativar um mercado regional, adaptando teses de François Perroux e Jan Tinbergen. Em oposição ao conservadorismo larval predominante na UDN e em grupos correlatos, discutiram-se teses sobre o desastre da indústria têxtil, criada com capitais escravistas durante o Império e destruída pela especulação financeira. Houve uma mobilização pela criação de um polo siderometalúrgico, bloqueado pela ditadura. Também foi desenvolvido um empreendimento voltado à implantação de um polo petroquímico, politicamente capturado por elementos da ditadura central e de sua estrutura consular. O polo apoiou-se em subsídios de 29% no gás de Aratu e em gestões consulares que levaram à adesão do governo estadual à supremacia sudestina. O imobilismo tecnológico das empresas subsidiadas, aliado à corrupção, resultou em perda de competitividade e transformou o polo em uma central de ferro-velho. A tentativa de reforma, em 1985, apenas transferiu o comando de monopólios nacionais para internacionais.

Corecon-BA: A industrialização baiana conseguiu produzir desenvolvimento de forma ampla ou acabou concentrando riqueza, oportunidades e infraestrutura em determinados territórios? Como o senhor avalia essa relação entre crescimento econômico e desigualdade regional?

Fernando Pedrão: Com a indústria reduzida às perspectivas privadas de um pretensão capitalismo baiano e a extinção da Secretaria de Indústria e Comércio, desapareceram as estratégias industriais estaduais. Foram ignorados os desdobramentos do mercado interno e abandonadas as estratégias internacionais. Com uma separação utilitária entre políticas partidárias reacionárias e centros de

pesquisa e pensamento, foram deixados de lado o mapa geológico do estado e as pesquisas sobre o Semiárido e as agroindústrias. O planejamento industrial foi substituído pelo acompanhamento empresarial. Prevaleceu a inércia inepta do conservadorismo consular.

Corecon-BA: Durante décadas, a economia baiana foi marcada por fortes contrastes entre a Região Metropolitana, o Recôncavo, o Semiárido, o Oeste, o Litoral e outras regiões. O que explica a persistência dessas desigualdades territoriais e quais políticas poderiam ter enfrentado melhor esse problema?

Fernando Pedrão: A Bahia é um semipais, com território comparável ao da França, 14 regiões e condições desiguais de comunicação. Filtrações progressivas do sistema de exploração deram lugar a duas camadas de urbanização alternativas a Salvador, chegando-se a 12 cidades com estrutura universitária. Projetos de privatização rural voltados à exportação, no Oeste, resultaram em bloqueios de transportes, enquanto o estado continuou submetido ao hub rodoviário de Uberlândia e ao hub aéreo de São Paulo. Os custos operacionais regionais continuam funcionando como freio para a economia baiana, que não dispõe de seu essencial sistema ferroviário. Mesmo com quatro universidades estaduais, não há um programa articulado de pesquisas nem objetivos educacionais definidos. A falta de políticas regionais de pesquisa — veja-se o fracasso do Programa Xingó — resultou na ausência de uma política estadual de desenvolvimento econômico.

Corecon-BA: A crise da lavoura cacaueteira, especialmente a partir do final dos anos 1980, representou uma ruptura profunda para o sul da Bahia. Na sua avaliação, o estado conseguiu responder adequadamente a esse colapso econômico e social?

Fernando Pedrão: Políticas desastrosas de combate às pragas, especialmente à vassoura-de-bruxa, acentuaram os efeitos do controle monopólico da comercialização do cacau, chegando-se ao extremo de importar o produto da África. Como a região nunca teve representação política significativa, permaneceu como uma economia extrativa e, ao deixar de financiar os déficits estaduais, foi relegada a um retrocesso primário. Os temas fundamentais da diversificação e da recuperação rural estão abandonados por falta de políticas regionais.

Corecon-BA: O Oeste baiano, a agricultura irrigada, o agro-negócio e as novas fronteiras produtivas passaram a ter peso crescente na economia estadual. Esse movimento representou uma diversificação positiva da economia baiana ou criou novas dependências e desequilíbrios?

Fernando Pedrão: Persistem vestígios de políticas interrompidas pela orientação consular da ditadura e pelo subsequente vazio ideológico e utilitário, reproduzido por um bloco dominante que combinou políticas de infraestrutura com internacionalização colonialista e especulação financeira. O desligamento entre a formação de capital especulativo e a economia estadual reduziu a economia à administração de empresas, ignorou as transformações inerciais da prosperidade regional e prosseguiu por meio de governos estaduais apoiados em grupos de política profissional clientelista.

Corecon-BA: Como o senhor avalia o papel do Estado — governos estaduais, governo federal, bancos públicos, universidades e instituições de planejamento — na condução do desenvolvimento baiano ao longo dessas seis décadas?

Fernando Pedrão: O governo estadual tem se mantido atrasado diante das oportunidades internacionais de relacionamento com países latino-americanos e africanos. Esse movimento apenas se interrompe com a atual invasão chinesa, aceita de modo passivo, sem uma política internacional e ignorando o acervo de trabalhos já produzidos nessa área. O governo estadual tem

desperdiçado pesquisas sobre o Estado realizadas desde a década de 1980. Continua sendo um Estado cartorial, com espaço para lideranças de fancaria. No atual quadro de soerguimento de uma esquerda real no Brasil, a Bahia tem sido uma ausência sonora.

Corecon-BA: Em que medida a Bahia soube formular um projeto próprio de desenvolvimento? O estado teve pensamento estratégico de longo prazo ou, em muitos momentos, respondeu de forma fragmentada às oportunidades e crises?

Fernando Pedrão: A pulsão inercial da economia baiana, com núcleos de produção artesanal e manufatureira em contraponto à concentração falida de Camaçari, torna imperativo um retorno estratégico ao Estado. A polaridade entre uma Salvador alienígena e um sertão menosprezado justifica a expulsão da clique dominante. A revolução é um direito do povo, não da burguesia.

Corecon-BA: A economia baiana passou por ciclos ligados à indústria, ao petróleo e à petroquímica, à agropecuária, ao turismo, aos serviços e, mais recentemente, às energias renováveis. Entre esses ciclos, qual área estratégica o senhor considera mais decisiva e, ao mesmo tempo, mais negligenciada pelo estado?

Fernando Pedrão: Entre os desastres perpetrados pelos governos pós-carlistas — de fato, de exumação carlista —, o mais grave foi o abandono das políticas hídricas e energéticas. Com isso, a Bahia deixou de gerir 37 barragens salinizadas e abandonou os balanços energéticos, iniciados antes mesmo dos estudos realizados para o conjunto do Nordeste. Não há justificativa plausível para o fechamento da Superintendência de Recursos Hídricos, perpetrado no governo Paulo Souto juntamente com o fechamento do Departamento de Recursos Minerais.

Corecon-BA: Quando analisamos Salvador, percebemos uma capital com forte peso cultural, turístico, educacional e de serviços, mas também marcada por enormes desigualdades sociais e urbanas. Como o senhor interpreta o papel de Salvador na economia baiana contemporânea e a maneira como sua cultura tem sido incorporada à atividade econômica?

Fernando Pedrão: Os principais crimes culturais da Bahia têm sido o menosprezo das culturas indígenas, dos tupinambás aos pataxós, e a apropriação mercantil e agressiva dos fundamentos negros, que são baianos e não mais apenas africanos. A mercantilização de Salvador é uma nova onda de servilismo que reduz a Bahia a uma mercadoria.

Corecon-BA: O senhor formou e influenciou gerações de economistas. Como avalia o papel que os economistas baianos e instituições como o Corecon-BA precisam assumir diante dos impasses econômicos e políticos enfrentados pelo estado?

Fernando Pedrão: A falta de resposta aos desastres do CIA, do Polo e de Maragogipe evidencia a ausência de planejamento e o conservadorismo passivo presente na estrutura do governo estadual. A Bahia precisa superar a paralisia ideológica, que resulta em imobilismo político e mediocridade administrativa; assumir a responsabilidade social de reverter o processo de atraso econômico estrutural; e descartar o arcabouço oligárquico de uma política sem ideologia.

Corecon-BA: Olhando para as próximas décadas, quais devem ser as prioridades da Bahia para construir um desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e soberano? E que papel os economistas baianos precisam assumir nesse novo ciclo?

Fernando Pedrão: A Bahia precisa enfrentar o dilema entre a estagnação conservadora, o progresso mecânico subordinado ao sistema de grupos econômicos utilitários e a emancipação social para além do desenvolvimento. Para isso, terá que reativar um planejamento propositivo e progressista e enfrentar a realidade de uma dinâmica excludente e de um capitalismo parasitário.

ENTREVISTA

Paulo Dantas da Costa

Regulamentação fortalece a profissão e amplia o reconhecimento dos economistas
Ex-presidente do Corecon-BA e do Cofecon analisa a construção do Sistema Cofecon/Corecons e defende a atualização da legislação profissional

Economista, especialista em Administração Financeira Governamental pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e em Direito Tributário pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia, Paulo Dantas da Costa construiu uma trajetória marcada pela atuação na administração pública e nas entidades representativas da categoria. Nascido no Rio Grande do Norte, em janeiro de 1949, transferiu-se para Salvador em julho de 1971, quando passou a trabalhar no antigo Banco do Estado de São Paulo, onde permaneceu até julho de 1978.

Graduou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia, entre 1973 e 1976. Em 1978, foi aprovado nos concursos públicos para analista financeiro e auditor fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. Iniciou a carreira na instituição em 25 de julho daquele ano, como analista financeiro, e, em dezembro de 1989, passou a exercer o cargo de auditor fiscal.

Paulo Dantas integrou o Conselho Regional de Economia da Bahia entre 2005 e 2009, presidindo o Corecon-BA nos anos de 2008 e 2009. Foi conselheiro federal entre 2010 e 2015 e presidiu o Conselho Federal de Economia em 2014 e 2015. Retornou ao Cofecon no período de 2019 a 2024, exercendo a vice-presidência em 2022 e a presidência nos anos de 2023 e 2024. Suas principais contribuições ao Sistema Cofecon/Corecons estão relacionadas às iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento e à atualização da legislação que regulamenta a profissão de economista no Brasil.

Corecon-BA: A regulamentação da profissão de economista no Brasil completa uma trajetória marcada por lutas institucionais, afirmação técnica e defesa do interesse público. Na sua avaliação, qual foi o significado do histórico dessa regulamentação para o país?

Paulo Dantas: Na minha avaliação, a profissão de economista no Brasil adquiriu vida jurídica com a sanção da Lei nº 1.411 pelo presidente Getúlio Vargas, em



13 de agosto de 1951. Até aquele momento, os cursos de Economia já funcionavam desde o começo do século XX. Entre eles estava o curso de Economia da Universidade Federal da Bahia, que iniciou suas atividades em 1905, sob a inspiração e a liderança do reitor Edgard Santos.

Também considero importante destacar que o período anterior a 13 de agosto de 1951 foi marcado por intensos debates entre aqueles que defendiam a aprovação do necessário marco legal da profissão, com a participação, inclusive, do próprio presidente Getúlio Vargas.

Corecon-BA: Quando se fala na criação e consolidação do Sistema Cofecon/Corecons, muitas vezes se pensa apenas na estrutura administrativa dos Conselhos. Mas, do ponto de vista político e profissional, o que estava realmente em jogo naquele momento?

Paulo Dantas: Entendo que os aspectos políticos envolvidos no processo de criação e consolidação do Sistema Cofecon/Corecons abrangem, ainda hoje, questões importantes, especialmente a defesa permanente dos interesses dos profissionais economistas. Entre essas questões está a definição do conjunto de atividades que devem ser executadas privativamente por economistas.

Esse assunto vem sendo tratado pelo Cofecon em discussões com entidades representativas de outras profissões e também junto ao Parlamento brasileiro, onde tramita atualmente o Projeto de Lei nº 3.178/2024.

Corecon-BA: O economista é frequentemente associado ao mercado financeiro, à gestão pública ou à análise de conjuntura. A regulamentação da profissão ajudou a ampliar ou a proteger o verdadeiro campo de atuação do economista?

Paulo Dantas: Nesse aspecto, considero que esse é um processo que ainda está em vias de conclusão, uma vez que a regulamentação de efetivo interesse dos economistas continua em tramitação na Câmara dos Deputados, por meio do Projeto de Lei nº 3.178/2024, que redefine as atividades privativas do economista.

A iniciativa procura preencher uma lacuna existente na redação atual da Lei nº 1.411/1951, que não define claramente quais são essas atividades privativas. O Projeto de Lei nº 3.178/2024 apresenta um conjunto de 17 atividades consideradas privativas do profissional economista.

Corecon-BA: Na sua visão, quais foram os principais desafios enfrentados para transformar a profissão de economista em uma atividade reconhecida, fiscalizada e institucionalmente organizada no Brasil?

Paulo Dantas: Entendo que a profissão de economista é amplamente reconhecida no Brasil. Basta observar a presença desses profissionais nos diversos noticiários dos canais de televisão do país e também nas emissoras de rádio. Além disso, considero importante destacar o papel da mídia escrita, uma vez que os grandes jornais mantêm páginas e espaços dedicados à Economia, inclusive os jornais baianos.

Corecon-BA: O Sistema Cofecon/Corecons nasceu para fiscalizar o exercício profissional, mas também para valorizar a profissão. Como equilibrar essas duas missões: a dimensão legal da fiscalização e a dimensão simbólica da representatividade?

Paulo Dantas: Reconheço que equilibrar essas duas missões não é uma tarefa fácil. Mesmo assim, considero que o Sistema Cofecon/Corecons tem desenvolvido um valioso trabalho de valorização da profissão.

Entendo, entretanto, que o grande salto de que a profissão de economista necessita ocorrerá quando forem concluídas as modificações na Lei nº 1.411/1951, o que dependerá da aprovação, pelo Parlamento brasileiro, do Projeto de Lei nº 3.178/2024.

Corecon-BA: Em que medida a existência dos Conselhos Regionais contribuiu para dar capilaridade, presença territorial e força política à profissão de economista nos estados?

Paulo Dantas: O nosso Sistema está submetido a uma funcionalidade simples: um órgão federal na cabeça e os órgãos estaduais cuidando da operação. Essa modelagem também é adotada pelos outros 31 Sistemas das demais chamadas profissões regulamentadas, que são 32 no Brasil.

Nossas experiências recentes têm sido muito bem-sucedidas, notadamente nos Estados de menor população, a exemplo do evento do qual participei em Rio Branco-AC, em 03/06/2026, o I Seminário Regional: Economia de Fronteira Rondônia e Acre e Desenvolvimento Sustentável.

Corecon-BA: Pensando especificamente na Bahia, qual foi ou tem sido a contribuição do Corecon-BA

para a valorização dos economistas e para o debate sobre o desenvolvimento econômico do estado?

Paulo Dantas: O Corecon-BA, por meio de seus Conselheiros e de sua diretoria, tem uma relação próxima com as autoridades e dirigentes dos órgãos públicos, circunstância que permite uma interlocução qualificada, em especial perante os órgãos e entidade de planejamento.

Corecon-BA: Ao longo das últimas décadas, a economia brasileira passou por industrialização, crises inflacionárias, redemocratização, estabilização monetária, globalização, reformas do Estado e transformação digital. Como essas mudanças impactaram o perfil e as responsabilidades do economista?

Paulo Dantas: Todos os fatores referidos na pergunta passaram por intensas transformações nas últimas décadas. O próprio sistema capitalista se transformou. O objeto da ciência econômica já não é mais o mesmo estudado pelos clássicos nem pelos keynesianos. A concentração de riqueza de origem financeira é muito elevada. No ano de 1984, o PIB global era da ordem de US\$10 trilhões e as poupanças de US\$12 trilhões (numa relação de 1,2). Em 2025, o PIB foi da ordem de US\$105 trilhões, com poupanças globais na ordem de US\$600 trilhões (numa relação de 6,0), o que indica que a concentração de riqueza no plano global se fez essencialmente no segmento financeiro. Nesse particular, as responsabilidades dos economistas são imensas. Parece chegada a hora de os profissionais se debruçarem sobre a proposta de uma governança global, com possibilidades de solução para os graves problemas da humanidade relacionados com a fome e a pobreza, conforme foi detectado em setembro de 2015, em uma reunião da ONU, em Nova York, ocasião em que foi aprovada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Corecon-BA: Há uma diferença importante entre o economista como técnico e o economista como intelectual público, capaz de contribuir para os grandes debates nacionais. O Sistema Cofecon/Corecons conseguiu preservar esse papel mais amplo da profissão?

Paulo Dantas: Estou seguro de que sim, dado que os debates demandam opinativos livremente produzidos. A Comissão de Política Econômica do Cofecon reúne profissionais de diversas correntes de pensamento econômico e produz qualificadas notas técnicas públicas sobre a conjuntura econômica nacional.

Corecon-BA: Quais conquistas institucionais do Sistema Cofecon/Corecons o senhor considera mais relevantes para a categoria ao longo desses anos?

Paulo Dantas: Na minha visão, a conquista mais importante gerada pelo Sistema diz respeito à construção do Projeto de Lei Nº 3.178/2024, que dá nova vida jurídica à profissão de economista no Brasil. A construção aqui referida foi iniciada no Cofecon e atualmente tramita na Câmara dos Deputados, onde tem havido uma boa interlocução. Na Câmara, o Projeto já foi aprovado na Comissão do Trabalho e atualmente tramita na Comissão de Finanças e Tributação, sendo terminativo na Comissão de Constituição e Justiça.

ENTREVISTA

Isabel de Cássia Santos Ribeiro

Mulheres ampliam o olhar da Economia e transformam espaços de decisão

Economista relembra a criação da Comissão Mulher Economista, analisa os obstáculos à representatividade feminina e defende um debate econômico mais plural.

Economista, mestre em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais e especialista nas áreas de administração, planejamento e transformação digital, Isabel de Cássia Santos Ribeiro reúne mais de quatro décadas de atuação no desenvolvimento institucional e empresarial. Atualmente, é gerente da Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae Bahia e, durante dez anos, atuou como professora do ensino superior nas faculdades IBES, Facsal e Unijorge.

No Corecon-BA, criou, em 2022, a Comissão Mulher Economista, que coordena desde então, e presidiu o Conselho nas gestões de 2024 e 2025. Também integra a Comissão da Mulher e Diversidade do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e acumula experiências em conselhos de administração e fiscalização. Nesta entrevista especial, Isabel fala sobre liderança, representatividade, desigualdades de gênero e raça e a importância de ampliar a participação feminina nos espaços institucionais e no debate econômico.



Corecon-BA: Ao longo de sua atuação no Corecon-BA, quais iniciativas a senhora considera mais importantes para aproximar o Conselho dos economistas, das instituições e da sociedade?

Isabel Ribeiro: Uma das iniciativas foi o Corecon Visita, por meio do qual estivemos em secretarias estaduais, instituições e entidades empresariais para apresentar o Conselho, esclarecer suas atribuições, tratar do registro e da regularização dos profissionais e identificar possibilidades de parcerias e realização de eventos. Visitamos instituições como Sebrae Bahia, Seplan, SEI, Setre, Secretaria da Administração, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Fieb, Fecomércio, Faeb, Bahiagás e Banco do Nordeste. Como resultado dessa aproximação, conquistamos apoios institucionais e financeiros para atividades como a Semana do Economista e o III Encontro Nacional da Mulher Economista.

Também buscamos estimular a participação dos estudantes no Desafio Quero Ser Economista e aproximar o Conselho das coordenações e dos diretórios acadêmicos dos cursos de Ciências Econômicas. Apoiamos eventos realizados na UFBA, Uesb, Uesc e Uefs e criamos um comitê de relacionamento com as universidades, reunindo coordenadores de cursos e representantes estudantis para construir estratégias de maior integração entre o Corecon-BA e as instituições de ensino.

Corecon-BA: A presença feminina na Economia avançou nas últimas décadas, mas ainda enfrenta desafios nos espaços de decisão, reconhecimento e visibilidade. Como a senhora enxerga essa evolução no Brasil e, especialmente, na Bahia?

Isabel Ribeiro: A participação das mulheres economistas nos conselhos, na academia e nos espaços institucionais ainda é

muito tímida e enfrenta diariamente desafios relacionados à misoginia, ao machismo e à discriminação. Com todo o respeito às pessoas que me acolheram e continuam me acolhendo no Corecon-BA e em outras instituições, acredito que essa evolução não depende apenas de acolhimento e aceitação. Ela também resulta do movimento das próprias mulheres para se estabelecerem em posições de liderança.

Mulheres e pessoas não brancas são constantemente testadas e desafiadas. Por isso, somos ainda mais cobradas a nos capacitar, prestar serviços com excelência e nos posicionar a partir das competências construídas ao longo de nossa trajetória.

Corecon-BA: Em que contexto surgiu a ideia de criar a Comissão Mulher Economista no Corecon-BA? Havia uma demanda evidente ou essa percepção foi construída a partir da vivência institucional?

Isabel Ribeiro: A ideia surgiu no momento em que fui assinar o termo de posse como conselheira. O então presidente, Fernando Fernandes, convidou-me para constituir a Comissão Mulher Economista. Estávamos em plena pandemia e busquei o apoio de outras companheiras do Conselho: Helga Dulce, Ana Cristina e Maria de Fátima.

Por meio de reuniões virtuais, construímos uma proposta que começou com o Prosa com Elas, uma série de lives sobre temas econômicos, sociais e políticos que impactavam diretamente as mulheres. Houve uma sintonia muito boa entre nós, apesar da distância e de algumas sequer se conhecerem pessoalmente. As transmissões tiveram boa participação, o que nos levou a ampliar o projeto e, posteriormente, realizar eventos em formato híbrido.

Corecon-BA: Toda iniciativa pioneira nasce de uma inquietação. Qual foi a principal inquietação que motivou a criação da Comissão?

Isabel Ribeiro: Havia uma discussão recorrente sobre o chamado “enigma baiano do crescimento econômico”. Não considero que seja um tema sem importância, mas, para mim, o debate estava se tornando repetitivo. Sou uma pessoa inquieta e movida pela inovação. Por isso, resolvi acrescentar às discussões econômicas questões relacionadas às mulheres, trazendo economistas para abordar outros temas.

Desde a criação da Comissão, promovemos debates sobre a participação das mulheres nos conselhos de Economia, presença feminina na política, importância das heroínas baianas na Independência da Bahia, mercado de trabalho, economia do cuidado, violência contra as mulheres, lideranças femininas e mães atípicas. Nas questões raciais, abordamos temas como empreendedorismo negro, presença da população negra no mercado de trabalho e o 14 de maio como símbolo de uma abolição inacabada.

Posteriormente, passei a integrar a Comissão da Mulher e Diversidade do Cofecon, experiência que ampliou meus horizontes e permitiu a interação com economistas muito competentes, de diversas áreas, que têm promovido debates relevantes sobre essas temáticas.

Corecon-BA: Quais foram os principais desafios para transformar a ideia em uma comissão estruturada, reconhecida e atuante dentro do Conselho?

Isabel Ribeiro: O desafio inerente a qualquer inovação exige dedicação e muita transpiração. O apoio da Comissão da Mulher e Diversidade do Cofecon e a troca de experiências com outros Conselhos Regionais foram fundamentais. Encontramos amparo, colaboração e referências importantes para manter as comissões estaduais ativas e em permanente evolução.

Corecon-BA: A Comissão Mulher Economista existe apenas para discutir gênero ou também amplia o olhar da Economia sobre desenvolvimento, mercado de trabalho, desigualdades, políticas públicas e participação social?

Isabel Ribeiro: A atuação é muito mais ampla. Recentemente, abrimos a Comissão para economistas que não fazem parte do Conselho e iniciamos uma mobilização no mês da mulher. Criamos um grupo formado por profissionais e estudantes de Economia, que já reúne 17 participantes, para organizar atividades em datas estratégicas, como março, mês da mulher; julho, mês da mulher negra latino-americana e caribenha; Agosto Lilás; Outubro Rosa; e Novembro Negro. Em parceria com coordenações de cursos e diretórios acadêmicos, estruturamos um minicurso de Economia Feminista, já realizado na Uesc, que pretendemos levar às demais instituições de ensino de Ciências Econômicas da Bahia. Portanto, a Comissão possui uma plataforma concreta de atuação. Também participamos dos encontros nacionais promovidos pelo Cofecon e, em 2025, sediamos o III Encontro Nacional da Mulher Economista, que discutiu o impacto da violência sobre o gênero feminino.

Corecon-BA: Por que a representatividade feminina é importante para a qualidade do debate econômico e para a elaboração de diagnósticos mais completos sobre a realidade?

Isabel Ribeiro: É importante para que economistas já formadas, profissionais aposentadas, estudantes e as próximas gerações — homens e mulheres — percebam que a Economia é plural. Na academia, o estudo das teorias e das escolas de pensamento econômico é fundamental. No entanto, a Economia Feminista nos mostra que questões de raça, gênero e etnia ainda são pouco abordadas. Economistas e outras cientistas feministas vêm ampliando o debate para além do repertório tradicionalmente ensinado nas universidades. Isso contribui para a elaboração de diagnósticos mais completos, porque incorpora aspectos da realidade que, durante muito tempo, ficaram invisíveis nas análises econômicas.

Corecon-BA: Muitas mulheres economistas possuem atuação relevante na academia, no setor público, no mercado, no empreendedorismo e na pesquisa, mas nem sempre recebem a mesma visibilidade que os homens. O que explica essa invisibilidade histórica?

Isabel Ribeiro: Há movimentos contínuos de apagamento, muito naturalizados nos ambientes acadêmicos e institucionais. Ao longo da história, os homens aprenderam a se autoqualificar e a reconhecer as competências de seus pares. Esse comportamento tornou-se natural. As mulheres também precisam desenvolver essa postura, mas com senso crítico e seriedade.

Interrupções, desqualificações e apagamentos são comportamentos ainda tão naturalizados que muitos homens sequer percebem quando os reproduzem. Por isso, precisamos sinalizar essas atitudes, seja como mães, esposas, amigas ou colegas de trabalho, para que possamos mitigá-las e reduzir sua reprodução nos diferentes ambientes.

Corecon-BA: O Corecon-BA completa 60 anos como espaço de representação profissional. Qual é a importância de uma comissão voltada às mulheres dentro de uma instituição com essa trajetória?

Isabel Ribeiro: A Comissão contribui para valorizar as economistas em atividade e também aquelas que já estão aposentadas. Ao mesmo tempo, estimula as novas gerações de mulheres economistas a participarem dos eventos, projetos e espaços de decisão do Conselho. Sua existência demonstra que a instituição reconhece a necessidade de ampliar a presença feminina e incorporar novas perspectivas ao debate profissional.

Corecon-BA: Quais ações, projetos ou debates promovidos pela Comissão Mulher Economista a senhora considera mais marcantes até aqui?

Isabel Ribeiro: Destaco o Prosa com Elas, iniciado com as lives durante a pandemia; as ações do Outubro Rosa e do Novembro Negro; e o minicurso de Economia Feminista. Também realizamos palestras sobre a presença das mulheres e da população negra no mercado de trabalho e no empreendedorismo, além de discussões sobre economia do cuidado.

Promovemos debates e produzimos artigos sobre mulheres que se destacaram na ciência econômica e sobre a violência contra o gênero feminino. Mais recentemente, também ampliamos as discussões para incluir pessoas trans e outros temas relacionados à diversidade, como a realidade das mães atípicas.

Corecon-BA: A liderança feminina costuma carregar uma cobrança adicional: ser competente, conciliadora e firme, mas, ao mesmo tempo, não incomodar demais. A senhora sentiu esse tipo de pressão em sua trajetória?

Isabel Ribeiro: Sinto isso o tempo todo. Provavelmente, minha própria natureza também contribui para esse processo. Tenho consciência de que preciso repensar algumas atitudes e venho cuidando disso em minhas sessões de terapia. O mundo está precisando de mais leveza.

Corecon-BA: Como economista, quais temas relacionados à realidade das mulheres ainda precisam ganhar mais centralidade nos debates econômicos, especialmente na Bahia?

Isabel Ribeiro: Precisamos dar mais espaço aos debates sobre diversidade e inclusão, famílias atípicas, mercado de trabalho e justiça social. São temas diretamente relacionados ao desenvolvimento econômico, mas que nem sempre recebem a centralidade necessária nas análises e na formulação das políticas públicas.

Corecon-BA: Que papel as economistas baianas podem desempenhar diante de desafios como desenvolvimento regional, combate às desigualdades, inovação, sustentabilidade, geração de renda e inclusão produtiva?

Isabel Ribeiro: As economistas baianas precisam participar ativamente dos eventos promovidos pelo Corecon-BA, pelas universidades e por outras instituições. É necessário ocupar os espaços de discussão, apresentar propostas, compartilhar experiências e contribuir para a construção de soluções relacionadas aos grandes desafios econômicos e sociais do estado.

Corecon-BA: Que mensagem a senhora deixaria para as jovens economistas, estudantes e pesquisadoras que desejam ocupar mais espaços de liderança na profissão?

Isabel Ribeiro: Estudem muito. Retirem da cabeça a ideia de que as disciplinas relacionadas à Matemática e à Estatística são de maior domínio dos homens. Participem de grupos de discussão, ocupem os espaços e sejam protagonistas das mudanças que desejam construir.



Economistas de *Destaque*

**Seis trajetórias
que ajudaram a
pensar, representar
e transformar a
economia baiana**

Em diferentes áreas de atuação — da universidade à gestão pública, da pesquisa econômica às relações de trabalho e à administração de empresas estratégicas —, seis economistas deixaram contribuições relevantes para a Bahia e para a valorização da profissão.

Suas trajetórias revelam que interpretar a realidade econômica é apenas uma parte do trabalho: também é preciso participar de sua transformação.

Ao longo dos anos, a homenagem concedida pelo Corecon-BA passou por uma mudança de denominação. Nos registros consultados, as distinções entregues até 2019 aparecem como Comenda Economista de Destaque. Em documentos a partir de 2021, a honraria passa a ser chamada de Comenda Rômulo Almeida, reverenciando o legado de um dos mais importantes economistas e formuladores do planejamento do desenvolvimento brasileiro. A mudança de nome preservou a essência da homenagem: reconhecer profissionais cujas trajetórias engrandecem as Ciências Econômicas e contribuem para o desenvolvimento da Bahia.

Lívio Andrade Wanderley

**Pensar o território
para compreender
o desenvolvimento**

Professor e pesquisador da UFBA, dedicou sua trajetória à economia regional, ao desenvolvimento e à formação de novas gerações



Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Lívio Andrade Wanderley é mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia e doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFBA, desenvolveu estudos relacionados à macroeconomia, à economia regional, à globalização e ao desenvolvimento.

Sua contribuição também alcança a preservação e a circulação do pensamento econômico produzido no estado. Ao longo dos anos, participou da organização de diferentes edições da coletânea Reflexões de Economistas Baianos, iniciativa que reúne análises sobre a realidade econômica da Bahia e estimula o diálogo entre pesquisadores, profissionais e estudantes.

Homenagem: Comenda Rômulo Almeida
Data: 18 de agosto de 2023

A comenda foi entregue durante a Semana de Economia da UFBA, reconhecendo sua contribuição à produção acadêmica, à formação de economistas e à compreensão das desigualdades e potencialidades do desenvolvimento regional.

Paulo Dantas da Costa

**A profissão como com-
promisso público**

Da administração pública ao comando do Sistema Cofecon/Corecons, sua trajetória se confunde com a defesa e a valorização institucional dos economistas



Economista formado pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia, Paulo Dantas da Costa construiu uma extensa trajetória na administração pública e nas entidades representativas da profissão. Especialista em Direito Tributário e Administração Financeira Governamental, atuou como auditor fiscal e exerceu funções de gestão na área financeira do Estado da Bahia.

No Sistema Cofecon/Corecons, tornou-se uma das principais referências da representação profissional. Ocupou a presidência e a vice-presidência do Corecon-BA, presidiu o Conselho Federal de Economia nos biênios 2014–2015 e

2023–2024 e também exerceu a vice-presidência da entidade em 2022. Sua atuação tem sido marcada pela defesa da regulamentação profissional, pelo fortalecimento dos Conselhos e pela ampliação da presença dos economistas nos grandes debates nacionais.

Homenagem: Comenda Economista de Destaque

Data: 15 de agosto de 2017

A distinção reconheceu uma trajetória dedicada a fortalecer as instituições que representam a categoria e a reafirmar a importância social do economista.

Rosembergue Valverde de Jesus

Conhecimento econômico conectado à realidade baiana

Da formação internacional à docência na UEFS, construiu uma vida acadêmica dedicada à interpretação das transformações econômicas e sociais



Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia, Rosembergue Valverde de Jesus realizou sua formação de pós-graduação na França, onde concluiu mestrado e doutorado em Economia pela Universidade Paris 13. Professor titular aposentado da Universidade Estadual de Feira de Santana, permanece vinculado à produção acadêmica como docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão, Organizações e Sociedade da instituição.

Sua trajetória reúne ensino, pesquisa e participação no debate público sobre desenvolvimento, estrutura produtiva e economia baiana. Ao formar estudantes e analisar as mudanças ocorridas no estado, ajudou a aproximar a reflexão acadêmica dos desafios concretos enfrentados pela sociedade.

Homenagem: Comenda Economista de Destaque

Data: 15 de agosto de 2019

A homenagem reconheceu a consistência de sua produção intelectual e sua contribuição para a formação de economistas comprometidos com o desenvolvimento da Bahia.

Oswaldo Ferreira Guerra

A indústria como chave para interpretar a Bahia

Professor e pesquisador da UFBA, tornou-se referência nos estudos sobre estrutura produtiva, competitividade, inovação e mudança tecnológica.



Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas, Oswaldo Ferreira Guerra desenvolveu sua trajetória acadêmica na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia. Como professor e pesquisador, dedicou-se especialmente ao estudo da indústria, das estratégias empresariais, da competitividade e das transformações tecnológicas.

Sua produção contribuiu para compreender a formação da estrutura industrial baiana, o papel desempenhado pelos setores petroquímico, energético e de bens intermediários e os desafios enfrentados pelo estado para diversificar sua economia. Além da pesquisa, marcou gerações de estudantes pela capacidade de relacionar teoria econômica, história e realidade regional.

Homenagem: Comenda Economista de Destaque

Data: 12 de agosto de 2016

A comenda reconheceu sua contribuição ao pensamento econômico baiano e à construção de uma interpretação crítica sobre os caminhos da industrialização e do desenvolvimento do estado.

Luiz Raimundo Barreiros Gavazza

Energia, gestão e desenvolvimento

À frente da Bahiagás, o economista associa infraestrutura, expansão empresarial e interiorização a uma agenda de desenvolvimento para o estado.

Economista e gestor, Luiz Raimundo Barreiros Gavazza construiu sua trajetória profissional em empresas e instituições ligadas à infraestrutura e ao desenvolvimento econômico. Como diretor-presidente da Companhia de Gás da Bahia — Bahiagás, lidera uma empresa estratégica para a expansão da oferta de gás natural, para a atração de investimentos e para a diversificação da matriz energética baiana.

Sua atuação tem enfatizado a ampliação da rede de distribuição, a chegada do gás natural a novas regiões do estado e o papel da infraestrutura energética na competitividade das empresas. Também presidiu o Conselho de Administração da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado — Abegás, no triênio 2023-2026.

Homenagem: Comenda Rômulo Almeida

Data: 11 de agosto de 2022

A homenagem reconheceu sua contribuição à gestão de uma companhia pública estratégica e à construção de soluções capazes de associar energia, interiorização e desenvolvimento econômico.



Ana Georgina da Silva Dias

Economia a serviço do trabalho

Na supervisão do DIEESE na Bahia, transforma dados, negociação e formação em instrumentos de compreensão das relações de trabalho.

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília, Ana Georgina da Silva Dias construiu sua trajetória profissional no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos — DIEESE. Como supervisora técnica do Escritório Regional da Bahia, atua na produção e interpretação de informações econômicas, na formação sindical, na assessoria às entidades de trabalhadores e no acompanhamento de negociações coletivas.

Seu trabalho aproxima a análise econômica da vida cotidiana da população. Emprego, renda, inflação, condições de trabalho e desenvolvimento deixam de ser apenas indicadores e passam a ser compreendidos a partir de seus impactos sobre famílias, categorias profissionais e diferentes setores da sociedade.

Homenagem: Comenda Rômulo Almeida

Data: 22 de agosto de 2024

A distinção reconheceu uma trajetória que combina rigor técnico, compromisso social e defesa do diálogo como instrumento de construção de relações de trabalho mais equilibradas.



Prêmio Jairo Simões transforma pesquisa em caminho profissional

Iniciativa aproxima o Corecon-BA das universidades, reconhece novos talentos e estimula a produção de conhecimento sobre os desafios econômicos e sociais

É durante a pesquisa que muitos estudantes passam a utilizar os conhecimentos da graduação para interpretar problemas concretos. Ao analisar dados, confrontar teorias e construir conclusões, o futuro economista desenvolve competências importantes para a vida acadêmica e para diferentes áreas de atuação profissional.

Realizado anualmente desde 2005, o Prêmio de Monografia Economista Jairo Simões incentiva esse processo na Bahia. Promovida pelo Corecon-BA, a iniciativa reconhece trabalhos de conclusão de curso produzidos por estudantes de Ciências Econômicas e valoriza também professores orientadores e instituições de ensino.

Mais do que premiar uma monografia, o concurso reafirma a importância da pesquisa para a formação de profissionais capazes de elaborar diagnósticos, interpretar indicadores e contribuir para decisões públicas e privadas. Temas como pobreza, emprego, desenvolvimento regional, educação, sustentabilidade e políticas públicas deixam de ser apenas conteúdos acadêmicos e passam a ser investigados a partir de evidências.

Pesquisa fortalece a formação

A elaboração de uma monografia exige que o estudante transforme uma inquietação em uma pergunta possível de ser investigada. Para respondê-la, precisa selecionar informações confiáveis, escolher métodos, reconhecer limitações e apresentar resultados de forma clara e fundamentada.

Nesse percurso, desenvolve habilidades aplicáveis a órgãos públicos, empresas, consultorias, instituições financeiras, universidades e organizações sociais. Aprende a analisar dados, comparar cenários, avaliar políticas e comunicar informações complexas.



A pesquisa também demonstra que os indicadores econômicos não podem ser interpretados isoladamente. Dados sobre renda, produção, emprego ou pobreza precisam ser relacionados às condições sociais, históricas e territoriais. Essa capacidade é especialmente importante em um estado diverso como a Bahia, onde diferentes regiões apresentam características e desafios próprios.

Ao reconhecer trabalhos de graduação, o Prêmio Jairo Simões estimula uma formação baseada não apenas na assimilação de teorias, mas também na capacidade de investigar, questionar e propor caminhos.

Uma ponte entre universidade e profissão

O prêmio aproxima o Corecon-BA das Instituições de Ensino Superior e amplia a visibilidade da produção acadêmica desenvolvida nos cursos de Economia. Cada universidade pode indicar trabalhos de destaque, posteriormente avaliados por uma comissão formada por professores da área.

O reconhecimento mostra aos estudantes que a monografia não precisa terminar na defesa diante da banca. Seus resultados podem circular, provocar debates e contribuir para ampliar o conhecimento sobre a economia baiana e brasileira.

Essa articulação ganhou destaque em 2023, quando o livro Reflexões de Economistas Baianos reuniu artigos derivados dos dez trabalhos mais bem avaliados na edição anterior do prêmio. A publicação deu visibilidade a economistas recém-graduados e a pesquisas sobre desenvolvimento, pandemia, cultura, financeirização e questões sociais.

Para quem inicia a carreira, ter o trabalho reconhecido ou publicado pode representar um estímulo para ingressar na pós-graduação, seguir a docência ou atuar profissionalmente com pesquisa e análise econômica.

Reconhecimento revela novos talentos

Na edição de 2025, Felipe Marques Prado, da Universidade Estadual de Santa Cruz, conquistou o primeiro lugar com a monografia Análise espacial da pobreza multidimensional no Nordeste do Brasil. Orientado pela professora Andréa da Silva Gomes, ele investigou diferentes dimensões da pobreza nos municípios nordestinos.

Natural de Ilhéus, Felipe ingressou no curso de Ciências Econômicas em 2019, aos 17 anos. Concluiu apenas um semestre antes da interrupção das aulas presenciais durante a pandemia. Quando retornou à universidade, sentia-se desanimado e pouco identificado com o curso.

O contato com disciplinas ministradas pelos professores Reginaldo e Urbana e o apoio da orientadora ajudaram-no a descobrir sua vocação para a pesquisa. O prêmio fortaleceu seu desejo de prosseguir nos estudos e seguir a carreira acadêmica.

A trajetória de Felipe sintetiza o legado da premiação: transformar um trabalho de graduação em oportunidade de crescimento profissional e de contribuição social. Ao completar 60 anos, o Corecon-BA também reconhece as novas gerações que começam a construir os próximos capítulos da profissão.

Pesquisa sobre pobreza revela vocação acadêmica

Vencedor da edição de 2025 conta como a premiação fortaleceu sua formação e o desejo de continuar pesquisando.

Corecon-BA: O que significou receber o Prêmio Jairo Simões e ter sua pesquisa reconhecida?

Felipe Marques Prado: Foi extremamente gratificante. Fiquei muito feliz ao perceber que um trabalho construído com tanto esforço e com o apoio da minha orientadora havia sido reconhecido. O prêmio renovou minha confiança e aumentou minha vontade de seguir na carreira acadêmica e dar continuidade à pesquisa.

Corecon-BA: Qual foi o tema do trabalho e por que você decidiu estudá-lo?

Felipe Marques Prado: Pesquisei sobre a pobreza multidimensional nos municípios do Nordeste. Desde a adolescência, eu já era apaixonado por Economia e queria estudar algo que pudesse contribuir para melhorar a vida de quem mais precisa. Comecei a me interessar pela pobreza e minha orientadora me apresentou a abordagem multidimensional, que permite compreender o problema para além da renda.

Corecon-BA: Como a pesquisa contribuiu para sua formação como economista?

Felipe Marques Prado: Foi um processo longo, com tentativas, erros, correções e muito aprendizado. Aprendi a utilizar diferentes instrumentos e compreendi que uma pesquisa séria exige tempo, persistência e disposição para rever caminhos. O mais importante foi perceber que realmente amo o que estou fazendo.

Corecon-BA: Qual é a importância de iniciativas como o Prêmio Jairo Simões?

Felipe Marques Prado: Para mim, foi um grande impulso para continuar pesquisando e prosseguir com os estudos. Depois, tive a honra de representar a Bahia e a Uesc no Prêmio Brasil de Economia. A premiação mostra aos estudantes que seus trabalhos podem alcançar outros espaços e produzir resultados para além da conclusão do curso.

Corecon-BA: Que mensagem você deixaria para estudantes interessados em pesquisa?

Felipe Marques Prado: Estudar Economia nos oferece instrumentos para buscar soluções para os problemas que estão ao nosso redor. Quando percebemos as dificuldades enfrentadas pelas pessoas e entendemos que podemos investigá-las e contribuir para enfrentá-las, encontramos uma grande motivação para seguir em frente.



O que o Corecon-BA representa para você?

“O Corecon-BA tem sido importante na minha trajetória profissional e nas carreiras de diversos economistas baianos, pois valoriza a profissão e estimula o aperfeiçoamento contínuo. Além de regulamentar o exercício profissional, reconhece a produção acadêmica de excelência e promove conhecimento, integração e representatividade, fortalecendo a atuação do economista na sociedade baiana e na promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado”.

(Marcus Verhine, Conselheiro do Corecon-BA)

“O Corecon-BA é sinônimo de compromisso e serviço à sociedade. Fazer parte dessa história, como conselheiro e presidente, foi uma honra singular. Ao lado dos conselheiros, contribuir para o fortalecimento institucional, com representatividade, atenção aos profissionais, equilíbrio fiscal e transformação digital, reafirmou meu orgulho de ser economista e de colaborar para o desenvolvimento da Bahia”

(Fernando Fernandes, ex-conselheiro e ex-presidente do Corecon-BA)

Conselheiros

“O Corecon-BA representa, para mim, uma instituição construída com seriedade, espírito público e compromisso permanente com a valorização da profissão de economista e com o desenvolvimento econômico e social da Bahia. Tive a honra de presidi-lo e de atuar como conselheiro, experiências que me permitiram acompanhar de perto o trabalho coletivo de presidentes, conselheiros e colaboradores que, ao longo de seis décadas, contribuíram para manter o Conselho em posição de destaque nacional. Guardo profunda gratidão por essa trajetória e pelas relações construídas. Ao celebrar 60 anos, o Corecon-BA demonstra que permanece jovem, pela capacidade de se reinventar, modernizar sua gestão, enfrentar novos desafios e fortalecer a atuação dos economistas diante das transformações econômicas, tecnológicas e sociais do nosso tempo”.

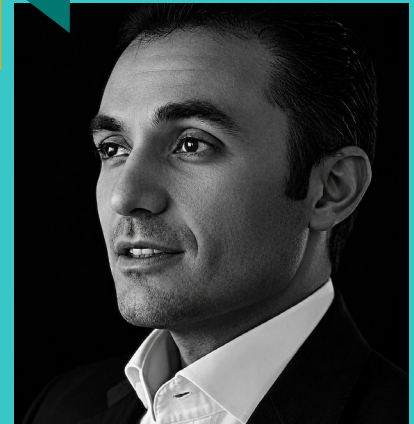
(Luiz Pimenta, Conselheiro e ex-presidente do Corecon-BA)



Ex-conselheiros

“O Corecon-BA exerce um papel fundamental na fiscalização e na defesa das prerrogativas profissionais dos economistas, além de promover debates relevantes sobre a profissão, a formação acadêmica e os rumos da economia. Ao reunir profissionais do setor público, da iniciativa privada, das organizações sociais e das universidades, o Conselho amplia o diálogo entre diferentes áreas e contribui para uma visão mais plural e consistente do desenvolvimento econômico. Foi uma grande honra atuar como conselheiro e presidente da instituição, conviver com os colegas e implementar ações voltadas à valorização da profissão e à reflexão sobre as economias baiana e brasileira”.

(Vitor Lopes, ex-conselheiro e ex-presidente do Corecon-BA)



“Desde 1992, venho publicando matérias e artigos sobre economia rural, área em que me especializei no mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e no doutorado, concluído em 2001. Minha trajetória na pesquisa sempre esteve vinculada às temáticas econômicas, vínculo fortalecido quando ingressei, em 1999, no Departamento de Ciências Econômicas da UESC. Em 2004, solicitei ao Corecon-BA meu registro profissional, destacando minha atuação e dedicação à economia, já que minha graduação é em Administração. Em setembro daquele ano, obtive o registro como economista. Fazer parte do Conselho — e hoje atuar como conselheira — é uma conquista significativa em minha vida acadêmica, que fortalece minha participação nas discussões econômicas e minha compreensão sobre a importância do Corecon para a profissão”.

(Mônica de Moura Pires, Conselheira do Corecon-BA)

“Para mim, foi uma honra ter participado ativamente das atividades do Corecon-BA como conselheiro e, algumas vezes, também como vice-presidente. Foi muito gratificante e me ensinou muito pessoal e profissionalmente. Por tudo isso e pela importância do Conselho para os economistas e para a Economia da Bahia, parabeno sinceramente o Corecon-BA pelos 60 anos de sua criação”

(Rodolfo Lujan, ex-conselheiro do Corecon-BA)



“O Corecon-BA representa uma trajetória muito enriquecedora, construída com propósito, respeito e amizade. Minha relação com o Conselho começou ainda como docente da UESC, quando participei da criação da Delegacia em Itabuna e incentivei o registro de grande parte dos professores de Economia. Tive a honra de presidir a instituição em 2012, 2013 e 2020 e de atuar como vice-presidente em 2015 e 2017, fortalecendo a aproximação com universidades e entidades como FIEB, Fecomércio e tantas outras. Mantenho excelentes relações com colaboradores e parceiros e sinto muitas saudades dos tempos vividos no Conselho, que continua ocupando um lugar especial em minha trajetória”

(Marcelo José dos Santos, ex-conselheiro e ex-presidente do Corecon-BA)



Servidores e Colaboradores

“Como economista e servidor, vejo o Corecon-BA como elo entre identidade e propósito. Em minha trajetória, representa a missão de fortalecer e proteger a categoria. Para a profissão, garante ética, fiscalização e valorização; para a Bahia, é uma entidade capaz de contribuir para o desenvolvimento regional, transformando conhecimento técnico em impacto social”

(Bruno Pires, Superintendente do Corecon-BA)



“Atuo há mais de 30 anos como assistente administrativa do Corecon-BA. Para mim, o Conselho representa uma parte essencial da minha trajetória profissional. Tenho o privilégio de acompanhar de perto a missão de valorizar o profissional da Economia, fiscalizar o exercício da profissão e defender as prerrogativas da classe. Contribuir para essa instituição me enche de orgulho, porque sei que cada processo, cada atendimento e cada ação fazem parte de algo maior: fortalecer uma profissão tão importante para o presente e o futuro da Bahia e do Brasil”.

(Selma de Almeida Carvalho, Assistente administrativa do Corecon-BA).



“Algumas pessoas apenas trabalham em uma instituição. Eu tive o privilégio de crescer junto com o Corecon-BA. Desde 1992, quando fui admitida, acompanho a história do Conselho e também construo a minha própria trajetória. Ao longo de mais de três décadas, encontrei muito mais do que um ambiente de trabalho: encontrei uma instituição séria, ética e comprometida com a valorização da profissão de economista e com o desenvolvimento da Bahia. Foi neste Conselho que amadureci como profissional e como pessoa, fortalecendo valores que levo para a vida. Tenho orgulho da confiança construída ao longo dessa caminhada e da oportunidade de fazer parte desta história. Celebrar os 60 anos do Corecon-BA é, para mim, celebrar também uma parte importante da minha própria vida”.

(Tânia Mara Rodrigues, Chefe do Setor Financeiro do Corecon-BA)



“O Corecon-BA representa uma trajetória construída com ética, responsabilidade, respeito e compromisso permanente com a valorização do economista. Ao longo de seus 60 anos, o Conselho tem atuado não apenas em defesa da categoria, mas também para ampliar o reconhecimento da importância desses profissionais na construção do desenvolvimento econômico e social do país. Como integrante do corpo jurídico da instituição, sinto-me honrada por participar deste momento histórico e por contribuir para o trabalho de um Conselho que atua pelo fortalecimento da profissão e pela construção de um futuro melhor para as próximas gerações”.

(Sabrina Batista, assessora jurídica do Corecon-BA)



“Há mais de uma década, tenho o privilégio de registrar, por meio da comunicação institucional, a trajetória do Corecon-BA e sua contribuição para o fortalecimento da profissão de economista na Bahia. Cada evento, publicação e ação divulgada representa um capítulo dessa história construída com compromisso, conhecimento e diálogo com a sociedade. Mais do que comunicar, preservar a memória institucional e ampliar a visibilidade do papel estratégico da Economia no desenvolvimento do estado é fundamental. Integrar essa trajetória de 60 anos é uma honra que levo com profundo senso de responsabilidade e gratidão”.

(Livia Santana, assessora de comunicação do Corecon-BA)

“Com a experiência de quem já atuou no Conselho e carrega a economia no pensamento e na prática, responder a essa pergunta é falar de memória e de projeto de futuro. O Corecon-BA está na base não apenas do reconhecimento social e legal da profissão de economista, mas também de lutas históricas por justiça social e liberdades democráticas. É um órgão que foi e continua sendo o espaço onde debatemos qual desenvolvimento queremos para a Bahia. É a casa da ousadia técnica com alma nordestina, inspirada no pensamento desenvolvimentista do baiano Rômulo Almeida, grande nome da modernização brasileira pautada em um ideal de nação menos desigual, bem como na utopia concreta do também nordestino Celso Furtado, intelectual profundamente comprometido com a transformação social. Tenho orgulho de ter atuado nesse lugar de defesa e fortalecimento profissional, mas também de formação, diálogo e construção de ideias, e de ter, como presidente da Bahiagás, colocado em pauta a importância do gás natural como energia de transição e como alavanca de um desenvolvimento mais sustentável, proporcionando a interiorização de investimentos, com geração de emprego, renda e melhor qualidade de vida para o povo baiano.”

(Luiz Raimundo Barreiros Gavazza, Diretor-presidentes da Companhia de Gás da Bahia – Bahiagás)



“O Corecon-BA representa uma instituição fundamental para o fortalecimento da ciência econômica e para o desenvolvimento da Bahia. A gestão de Isabel Ribeiro deu importante impulso ao Conselho, e esse trabalho tem continuidade com Edval Landulfo. Para o Banco do Nordeste, o Corecon é um parceiro estratégico na construção de soluções para o desenvolvimento sustentável da nossa região”.

(Pedro Lima Neto, Superintendente do Banco do Nordeste do Brasil - BNB)



“O Corecon-BA vai além de regulamentar e valorizar a profissão de economista. É um espaço de diálogo, produção de conhecimento e construção de ideias que impulsionam o desenvolvimento da Bahia. A parceria com o Sebrae, em iniciativas como o Prosa com Elas, voltado ao empreendedorismo feminino, e o projeto Diálogos sobre Economia e Empreendedorismo Negro, reforça que conhecimento, inclusão e parceria são caminhos para transformar realidades e gerar oportunidades”.

(Jorge Khoury, superintendente do Sebrae Bahia)

Parceiros institucionais e patrocinadores

“Celebrar os 60 anos do Corecon-BA é reconhecer uma trajetória marcada pelo compromisso com a sociedade, pela permanente valorização da profissão de economista e por sua contribuição ao fortalecimento do Sistema Cofecon/Corecons. Ao longo de seis décadas, o Conselho tem promovido a Ciência Econômica e a ética profissional, além de qualificar o debate público, inspirando novas gerações e reafirmando a importância dos economistas na construção de um país mais justo, inclusivo e sustentável”.

(Tania Cristina Teixeira, Prof^a e Dr^a Presidenta do Cofecon)



Créditos - Dario G Neto - ML Comunicação

Fiscalização fortalece a profissão e protege a sociedade

Atuação do Corecon-BA combina controle, orientação e educação para assegurar o exercício regular da Economia



A fiscalização do exercício profissional é uma das funções essenciais do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA) e tem papel decisivo na valorização da profissão. Mais do que verificar o cumprimento da legislação, esse trabalho busca assegurar que atividades próprias do campo da Economia sejam desempenhadas por profissionais legalmente habilitados e regularmente registrados.

A atuação envolve orientar economistas e empresas, monitorar editais, concursos, processos seletivos, publicações oficiais e portais de transparência, além de receber e apurar denúncias e identificar possíveis situações de exercício irregular. O objetivo é proteger a sociedade e fortalecer a credibilidade da categoria.

Mais do que uma ação punitiva ou corporativa, a fiscalização possui caráter educativo, preventivo e orientador. Ao preservar as atribuições profissionais, exigir a habilitação adequada e promover o cumprimento das normas éticas, o Conselho valoriza os economistas e oferece maior segurança às instituições e aos cidadãos que contratam serviços especializados.

Como ressalta o economista Nei Jorge Cardim, ex-conselheiro e ex-presidente do Corecon-BA, os Conselhos profissionais existem para assegurar que serviços com repercussões econômicas, financeiras, patrimoniais ou sociais sejam prestados por pessoas com formação adequada e submetidas a normas éticas. Essa responsabilidade torna-se ainda mais relevante diante das transformações do mercado de trabalho, do surgimento de novas ocupações e da sobreposição entre diferentes áreas do conhecimento.

De acordo com Rosana Lemos Luciano, fiscal do Corecon-BA, o trabalho segue etapas bem definidas. As ações começam com o Plano Anual de Fiscalização, que estabelece prioridades, metas e setores a serem acompanhados. Em seguida, são realizados levantamentos e análises de cadastros, contratos, editais, documentos técnicos e outros elementos relacionados ao cumprimento da legislação profissional.

Quando são identificadas dúvidas, inconsistências ou indícios de irregularidade, a primeira medida é a orientação. O Conselho entra em contato com profissionais, empresas e órgãos públicos para esclarecer as atribuições do economista e a obrigatoriedade do registro profissional ou empresarial. Se a situação não for regularizada, podem ser expedidos ofícios, instaurados processos administrativos e adotadas medidas como notificações e autos de infração.

Entre as ocorrências mais frequentes estão o exercício de atividades privativas por pessoas sem habilitação ou registro; a contratação para funções típicas de economista sem a exigência de inscrição no Corecon; editais que deixam de prever essa obrigação; empresas sem registro; e o desconhecimento das competências legais da profissão por parte de algumas instituições.

Nos últimos anos, a fiscalização tem passado por um processo de fortalecimento. A Comissão de Fiscalização do Corecon-BA contribui para a análise das demandas, a definição de estratégias e o aprimoramento das ações. Nacionalmente, a comissão do Cofecon promove reuniões e plantões com os Conselhos Regionais, favorecendo a troca de experiências, a uniformização de procedimentos e a discussão de casos práticos no Sistema Cofecon/Corecons.

O balanço é positivo. Há maior conscientização de profissionais, empresas e órgãos públicos sobre a importância do registro e da legislação. Ao priorizar o diálogo e a orientação antes das medidas administrativas, o Corecon-BA amplia o caráter preventivo da fiscalização e fortalece sua relação com a sociedade.

Fiscalizar, portanto, não é apenas controlar. É orientar, educar e valorizar. Ao garantir que serviços de natureza econômica sejam prestados por profissionais preparados e legalmente habilitados, o Conselho protege a sociedade, preserva as atribuições da categoria e fortalece o reconhecimento do economista nas decisões que impactam empresas, governos, instituições e cidadãos.

Olhares para o futuro

Os próximos 60 anos

Desafios da profissão de economista nas próximas décadas e o papel dos jovens na construção do futuro da Bahia e do Brasil

Os próximos 60 anos da Economia já começam a ser construídos nas universidades, onde uma nova geração se prepara para enfrentar desafios cada vez mais complexos. Entre avanços tecnológicos, emergência climática, mudanças no mundo do trabalho e desigualdades persistentes, os jovens economistas serão chamados a transformar conhecimento em soluções concretas. A seguir, estudantes de diferentes instituições baianas revelam como enxergam o futuro da profissão e o papel que desejam assumir no desenvolvimento da Bahia e do Brasil.

“Nas próximas décadas, o desafio do economista será aliar novas tecnologias a um olhar estrutural para intervir na realidade. Superar o subdesenvolvimento e as desigualdades, como ensina Furtado, exige coragem. Diante da urgência climática e das transformações no mercado de trabalho, serão necessárias políticas públicas audaciosas. Caberá à nossa geração transcender a técnica, promover rupturas e liderar mudanças reais na prática profissional.”

(Yule Luiz Ribeiro Borges, estudante de Economia da Universidade Federal da Bahia - UFBA)



“O futuro da Economia exige ir além dos números. O desafio das próximas décadas será conciliar a disrupção tecnológica e a nova geopolítica global com a urgência climática e o combate às desigualdades. A formação acadêmica deve se renovar, unindo inovação e sensibilidade social. Cabe aos jovens economistas

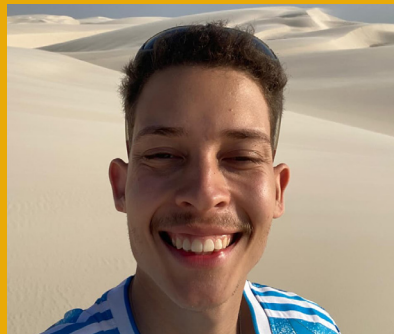
formular políticas públicas eficazes que transformem o potencial da Bahia e do Brasil em desenvolvimento real, sustentável e inclusivo. O amanhã se constrói com técnica e compromisso social”.

(Bruno Policarpo, estudante de Economia da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC)



“O papel dos jovens economistas nas próximas décadas é humanizar a técnica. Em um cenário moldado pela inteligência artificial e pela urgência da sustentabilidade, nosso maior desafio, no Brasil e na Bahia, é combater as desigualdades estruturais. A Economia do futuro deve ser sinônimo de inovação inclusiva e bem-estar social. Assumimos o compromisso de construir políticas e mercados que corrijam os problemas do presente e garantam um amanhã próspero e justo para todos”.

(João Pedro Gomes, estudante de Economia da Universidade Estadual de Santa Cruz — UESC)



“A profissão de economista oferece uma ampla diversidade de oportunidades. Em um mundo de rápidas mudanças tecnológicas, produtivas e políticas, as habilidades críticas e analíticas, tanto quantitativas quanto qualitativas, são cada vez mais importantes. O desafio dos jovens economistas é aplicar esse rigor em diferentes campos da sociedade, como na estruturação de políticas públicas, no combate às desigualdades e no aperfeiçoamento dos mercados, contribuindo para o futuro da Bahia e do Brasil”.

(Guilherme Braga Costa Pirôpo, estudante de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia — UESB)



“Acredito que a profissão de economista será cada vez mais estratégica diante dos avanços da inteligência artificial, da transição para uma economia sustentável e das transformações no mercado de trabalho. Como jovem economista em formação, vejo que nossa missão será unir rigor técnico, inovação e compromisso social para construir soluções que promovam o desenvolvimento, reduzam desigualdades e fortaleçam o futuro da Bahia e do Brasil”.

(Henrique Ramos dos Santos Lima, estudante de Economia da Universidade Estadual de Feira de Santana — UEFS)

Manifesto pela valorização da economia e dos economistas



Há profissões que lidam com o visível. Outras, com aquilo que sustenta o visível. A Economia pertence a esse segundo campo: observa os números, mas enxerga pessoas; analisa mercados, mas se preocupa com escolhas; estuda recursos, mas sabe que, por trás de cada decisão, há vidas, territórios, famílias, empresas, governos e sonhos coletivos.

Valorizar a Economia é reconhecer que nenhum projeto de sociedade se constrói sem diagnóstico, planejamento, responsabilidade e visão de futuro. É compreender que desenvolvimento não nasce do improvável, que políticas públicas precisam de evidências, que o crescimento deve caminhar ao lado da justiça social, da sustentabilidade, da produtividade, da inovação e da inclusão.

O economista é o profissional formado para interpretar cenários complexos, medir impactos, avaliar riscos, projetar caminhos e iluminar decisões. Sua atuação está presente nos setores público e privado, nas universidades, nos bancos, nas empresas, nos órgãos de planejamento, na perícia, na consultoria, na docência, na pesquisa, na indústria, no comércio, na agricultura, na tec-

nologia, nas políticas sociais e nos grandes debates nacionais. Muitas vezes, seu trabalho antecede a obra, orienta o investimento, corrige o rumo, evita perdas e ajuda a transformar intenção em estratégia.

Ao longo das últimas seis décadas, a Bahia mudou. O Brasil mudou. O mundo mudou. A profissão de economista também se transformou. Novas ferramentas surgiram, novos campos se abriram, novos desafios se impuseram. Mas permanece atual uma convicção essencial: não há desenvolvimento consistente sem análise econômica qualificada. Não há combate às desigualdades sem compreensão das estruturas que as produzem. Não há futuro sustentável sem escolhas responsáveis no presente.

Por isso, este manifesto é também um chamado. Chamado à sociedade, para reconhecer a importância do economista nos debates que definem o destino coletivo. Chamado às instituições, para valorizarem a presença técnica desse profissional nos espaços de decisão. Chamado aos economistas, para que se aproximem do Corecon-BA, fortaleçam

o Conselho, participem de suas comissões, debates, iniciativas acadêmicas e projetos voltados à valorização profissional.

O Corecon-BA é mais do que uma instância de registro e fiscalização. É espaço de pertencimento, escuta, representação e construção coletiva. É lugar para defender a profissão, estimular novas gerações, aproximar a universidade do mercado, ampliar a presença dos economistas no debate público e reafirmar que a Economia deve estar a serviço da sociedade.

Valorizar a profissão também é reconhecer a força das mulheres economistas, ampliar espaços de liderança, respeitar a diversidade, combater desigualdades e garantir que diferentes vozes participem da construção do pensamento econômico. Uma profissão forte é aquela que se renova, inclui, representa e abre caminhos para que talento, ética e competência tenham mais peso do que romper as barreiras históricas.

Valorizar o economista é valorizar o planejamento contra o improvável. A evidência contra o "achismo". A responsabilidade contra o desperdício. A estratégia contra a pressa. A técnica contra a superficialidade. A escuta contra a indiferença. A construção coletiva contra soluções fáceis para problemas complexos.

Neste marco histórico dos 60 anos do Corecon-BA, reafirmamos que a Economia é instrumento de compreensão, transformação e serviço à sociedade. E que os economistas da Bahia seguem chamados a contribuir, com inteligência, coragem, sensibilidade social e compromisso público, para um estado mais justo, produtivo, inovador, plural e preparado para o futuro.

Porque onde há escolhas a fazer, há Economia.

Onde há futuro a construir, há economistas.

E onde há economistas comprometidos com a Bahia, há um Conselho que precisa ser fortalecido por todos nós.

Conselho Editorial



Imagens de uma *Trajetória*



CORECON-BA 60 ANOS

Há seis décadas, valorizando os economistas e contribuindo para o desenvolvimento da Bahia.

Acompanhe o Corecon-BA:

-  www.corecon-ba.org.br
-  [@corecon_bahia](https://www.instagram.com/corecon_bahia)
-  www.facebook.com/coreconba/
-  www.linkedin.com/company/corecon-bahia



CORECON^{BA}

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA